

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

Sérgio Elias Libombo

**Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios  
(2010-2015) - Estudo do caso da Associação Livre de Mahubo**

ARARAQUARA - SP  
2017

Sérgio Elias Libombo

**Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios  
(2010-2015) - Estudo do caso da Associação Livre de Mahubo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais e Alternativas de Sustentabilidade.

**Orientado: Sérgio Elias Libombo**

**Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante**

ARARAQUARA - SP  
2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

L671a Libombo, Sérgio Elias

Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios (2010-2015) - estudo de caso da Associação Livre de Mahubo/Sérgio Elias Libombo. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

115f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante

1. Associações agrícolas. 2. Impacto. 3. Desenvolvimento local. 4. Sociedade. 5. Moçambique. I. Título.

CDU 504.03



## UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100 | [www.uniara.com.br](http://www.uniara.com.br)

### FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Sérgio Elias Libombo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

#### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval  
UFSCAR – Lagoa do Sino

Prof. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo  
UNIARA - Araraquara

Prof. Dra. Vera L. S. B. Ferrante  
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 23 de março de 2017.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha família, à memória do meu pai, Elias Guitija Libombo, a meus irmãos, Ilidio Elias Libombo e Pedro Elias Libombo; dedico-a ainda a minha mãe, Maria Nhassengo, e às pessoas especiais que fazem parte da minha história: Ana Alfredo Chilaule e Amelina Felisberto Luis; a meus filhos: Dayton Elias, Leida da Roda, Solange da Julieta, Plínio Mauro e Jaimito. A meus irmãos: Maria da Roda, Benedita Elias, Virgílio Elias, João Elias e Amélia Elias Libombo; a meus sobrinhos: Álvaro Estevão Libombo, Mirta Medina, Ilídio Pedro, Fafame Pedro, Branco Sérgio, Benedita Virgílio, Pedrinho Joao, Wanga Dá Roda, Célio Benedita, Isy de Oliveira Libombo, Olivia Muchubela Cumbula e Nércia Paulo Kaduya.

Um apreço vai aos meus ancestrais Libombo e Nhassengo.

## **AGRADECIMENTOS**

Aproveito esta ocasião para agradecer a colaboração de várias pessoas e instituições; por isso quero, desde já, deixar meus profundos e sinceros agradecimentos a todos que direta ou indiretamente julgo terem contribuído de forma decisiva para tornar possível o sonho de realizar esta pesquisa, notadamente à orientadora, Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante, que aceitou o desafio de orientar-me. Um apreço e agradecimento especial por seus ensinamentos, transmitidos com mestria auspiciosa, sapiência e motivação na orientação. À Profa. Dra. Helena Lorenzo, pelas sugestões que de forma decisiva contribuíram para enriquecimento deste trabalho e por sua disponibilidade imediata no momento solicitado. Esse agradecimento é estendido ao Prof. Dr. Henrique Durval.

Agradeço profundamente à Universidade de Araraquara, a seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente e a todos que nele trabalham, em especial aos professores com os quais tive aulas e que contribuíram com ensinamentos que foram úteis na efetivação deste trabalho. Aos funcionários da secretaria, em especial a Ivani Urbano e Silvia, que foram fundamentais e cruciais para minha vinda ao Brasil. A todos meus colegas de mestrado e aos doutorandos integrantes do curso, em especial Henrique Gonçalves e Flávia Fernanda Fregati. Um forte abraço incondicional.

Meus agradecimentos são extensivos a toda minha família e em especial a minha mãe, por todo seu amor, paciência e sabedoria que, como sempre, durante toda minha vida, esteve a meu lado, me dando discernimento e condições para enfrentar todos os obstáculos e acreditar que sou capaz, cumprindo perfeitamente seu papel de mãe e dando sempre voto de confiança, mesmo que estejamos privados de nossa convivência familiar nesses dois anos.

Aos funcionários dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas de Boane, pelo apoio dado para obtenção de informação sobre a atividade agropecuária desenvolvida na região e a todos os associados da Associação Livre de Mahubo, pela disponibilidade.

De forma especial um agradecimento merecido ao Governo de Moçambique, através do Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq), pela concessão da bolsa de estudo que me permitiu cursar em tempo integral o mestrado na Universidade de Araraquara.

## RESUMO

A política agrícola adotada pelo governo de Moçambique, centrada nas políticas socialistas, de produção em grandes propriedades com a gerência do Estado, no período pós-independência (1975), destruindo a estrutura tradicional de produção em pequenas escalas dos agricultores, proporcionou uma crise econômica, social e cultural. Contudo, o anúncio do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), em 1987, foi fundamental para criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e para o surgimento das associações agrícolas, independentemente dos sistemas políticos. Desde então, as comunidades locais passaram a usar o movimento associativo como alternativa para suprimir os problemas mais urgentes, como a fome. O presente trabalho buscou compreender a realidade organizacional da associação Agrícola Livre de Mahubo, no Distrito de Boane, em Moçambique, e como ela contribuiu para desenvolvimento da comunidade. Além da revisão bibliográfica e documental, foi feita a pesquisa do campo, em que aplicamos questionário e entrevista em uma amostra de 75% dos associados e do pessoal administrativo. Nas análises dos dados, constatamos a ausência dos gestores de políticas públicas atuantes na localidade, a crença na autoridade tradicional local, o “Régulo”, como indivíduo dotado de poderes extranaturais para dar bênçãos a todos os empreendimentos a serem erguidos e a valorização das organizações não governamentais que trabalham na região para promoção do desenvolvimento local. Os produtores agrícolas são favoráveis à associação e/ou cooperativa, mas tal interesse esta na insegurança quanto à posse de terra, o que pode afetar o desenvolvimento da comunidade.

**Palavras-chave:** Associações agrícolas. Impacto. Desenvolvimento local. Sociedade. Moçambique.

## **ABSTRACT**

The model of agriculture adopted by the Mozambican government is focussed on the socialist politics of mass production where the State is the main manager. This strategy is similar to that applied at post-independence period (since 1975) and as a result it destroys the traditional structure of production in small scales. The same modal seems to have led to an economic, social and cultural crisis of the citizens. However, the announcement in 1987 of the Economic Rehabilitation Program (PRE) was essential in the creation of public policies which foster local development and emergence of independent agricultural associations on basis of political systems. From that period local communities initiated campaigns in the use of associative movements as an alternative to minimize specific problems that affect the population specially hunger. The present study sought to comprehend the organizational reality at Free Agricultural Association at Mahubo, Boane District, in Mozambique. It also investigates how the association contributes for development. A part from the literature and document reviews there was a fieldwork through the administration of a questionnaire and interviews to 75% of the associates and administrative staff. From the analyses of data we noticed: an absence of public policies managers who can act in the community; a strong belief in the local and traditional authorities (chief). The chief is seen as an individual who possesses supernatural powers to attribute blessings in every infrastructure that is constructed. The non-governmental organizations, which act in the region as means to foster local development, are highly valued; and farmers are in favour of association in cooperatives. However, such interest is at times shaped by insecurity in the possession of land, which to some extent affects the local community's development.

**Keywords: Agricultural associations. Impact. Local Development. Society. Mozambique.**



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia.....	23
Figura 2 - Ilustrando uma comunidade.....	36
Figura 3 - Vulnerabilidade a secas e cheias em Moçambique.....	41
Figura 4 - Imagens registradas de cheias e secas em Moçambique.....	41
Figura 5 - Caracterização geográfica de Moçambique.....	43
Figura 6 - Cidade de Maputo.....	44
Figura 7 - Distribuição étnica das línguas faladas em Moçambique.....	45
Figura 8 - Duas religiões; à esq., mesquita muçulmana; à dir., catedral cristã.....	46
Figura 9 - Número de pacientes tratados com antirretrovirais.....	47
Figura 10 - Localização geográfica do Distrito de Boane.....	51
Figura 11 - Estrutura administrativa do Distrito de Boane.....	52
Figura 12 - Imagem de uma associação em Boane.....	60
Figura 13 - Divisão da amostra por sexo.....	61
Figura 14 - Amostra dos membros em percentagem.....	61
Figura 15 - Faixas etárias dos membros da ALM.....	61
Figura 16 - Amostra percentual da faixa etária.....	62
Figura 17 - Relação de escolaridade por sexo.....	63
Figura 18 - Percentual de escolaridade por sexo.....	63
Figura 19 - Objetivos de se organizar.....	64
Figura 20 - Potencialidades do gado bovino.....	67
Figura 21 - Agricultura com tração animal.....	71
Figura 22 - Programa de preservação de ecossistema.....	72
Figura 23 - Representação gráfica do programa de proteção ambiental; homens.....	75
Figura 24 - Representação gráfica do programa de proteção ambiental.....	75
Figura 25 - Sustentabilidade ambiental por meio de indicadores.....	80
Figura 26 - Sustentabilidade do solo.....	82
Figura 27 - Sustentabilidade do solo.....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de variáveis para o estudo do desenvolvimento local sustentável.....	39
Tabela 2 - Temperatura média mensal em graus Celsius. Estação Meteorológica de Maputo.	42
Tabela 3 - Religiões em Moçambique (2007). .....	45
Tabela 4 - Comparação entre as características das agriculturas moderna e tradicional praticadas em Moçambique com variações regionais. ....	73
Tabela 5 - Programa de Proteção ambiental; homens.....	74
Tabela 6 - Programa de proteção ambiental; mulheres.....	74
Tabela 7 - Paradigma de diversidade e inclusão.....	77
Tabela 8 – Analogia e semelhanças entre biodiversidade e sociodiversidade. ....	79
Tabela 9 - Atores sociais (homens) da ALM que se comprometem com sustentabilidade do solo divididos em faixas etárias.....	82
Tabela 10 - Atores sociais da ALM (mulheres) que se comprometem com sustentabilidade do solo divididos em faixas etárias.....	82

## SIGLAS

Aids – Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da imunodeficiência adquirida)

ALM - Associação Livre de Mahubo

CMED - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique

Inam - Instituto Nacional de Meteorologia (Moçambique)

Ipermo - Instituto Permacultura Moçambique

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

IDH - Índice de desenvolvimento humano

INE - Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)

MAE - Ministério da Administração Estatal (Moçambique)

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil)

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OJM - Organização da Juventude Moçambicana

OMM - Organização da Mulher Moçambicana

ONG - Organização não governamental

PA - Posto Administrativo

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PIB - Produto interno bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE - Programa de Reabilitação Econômica

Renamo - Resistência Nacional Moçambicana

Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Brasil)

USD - Dólar dos Estados Unidos da América

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	Problematização .....	16
1.2	Justificativa .....	17
1.3	Procedimentos metodológicos.....	19
<b>2</b>	<b>PRINCIPAIS EIXOS TEÓRICOS DO ESTUDO E SEUS DESDOBRAMENTOS.</b>	<b>24</b>
2.1	Desenvolvimento local e associativismo.....	24
2.2	Desenvolvimento local e teoria do desenvolvimento endógeno .....	26
2.3	Desenvolvimento local e sustentabilidade .....	27
2.4	Teoria do capital social: perspectiva de construção das relações de solidariedade...	29
2.5	Associativismo agrícola e desenvolvimento local.....	30
2.6	Comunidades e associação .....	35
2.7	Participação dos associados e associação/comunidade .....	37
<b>3</b>	<b>ASSOCIAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS PARA O</b>	
	<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>40</b>
3.1	Caracterização geográfica de Moçambique.....	40
3.1.1	Localização, relevo e clima .....	40
3.1.2	Divisão administrativa.....	42
3.1.3	Toponímia, etnografia e linguística .....	44
3.1.4	Religião, posicionamentos internacionais, saúde, educação e economia.....	46
3.2	Associativismo e desenvolvimento em Moçambique.....	48
3.3	Institucionalização do associativismo em Moçambique.....	50
3.4	Contextualização do espaço em estudo: o Distrito de Boane.....	51
3.5	Clima e hidrografia do Distrito de Boane .....	53
3.6	Relevo e Solos.....	53
3.7	Economia do Distrito.....	54

<b>4 ALM: POTENCIALIDADES E DESAFIOS À COOPERAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>56</b>
<b>4.1 Contexto de surgimento e objetivo da associação.....</b>	<b>56</b>
<b>4.2 Gestão e estrutura da associação.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3 Perfil socioeconômico dos associados e participação e adesão dos membros .....</b>	<b>60</b>
<b>4.4 Dinâmica de participação dos associados.....</b>	<b>64</b>
<b>5 DIÁLOGO COM A LITERATURA .....</b>	<b>67</b>
<b>5.1 Caráter endógeno e atendimento às necessidades coletivas .....</b>	<b>67</b>
<b>5.2 Ações capazes de quebrar dependências e avanços tecnológicos .....</b>	<b>68</b>
<b>5.3 Sustentabilidade: conservação dos recursos naturais e do ambiente frente ao dinamismo econômico e à melhoria de qualidade de vida.....</b>	<b>71</b>
<b>5.4 A diversidade em Moçambique e a quebra de paradigmas.....</b>	<b>76</b>
<b>5.5 Biodiversidade e sociodiversidade .....</b>	<b>77</b>
<b>5.6 Sustentabilidade e participação de atores sociais e da comunidade .....</b>	<b>79</b>
<b>5.7 Associativismo e confiança .....</b>	<b>84</b>
<b>5.8 Eixos entre as esferas públicas e privadas na promoção da ALM.....</b>	<b>85</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO A - QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR MEMBROS DA ALM.....</b>	<b>98</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Em Moçambique, assim como em outros países da África, as organizações civis datam de antes da independência (1975) e foram desenvolvendo-se em contextos diversos. No período colonial, ou seja, até 1975, essas organizações tinham a missão de fortalecer o Estado na dominação do povo moçambicano. Após a independência, sob a denominação de República Popular de Moçambique, a administração do país foi marcada pela necessidade de reforçar a unidade nacional, o que se fez com o domínio de um partido único; a estrutura sociopolítica e administrativa obedecia ao chamado centralismo democrático. O Estado era impulsor do interesse público, dentro de uma política socialista que durou até 1992, quando foi introduzido o multipartidarismo; essa data marca o início do período democrático, em que se verifica o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos (ROCHA; ZAVALLE, 2015).

De acordo com Fernandes (1994, p. 21), as organizações da sociedade civil, criadas por iniciativas privadas e que visam à produção de bens e serviços públicos, buscam responder às necessidades coletivas e ao bem-estar social; nesse aspecto, a participação dos cidadãos nos movimentos associativos é importante para a democracia e fortalece a sociedade civil, dando espaço a uma relação entre Estado e sociedade. A contribuição do associativismo, nesse caso agrícola, com toda liderança para planejamento, organização e controle, é uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e, conseqüentemente, um mecanismo que pode melhorar as condições de vida do homem do campo, além de promover maior eficácia na questão da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

De acordo com Ferrinho (1978), as organizações associativas têm um papel importante para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois os agricultores, ao participarem dessas organizações, ganham o direito de tomar decisões sobre ela. Tal como na organização de mercados, percebe-se a necessidade dos indivíduos em associar-se a grupos, unindo-se no esforço de buscar a transformação.

Portanto, entra aqui a questão de que o tratamento do conceito desenvolvimento é um desafio teórico e prático, delicado e complexo, na medida em que o desenvolvimento não pode ser visto como um objeto concreto, com existência objetiva, como uma pedra ou uma pessoa; tampouco se trata de um processo autônomo em si próprio, porque envolve muitos outros fenômenos, tomados arbitrariamente como um todo; logo, deve ser discutido a partir de suas complexidades.

Cada região tem uma cultura e uma estrutura próprias, que influenciam sua forma de ação. As associações rurais, ao serem formadas, têm como propósito integrar os esforços e as ações do homem do campo e a de seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e de fomentar um sistema capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis, garantindo a melhoria do nível de vida da população local (MORAES; CURADO, 2004).

Assim, como defende Valá (1996):

O desenvolvimento pode ser visto como um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem-estar. É fundamental um processo endógeno, que surge a partir do foro do interior da sociedade, definido de forma soberana a sua visão ou seu projeto, contando inicialmente com as próprias forças e só depois com as forças dos que querem apoiar porque partilham os mesmos problemas. (VALÁ, 1996, p. 21).

Nessa visão, Buarque (2004) afirma que o tema desenvolvimento local deve ser encarado com aprimoramento, pois é constituído por dois polos de um mesmo processo, complexo e contraditório, em que atuam duas forças, uma de integração e outra de desintegração, dentro do jogo competitivo mundial. Dado que, na medida em que tal jogo de forças internacionaliza-se economicamente, aparecerão diversas visões e iniciativas locais, com ou sem integração dinâmica internacional, que colocam os processos na expressão diferenciada de desenvolvimento no espaço. Assim, por todo o mundo, as reflexões que dominam a cena política e técnico-científica são sobre modelos e opções de desenvolvimento para enfrentar os desafios e os problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos.

Nesse contexto, as concepções de desenvolvimento são postas em reformulação para que se reconheça a importância dos processos endógenos; portanto, para que aconteçam ações “de dentro para fora”, é pertinente garantir espaços de expressão para atores sociais locais. Essa contestação faz com que o mundo atual passe a reconhecer, na liberdade das pessoas de um determinado espaço, o principal meio para o desenvolvimento. Obviamente, tais transformações pedem e estimulam o surgimento de novas ideias e conceitos para organizar as iniciativas e ações da sociedade diante das circunstâncias em que se desenrola o cenário de desenvolvimento (BUARQUE, 2004).

O desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada. (PANZUTTI, 1997).

Em Moçambique, o tema do desenvolvimento local tem ocupado lugar de destaque



nas agendas políticas, sociais e econômicas dos vários organismos nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento. Esse aspecto, segundo Valá (2005, p. 17), deve-se ao fato de a destruição da estrutura colonialista e as políticas de desenvolvimento “centralizadas e intervencionistas”<sup>1</sup> implementadas pelo governo no pós-independência não terem sido capazes de solucionar os principais problemas que bloqueiam o desenvolvimento, como excesso de mão de obra não qualificada e fuga maciça de quadros após a independência, acompanhados de sabotagem. O país não tinha quadros técnicos para enfrentar os vários desafios da reconstrução nacional e tinha ainda a economia vulnerável e dependente de recursos externos: todo o investimento na economia nacional era público e, mais de metade era coberta por ajuda externa (CHICHAVA, 1999). Acrescente-se a isso a insensibilidade às particularidades e às especificidades locais.

Não obstante, na realidade moçambicana pós-independência, muitas das políticas e estratégias de desenvolvimento do país foram desenhadas em uma perspectiva “de cima para baixo”, tendo como vetor determinante a intervenção pública e colocando em segundo plano as entidades locais e/ou regionais e as visões, os anseios e as perspectivas de outros atores fundamentais do desenvolvimento, nomeadamente o setor privado, as comunidades locais e a sociedade civil, o que é o contrário da visão do papel que a sociedade civil tem de si mesma.

A redução da pobreza absoluta em Moçambique, assim como o crescimento econômico, tem entraves sérios, sem um desenvolvimento sustentável efetivo da agricultura. De acordo com o programa quinquenal do governo (2015-2019), continua definido como objetivo central o “combate” à pobreza como forma de melhorar as condições de vida da população e coloca-se a agricultura como a base do desenvolvimento econômico e social do país, por esta ter um papel determinante na redução da pobreza (MOÇAMBIQUE, 2015).

Mas, para qualquer estudo sobre uma cooperativa e/ou associação, é preciso respeitar as particularidades:

Apresenta aspectos específicos com dimensões distintas e, muitas vezes conflitantes, que de um lado são, respectivamente, o foco de mercado, da lógica econômica de maximização de resultados, da concorrência e dos preços, como sinalizadores da alocação de fatores de produção; de outro, o foco da sociedade, do associado, da fidelidade contratual, da ética dos negócios, da transparência e do desenvolvimento,

---

<sup>1</sup>Políticas de desenvolvimento “centralizadas e intervencionistas” O Estado passou a ser conceitualmente definido não como um instrumento de uma classe contra outra, mas como o gestor de interesses de toda a sociedade nos domínios da ordem pública, segurança, disciplina social e propriedade; o governo interveio fortemente na economia, eliminando a propriedade privada e nacionalizando os principais serviços (saúde, educação, habitação, transportes e fabricas etc.). Essas medidas eram consideradas pelo governo de extrema importância tanto por permitir o controlo direto do estado das principais áreas económicas e de serviços como para promover o acesso amplo dos cidadãos aos mesmos (JAKOBSEN; CARVALHO, 2008).

com distribuição de renda, de forma a elevar a riqueza e o bem-estar do associado. (BIALOSKORSKI NETO, 2002, p. 1).

Assim, surgem diversos aspectos acerca da formação e da realidade das associações rurais em Moçambique — no caso particular deste estudo, da Associação Livre de Mahubo (ALM) — que devem ser respondidos: o surgimento da associação, o foco de atuação, a participação dos membros na vida da associação, os motivos de adesão dos membros, as dificuldades enfrentadas pela associação e outros. E aqui surge um problema: o desenvolvimento local, baseado nas potencialidades locais e associado ao associativismo em Moçambique, e com diversidade de culturas e economia vulnerável, dependente de recursos externos, é capaz de responder aos anseios das comunidades rurais de um determinado território e proporcionar o desenvolvimento local sustentável?

### **1.1 Problematização**

Moçambique vem passando por várias consequências do processo de mudanças políticas, econômicas e sociais resultantes de um conjunto de transformações, como a implantação da economia de mercado e a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Alguns dos produtos dessas políticas são a reestruturação do papel do Estado na provisão do bem-estar social e econômico das comunidades e a necessidade imperiosa destas tomarem para si a busca de opções que satisfaçam suas necessidades socioeconômicas. Com a aprovação e a divulgação da Lei nº 8/91, no Boletim da República, que regula o direito à livre associação, uma das opções que as comunidades locais encontram para fazer frente aos problemas que enfrentam é organizarem-se em associações agrícolas. Estas já foram reconhecidas por diversas instituições como uma alavanca do desenvolvimento das comunidades locais (VALÁ, 2002, p. 26).

Pereira (2007, p. 6), recorrendo a estudos realizados sobre as associações agrícolas, comprovou que a maior parte das associações de nível local em Moçambique, embora tenha sido criada para resolver os problemas de seus membros e de suas comunidades, apresenta ainda funcionamento deficiente.

Convém salientar que a deficiência do funcionamento da maioria das associações agrícolas, segundo os pesquisadores que trabalharam em algumas associações, é oriunda de vários fatores, como a falta de sustentabilidade, a dependência climática — temperatura, pluviosidade, umidade do solo e radiação solar —, a falta de infraestrutura para escoamento da produção para os mercados locais e, por último, a falta de gestores de políticas públicas

atuantes.

As associações e cooperativas agrícolas locais carecem de autossustentabilidade e estão, grosso modo, dependentes de financiamento externo. Isso faz com que esses organismos tenham capacidade fraca ou quase nula de definirem eles próprios suas necessidades e prioridades, assim como os impede de alavancar o propósito pelo qual foram criados (NEGRÃO, 1997 apud VALÁ, 2002, p. 31).

O problema de dependência torna as associações vulneráveis às decisões externas, que, por sua vez, impõem suas condições, nem sempre de acordo com os objetivos inicialmente traçados pelas associações. Nesse ponto de vista, é-lhes impossível definir para si próprias objetivos e metas a alcançar em função das necessidades e dos problemas vividos pelo homem do campo, e acabam por orientar-se em função das agendas e dos programas dos parceiros externos, o que, de certa forma, põe em risco sua autonomia, situação que será discutida ao longo desta dissertação.

Consideradas as questões levantadas, e na perspectiva de orientar este trabalho, tem-se como objetivo geral compreender a realidade organizacional da ALM; como objetivos específicos: (i) contextualização, formação e objetivos da associação; (ii) identificação das principais atividades e de seu potencial para o desenvolvimento local; (iii) análise das condições de vida dos associados; (iv) avaliação do nível de participação e articulação entre os membros da associação e a comunidade local.

Nesse contexto, surgem alguns aspectos, na forma de hipóteses, que precisam ser respondidos: (i) as associações agrícolas têm um papel preponderante na promoção do desenvolvimento local, por mobilizar o uso de recursos disponíveis em prol do desenvolvimento; (ii) as associações agrícolas em Moçambique que, dependentes dos programas dos parceiros externos, concorrem para o processo de desenvolvimento local só têm existência nominal, sem dispor da autonomia necessária para intervir no processo; (iii) o Estado apesar de legislar a favor do associativismo, não o incentiva com políticas de desenvolvimento.

## **1.2 Justificativa**

O crescimento da população mundial, a devastação de recursos como a terra, a água, a biodiversidade, e outros eventos, como guerras, têm sido apontados como os principais causadores das demandas por alimentos no mundo, sobretudo nas zonas problemáticas em que

esses eventos são frequentes.

Em uma tentativa de dar respostas a esses problemas, os homens aperfeiçoaram estratégias e tecnologias para produção de alimentos e criaram alternativas para suprimir os problemas da escassez alimentar. Entre tais iniciativas, podemos situar o associativismo, que, independentemente de ser a base da sobrevivência, pode elevar os níveis de produtividade, dependendo das especificidades da região.

Nesse contexto, um dos maiores debates da atualidade, quer na esfera acadêmica ou na governamental, diz respeito à alimentação da população, pois é nesse circuito que a problemática agrária tem suscitado interesse nas agendas políticas de vários países, principalmente naqueles em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, pelo papel que a atividade desempenha na melhoria do bem-estar das populações nas comunidades.

Em Moçambique, cerca de 70% da população vive na zona rural, e grande parte da população que vive abaixo da linha de pobreza absoluta encontra-se nas zonas rurais. É importante salientar que a agricultura contribui com cerca de 50% do PIB e 75% das exportações do país (MOÇAMBIQUE, 2011).

Nesse panorama, estudar as associações agrícolas de um país em que a agricultura tem peso significativo, como Moçambique, justifica-se pelo papel que a prática tem na organização da população do campo e no desenvolvimento das comunidades locais, como afirma Francisco (2001, p. 48): “O processo de organização de uma comunidade é também um processo de desenvolvimento, pois uma população desorganizada não consegue conceber nenhum projeto capaz de promover o desenvolvimento da sua própria comunidade”.

Por outro lado, estudar associativismo agrícola é um meio de compreender as dinâmicas organizativas das comunidades locais, as sinergias institucionais em presença, a capacidade endógena localmente, bem como a forma como os atores locais estruturam-se e organizam-se para enfrentar os desafios complexos que o processo de desenvolvimento traz. As associações agrícolas têm outras vantagens, como defende Valá (2002).

Estas têm o mérito de permitir que os camponeses obtenham apoio em crédito, comercialização agrícola, segurança da posse de terra, extensão rural e capacidade sobre diversos assuntos ligados à produção agrícola, contribuindo para o aumento da sua capacidade produtiva e para enfrentarem os diversos desafios que se colocam à produção e comercialização. (VALÁ, 2002, p. 26).

Do ponto de vista prático, abordar o associativismo agrícola em suas várias dimensões pode permitir-nos ter um conhecimento mais profundo da realidade do campo, dos problemas, de suas necessidades e aspirações. Tais aspectos poderão servir como requisitos no quadro da formulação, da implantação e da monitoria de políticas públicas de promoção do

desenvolvimento local. Na visão teórica, o estudo do associativismo agrícola apresenta-se como uma contribuição importante para compreensão da dinâmica da vida social no meio rural. Tendo em consideração que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados, o modelo associativo revela-se como catalisador importante da busca de soluções para os problemas enfrentados pelos indivíduos, e que seria difícil, senão impossível, resolvê-los individualmente, o que não implica ignorar seus problemas e desafios.

Em Moçambique, é pertinente apostar em desenvolvimento local, pois este coloca em evidência a diversidade e a particularidade dos contextos locais, reconhecendo que cada território tem necessidades e demandas próprias e, conseqüentemente, respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e desenvolvimento do meio rural. Portanto, a escolha da ALM, localizada no sul de Moçambique, no Distrito de Boane, pode ser relevante para estratégia de desenvolvimento rural. Para a realização de nosso trabalho, escolhemos uma comunidade com aproximadamente 10 mil famílias, da qual se escolheu uma associação com grande peso na agricultura local, que se encontra na área rural, mas com fácil acesso por via terrestre.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

Realizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica em textos publicados sobre o tema escolhido para este trabalho e a análise de documentos coletados com informações relevantes que abordassem a temática em estudo a partir dos conceitos-chave associativismo agrícola, desenvolvimento local, as várias dimensões de desenvolvimento local ou endógeno, participação, capital social, comunidade.

Assim, para a realização da pesquisa, privilegiamos tanto as fontes de informação primárias como as secundárias, nomeadamente documentos publicados e não publicados, monografias, dissertações, teses, livros, relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com relevância sobre o tema, além da legislação moçambicana sobre associações.

Para complementarmos a pesquisa e aprofundar o estudo, foi desenvolvida a pesquisa qualitativa. Pois, esta abordagem qualitativa orienta a ação, permite maior compreensão sobre a realidade social, auxilia na definição e seleção de linha de atuação, medindo os impactos e os resultados do movimento associativo. Assim como, é uma necessidade de aprofundar objeto da pesquisa, de modo a olhar as oportunidades e limites voltados ao fortalecimento de uma

economia solidária em Mahubo localidade do distrito de Boane, como palco de desenvolvimento do associativismo, bem como seus efeitos sociais deste a sua criação junto aos seus associados (ALM). Neste caso, buscamos informação, quer em formas documentais, quer em fontes orais dos próprios agentes sobre a ALM, no que se refere a sua gênese, a sua evolução e a outros temas, com objetivo de tentar entender a situação da organização.

Segundo Godoy (1995) as pesquisas qualitativas tem características básicas que devem ser tomadas em conta, que são: (1) o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é um instrumento chave; (2) é descritiva, que facilita ao pesquisador na interpretação de dados coletados, (3) o significado que as pessoas dão às coisas e às suas vidas é a preocupação essencial do investigador; (4) os pesquisadores qualitativos utilizam o método indutivo na análise de seus dados. Por isso, a generalização deriva de observações particulares de casos da realidade concreta.

### **Universo da pesquisa**

De acordo o Barros e Lehfeld (2000, p.86) o universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características definidas para um estudo, e determinam que a amostra é um subconjunto representativo do conjunto da população.

Na presente pesquisa, o foco da nossa análise aconteceu no distrito de Boane e na Associação Livre de Mahubo (ALM) - Moçambique, através de uma amostra intencional e aleatória tendo como o contexto o funcionamento dos agentes de atividades econômicas do distrito e os associados da associação em estudo.

### **Sujeitos da pesquisa**

Alguns critérios foram observados para que a seleção dos sujeitos fosse possível. Para a composição da amostra intencional e aleatória, procurou-se selecioná-los levando-se em conta: a) envolvimento dos gestores de atividades econômicas do distrito no associativismo; b) interação dos associados na associação ( tempo de envolvimento, tipos de atividades, papel desempenhado; c) implicações e efeitos sobre seus negócios( novos produtos, diversificação da produção, expansão de mercado, diversificação de clientela, inserção em programas de formação/capacitação, entre outros).

Os recursos metodológicos utilizados foram (i) a observação direta, técnica que nos permitiu realizar visitas constantes ao terreno de estudo, e segundo um plano previamente desenhado, observamos as condições geofísicas, o modo de vida das populações, a presença e o funcionamento das instituições locais, os hábitos e os costumes locais. Fizemos anotações sobre situações relevantes para nosso estudo em diários de campo, e (ii) as entrevistas

semiestruturadas (individuais e coletivas), que constituíram importante técnica de investigação que nos permitiu contato direto e diálogo com as famílias, incluindo “pessoas-chave” da comunidade que, por sua posição, têm alguma informação pertinente para nosso trabalho.

Em nosso entender, as entrevistas semiestruturadas permitem maior aprofundamento das questões a levantar e, de acordo com Lakatos e Marconi (1999, p. 12), maior liberdade aos interlocutores de desenvolverem cada situação em qualquer direção que considerem adequadas. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão, já que, em geral, as perguntas foram abertas. O trabalho de campo foi realizado no estilo de diálogo.

**Categorização.** A categorização de amostra para entrevista é uma operação de classificação de unidades (de registro e de contexto) constitutivos do texto. Além de que as categorias são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos ( unidades de registro, no caso de análise de conteúdo ) sob um título genérico (BARDIN, 1977).

Segundo Bardin (1977) a categorização pode empregar dois processos inversos: 1) fornece um sistema de categorias e, com base nele, reparte da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados; e 2) o sistema de categorias não é fornecido inicialmente. Ele vai se estruturando de acordo com classificação analógica e progressiva dos elementos. Assim, o sistema produzido pela análise qualitativa de conteúdo das entrevistas desta pesquisa foi estruturado de acordo com esse último processo, com base no roteiro de entrevista utilizado.

As entrevistas foram aplicadas sobre os seguintes grupos:

- Membros da autoridade administrativa nos serviços de atividades econômicas, responsáveis pela execução de políticas públicas do distrito de Boane.
- Membros da associação agrícola selecionada aleatoriamente, mas representativo para o estudo de caso.
- Representantes de organizações não governamentais (ONGs) que atuam na implantação de programas de desenvolvimento local, nomeadamente o Instituto Permacultura Moçambique (Ipermo), uma organização brasileira de promoção de desenvolvimento local, e a Acidovoça, também uma organização que promove o desenvolvimento das comunidades locais e que tem parceria com uma empresa de produção de alumínio, a Mozal.

As entrevistas individuais foram feitas diretamente com alguns membros da administração local, membros do setor privado que atuam na formulação de políticas de

desenvolvimento local em nível regional, líderes comunitários e alguns elementos-chave da associação em estudo, além de membros da comunidade e da associação agrícola em estudo, incluindo homens e mulheres, entre 15 e 65 anos. As entrevistas foram feitas em duas línguas (português e changana<sup>2</sup>, língua local), com 75 pessoas, o que corresponde a 33% dos membros ativos da ALM (230 membros no total).

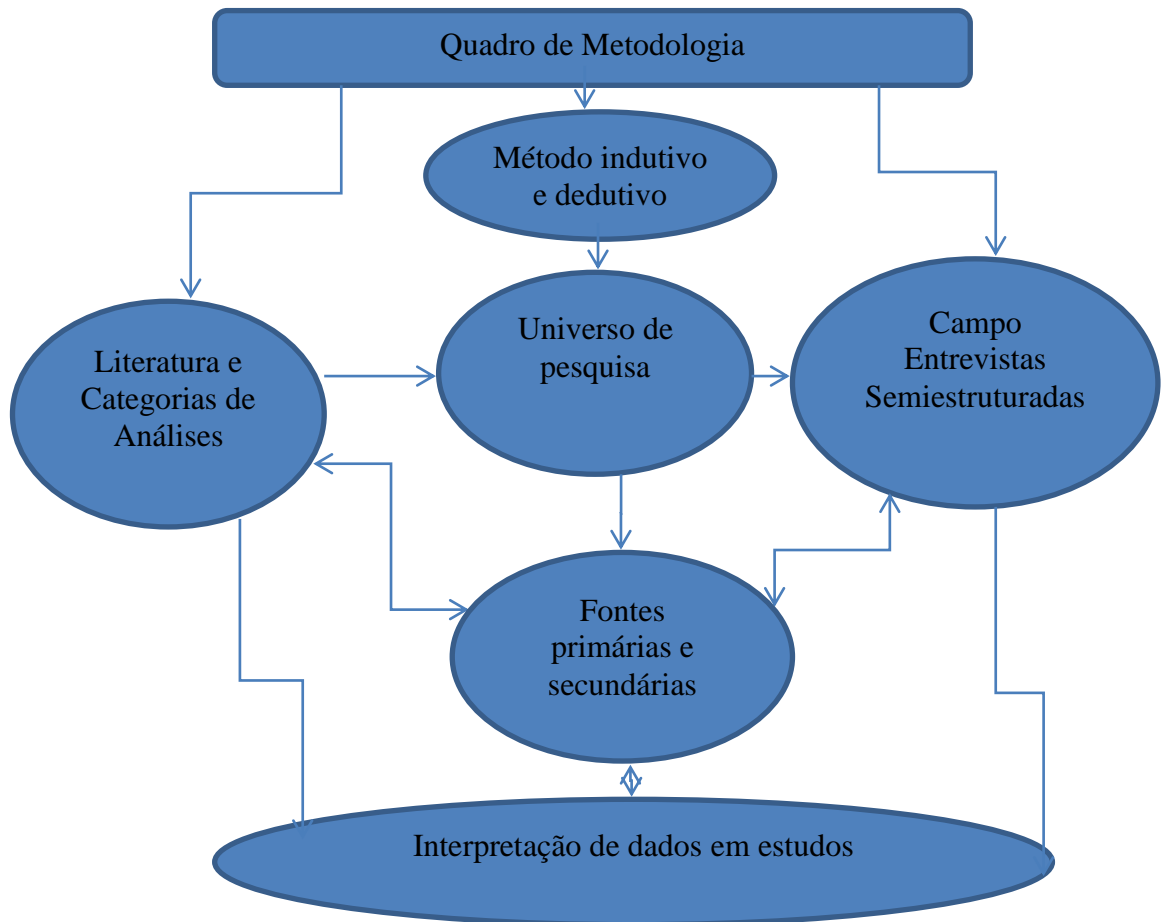
Feito esse trabalho, procedeu-se à análise e à interpretação dos dados recolhidos, com vistas à sistematização, e sobre os quais, depois, aplicou-se o método indutivo para sua generalização, a partir do estudo de caso da ALM.

---

<sup>2</sup> O changana é uma língua do grupo Shangaana-Tsonga, falada principalmente nas três províncias moçambicanas do sul do Save (Inhambane, Gaza e Maputo) e também em parte da África do Sul; de acordo com o recenseamento moçambicano de 2007, o changana era a segunda língua com maior número de falantes em Moçambique, com 1.682.438 falantes (NGUNGA; SIMBINE, 2012).



Figura 1 - Metodologia.



Fonte: elaborado pelo autor.

## 2. PRINCIPAIS EIXOS TEÓRICOS DO ESTUDO E SEUS DESDOBRAMENTOS

### 2.1 Desenvolvimento local e associativismo

O conceito de desenvolvimento no âmbito das ciências sociais é um processo com múltiplas interpretações, por vezes até contraditórias, mas todas com ênfase no alcance da melhoria do estado de vida dos agentes sociais.

O mundo moderno é caracterizado pelo pensamento econômico e, nesse sentido, o desenvolvimento tem sido ancorado exclusivamente na dinamização do crescimento econômico. Embora este seja, de fato, um componente importante e necessário, não é suficiente para gerar desenvolvimento, pois a concepção de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do aumento do produto interno bruto (PIB). É dessa forma que, atualmente, o pensamento modificou-se quanto à abordagem do desenvolvimento.

De acordo com Buarque (2004), temáticas como desenvolvimento humano<sup>3</sup> e desenvolvimento sustentável<sup>4</sup> estão presentes tanto na literatura contemporânea como nas discussões que se travam nos organismos científicos internacionais. Sobre o conceito de desenvolvimento local, a Delnet (2002) refere que os territórios dispõem de um conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais que constituem seu potencial de desenvolvimento endógeno. Dentro dessa perspectiva, as comunidades locais são chamadas a grandes desafios, a fim de mobilizar as potencialidades existentes em seu território, a favor do desenvolvimento. De acordo com a instituição, o desenvolvimento local é visto como a capacidade que os territórios, regiões ou localidades têm de articular diferentes fatores e potencialidades locais existentes em prol das atividades produtivas; assim, a existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos depende do uso de recursos disponíveis, da introdução de inovações e, conseqüentemente, da criação da riqueza e da melhoria do nível de vida da população local.

Na óptica de Buarque (2004, p. 26), o desenvolvimento local envolve múltiplas ações, convergentes e complementares, capazes de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento local tem um caráter

---

<sup>3</sup>É um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômicas, política, social, ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida-longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para seres humanos (BUARQUE, 2004, p. 58 apud PNUD, 1998).

<sup>4</sup>Baseia-se em pressupostos éticos e imperativos das duas solidariedades diacrônicas e sincrônicas. A construção do bem-estar para a geração atual não pode comprometer existência das futuras gerações (SACHS, 2009, p. 49).

fundamentalmente endógeno, em busca de um processo de crescimento territorial econômico e social sustentado, com aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, e da riqueza, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais, assim como no global.

Para que tudo aconteça, e para um caminho de desenvolvimento que abranja o território nacional a partir do âmbito local, não pode ser descartada a apropriação dos avanços tecnológicos e civilizatórios de cada região, como defende Furtado (1999), pois é necessário tratar de forma criativa as diversidades geográfica, demográfica, social, cultural e produtiva<sup>5</sup> para poder ganhar o espaço de atuação e comando, com maior grau de autodeterminação e endogenia.

Assim, Buarque (2004, p. 25) conceitua o desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, sustentados pelas potencialidades locais a concorrer para viabilizar as oportunidades sociais e a competitividade da economia e assegurar a conservação dos recursos naturais locais.

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável expresso por uma mobilização e, principalmente, convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, assim, o resultado de uma vontade conjunta e dominante da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. (CASTELLS; BORJA, 1996 apud BUARQUE, 2004, p. 30).

Buarque (2004) alerta ainda para que não se confunda desenvolvimento local com descentralização, pois são processos distintos e relativamente independentes, embora quase sempre interligados e complementares. A descentralização é um processo político-institucional que decorre de decisões restritas à forma de organização da sociedade e da administração pública no cumprimento das políticas e dos programas.

Entretanto, estudar a relação entre o desenvolvimento local e a ALM tem relevância, pois esse envolve pessoas e suas sinergias voltadas para a comunidade; essa é uma característica semelhante ao movimento associativo, em que predomina a adesão livre e a participação na busca do bem comum. Além do mais, desenvolvimento local e associativismo têm uma relação forte voltada à promoção do crescimento econômico, social e cultural da comunidade.

O associativismo apresenta-se como conceito correlacionando às definições dos

---

<sup>5</sup> “Na diversidade das regiões estão as raízes de nossa riqueza cultural. Mas a preservação desta riqueza exige que o desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional”. (FURTADO, 1999, p. 46).

capitais humano, social e econômico, fatores que são fundamentais para a promoção do desenvolvimento local. Está na própria origem do movimento associativo a busca da melhoria da qualidade de vida do agricultor, que, em uma visão holística, coloca-se como meio alternativo de desenvolvimento local, além de ter uma relação de afinidade com o conceito de capital econômico e social, caracterizada pela forma de produção com princípios de igualdade, solidariedade e ajuda mútua.

## **2.2 Desenvolvimento local e teoria do desenvolvimento endógeno**

Não se pode falar em desenvolvimento local sem tocar na teoria do desenvolvimento endógeno, que tem suas raízes na década de 1970, quando as perspectivas de desenvolvimento passaram a ser planejadas de “baixo para cima”, ou seja, as estratégias de desenvolvimento são implantadas a partir dos problemas e das necessidades vividas pelas comunidades locais, visando explorar o potencial de recursos disponíveis (naturais, humanos, econômico-financeiros, políticos e institucionais).

Essa teoria de desenvolvimento endógeno parte do pressuposto que fatores decisivos no processo de desenvolvimento local são definidos no interior das respectivas regiões ou localidades, e não de forma exógena. Assim, as comunidades dotadas desses fatores, ou estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los inteiramente, teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (PEREIRA, 2007, p. 69).

Amaral Filho (1995, p. 2) define a teoria de desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento econômico com ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local. Tal processo é essencial para geração ou ampliação do emprego, do produto e da renda local, definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional.

Enquanto Barquero (1995, p. 17) afirma que o modelo do desenvolvimento endógeno é caracterizado por duas dimensões: a econômica, na qual a comunidade empresarial local organiza-se com suas capacidades para reunir e utilizar os fatores produtivos da região, e a sociocultural, que congrega os valores e as instituições locais, igualmente imprescindíveis para o desenvolvimento local. Esse modelo de desenvolvimento não pode ser visto como uma forma de isolamento, mas como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas da região, para que esta possa enfrentar desafios e competições dentro

do território (AMARAL FILHO, 1995, p. 29).

Portanto, o processo endógeno de desenvolvimento, que busca usar os potenciais naturais, humanos, institucionais e organizacionais, proporciona uma mudança no sistema produtivo local, com meios de aperfeiçoamento, para o bem da população e para melhoria da qualidade de vida; essa é a consequência da própria ação dos cidadãos beneficiados, que são atores centrais no processo de desenvolvimento, contribuindo desde a idealização até a avaliação, execução e controle dos projetos.

Para obterem o sucesso econômico e social no território delimitado, as organizações associativas devem lutar pela promoção de seus valores e princípios, de modo a convidar as pessoas da comunidade a participar no processo de desenvolvimento local. Nesse contexto, a partir dessas ideias, pretendemos analisar de que forma as potencialidades locais do território em estudo são valorizadas, como os recursos disponíveis são explorados em prol do desenvolvimento e qual o nível de participação da comunidade nesse processo, que comprovadamente não é linear, mas cheio de contradições.

### **2.3 Desenvolvimento local e sustentabilidade**

O conceito de sustentabilidade tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável” e foi formulado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED) em 1987. Fundamentado no princípio que recomenda a implantação de mecanismos de desenvolvimento econômico e social que supram as necessidades básicas das gerações presentes sem comprometer o futuro das próximas gerações, ou seja, desenvolvimento econômico e material sem agressão ao meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente, para que elas se mantenham no futuro (CHONGUIÇA, 1997).

Cavalcanti (2003) traz que a sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento equilibrado ou superior de vida de um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Nessa visão, é imperiosa a manutenção de todo o sistema que suporta a vida de todos os seres vivos na natureza para tornar possível a vida dos seres humanos em longo prazo. O desenvolvimento que o mundo vive desde o fim da Segunda Guerra Mundial tornou-se insustentável, portanto, o desenvolvimento econômico não pode ser tratado na visão progressista aberta, com o egoísmo presente atualmente. A partir de aceitação da ideia de desenvolvimento sustentável, o homem colocou voluntariamente o limite do progresso

material, não se esquecendo que tal prescrição de desenvolvimento sustentável é política. Aí está o dever de a ciência entrar em ação para explicar como, de que forma, ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para sustentabilidade (CHONGUIÇA, 1997).

Sachs (2009) aponta que existem sete critérios de sustentabilidade, com suas dimensões variadas:

a) sustentabilidade social - homogeneidade social, busca de melhor qualidade de vida da população, emprego pleno, equidade na distribuição de renda, equilíbrio do acesso aos recursos e serviços disponíveis;

b) sustentabilidade cultural - respeito aos diferentes valores entre a população e incentivo a processos de mudança, além de capacidade de autonomia para elaborar um projeto a partir das especificidades locais.

c) sustentabilidade ecológica - respeito no uso dos recursos naturais como forma da sustentação da vida dos integrantes da natureza, redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e minoração do uso de materiais não renováveis como regras para proteger o meio ambiente.

d) sustentabilidade econômica - controle do fluxo de investimentos públicos e privados, harmonia entre os padrões de produção e consumo, capacidade de modernização dos instrumentos de produção com introdução de tecnologia adequada ao ambiente local.

e) sustentabilidade ambiental - preservação da natureza, equilíbrio dos ecossistemas (compartilhamento de todos os seres vivos e meio ambiente), consideração aos direitos humanos e à integração social e combate à pobreza e à exclusão.

f) sustentabilidade territorial - equidade na alocação de investimento entre os âmbitos urbano e rural para a promoção de um equilíbrio saudável na região ou no território e adoção de uma agricultura orgânica que não danifique o ecossistema, equilíbrio de processos migratórios, planejamento dos projetos de desenvolvimento seguro que respeitem o meio ambiente.

g) sustentabilidade política - democracia representativa e participativa para todos os cidadãos, com respeito aos direitos humanos, descentralização estatal e gestão de recursos com autonomia local, poder estatal de descentralização de desenvolvimento para atender às regiões mais fracas; isto é, compartilhamento de responsabilidades, parceria entre as regiões mais desenvolvidas e as comunidades pobres a fim de estas poderem beneficiar-se do auxílio.

Para Adam (1989), no que diz respeito às organizações rurais, principalmente as moçambicanas — que colocam os apoios recebidos dos projetos de desenvolvimento rural

como uma forma de dar incentivo à continuidade dos trabalhos —, para melhor funcionamento de uma organização, após o recebimento dessa ajuda, as organizações devem ser capazes de gerar rendimentos próprios para sair da dependência e prosseguir com suas atividades. Nessa óptica, a sustentabilidade é permitir o autofinanciamento, por parte dos beneficiários do projeto, pela geração de receitas e rendimentos para cobertura de suas despesas e, conseqüentemente, proporcionar o desenvolvimento local de maneira sólida.

#### **2.4 Teoria do capital social: perspectiva de construção das relações de solidariedade**

O desenvolvimento implica em crescimento igual dos níveis de confiança, cooperação, solidariedade e organização social, o que remete à noção de **capital social**. A gênese dessa noção é atribuída à sociologia, às ciências políticas e ao debate sobre o desenvolvimento promovido pelo Banco Mundial, em 1995. Mas é preciso dizer que ao conceito já havia sido concebido por autores clássicos, como Adam Smith, Max Weber e Karl Marx, ao analisarem a importância dos fatores sociais e culturais no processo de desenvolvimento.

Na perspectiva sociológica de Coleman (1990, p. 28), o capital social é produto da interação social entre indivíduos e grupos que representam algum tipo de recurso que facilite a ação social tanto dos indivíduos como das comunidades. Bourdieu (1998, p. 155) afirma que o capital social é todo conjunto de recursos, atuais ou potenciais, vinculados a um grupo, formado, por sua vez, por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedade comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis.

O Fórum Nacional Econômico e Social do Brasil (2003) define capital social como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitam a cooperação dentro dos diferentes grupos sociais ou entre eles, os quais são dependentes da interação entre indivíduos, criando, assim, a estrutura de redes. A construção de redes sociais e a conseqüente aquisição do capital social estão condicionadas por fatores políticos culturais e sociais, e sua constituição pode levar à utilização, como recurso, em favor de desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades.

A teoria do capital social parte do pressuposto que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável; o crescimento econômico não leva necessária e diretamente ao desenvolvimento social, dando tal primazia às instituições e ao sistema social como elementos-chave para resolução de problemas de desigualdade e de exclusão social (MILANI, 2003, p. 103). Na construção do

capital social, as relações sociais constituem um patrimônio altamente eficaz a serviço dos sujeitos, sejam estes individuais ou coletivos, e a troca simétrica dessas relações permite a obtenção dos recursos presentes nas estruturas das relações sociais. Assim, alguns autores, como Bourdieu (1998), Coleman (1990) e Putnam (1996), dão ênfase ao papel das normas de confiança mútua e à riqueza do tecido social como elementos para o desenvolvimento local.

Nessa teoria, os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e grupos sociais, na produção de “boas” formas de interação social e na resolução de problemas nas ações coletivas, proporcionando ambientes saudáveis ao desenvolvimento local. Levando em consideração que o desenvolvimento local envolve fatores sociais culturais e políticos, e que embora o econômico seja indispensável, mas não o suficiente para promover o desenvolvimento, a teoria do capital social revela-se da maior importância para nossa pesquisa, já que privilegia as dimensões culturais, sociais e políticas do desenvolvimento local.

A teoria do capital social pode oferecer-nos um estudo adequado das associações agrícolas, tendo em conta a reciprocidade, a cooperação interpessoal, a confiança mútua e a solidariedade que expressam elementos do capital social, assim como se revelam de grande importância na vida tradicional associativa agrícola, principalmente em Moçambique, investidos de mitos tradicionais.

Nesse contexto, à luz do capital social, pretendemos, em nossa pesquisa, avaliar o impacto das variáveis extraeconômicas no processo do desenvolvimento local, pois alguns elementos característicos da vida associativa — como solidariedade social, reciprocidade, cooperação interpessoal, ajuda mútua, mito de reconhecimento tradicional — criam ambientes favoráveis ao processo de desenvolvimento. Assim, na perspectiva da teoria do capital social, quanto mais organizadas, solidárias e coesas as comunidades forem, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento. Evidentemente, faz-se necessário o diálogo dos dados coletados com as referências teóricas.

## **2.5 Associativismo agrícola e desenvolvimento local**

As manifestações associativistas expressas pelos homens no decorrer da história e de sua luta pela sobrevivência são justificadas e viabilizadas pelos princípios cooperativistas. Diferentes povos, cada um dentro de sua própria história, compartilham a cooperação como processo social.

Segundo Miranda (1973), a gênese do movimento cooperativo ou associativo está



associada ao capitalismo, pois foi nesse sistema que muitos problemas sociais e econômicos vieram à tona, desencadeando a degradação da vida dos cidadãos. Isso possibilitou muitas manifestações sociais, econômicas e até políticas; nesse âmbito, o surgimento das organizações cooperativas deve ser buscado a partir da evolução do modo de produção capitalista. Definir a organização cooperativa como forma peculiar de associação cujo surgimento esteja vinculado ao modo de produção capitalista não pode ser reduzido ou, aliás, não pode ter suas manifestações colocadas como mera concretização do processo de cooperação, porque, em diversas ocasiões, a realização da organização cooperativa implica a presença de dois processos distintos, tanto associativos como dissociativos. Também não se deve julgar que os efeitos advindos do surgimento das empresas cooperativas, em qualquer momento produtivo em que ocorram, exerçam função altamente modificadora sobre o caráter da sociedade global em que se inserem. Por outro lado, a vinculação do pensamento cooperativo ao desenvolvimento do modo de produção capitalista não deve ser rígida e linear. Sendo assim, a evolução do modo capitalista de produção deve ser compreendida através de seus elementos essenciais e nos momentos específicos de sua realização, com a finalidade de permitir a melhor compreensão do movimento cooperativo (MIRANDA, 1973).

São várias visões conceituais sobre as associações, em termos sociológicos; a noção de associação está vinculada ao grupo social. Uma associação é vista como um grupo social que se distingue dos outros por possuir uma especialização funcional e um objetivo preciso que mobiliza seus membros. Veiga (2000, p. 7) mostra que, do ponto de vista sociológico, as associações ou cooperativas são grupos de seres humanos, que, de uma maneira orgânica, entram em relação a fim de realizar determinados interesses comuns (lucrativos ou não) e que participam em uma ou outra função da vida social.

Na realidade objetiva, as associações comportam estrutura social, normas e regras de comportamento, relações de reciprocidades entre seus membros, recursos, valores, interesses próprios e comuns em determinado espaço e tempo. Nesse prisma, entende-se por associação agrícola um grupo social com as seguintes características:

- Seus membros são profissionais da agricultura (em sentido mais amplo, comporta agricultura, silvicultura e pecuária).
- O objeto está centrado nas atividades agrícolas e/ou de representação, defesa e apoio à promoção dos interesses socioagrários; a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrícolas; o provisionamento dos fatores, a assistência técnica e a prestação de serviços em geral, incluindo o crédito,

a dignificação e a valorização profissional de seus associados, visando à melhoria dos rendimentos e à promoção dos direitos laborais (VEIGA, 2000).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA, 2009), associação é a união de pessoas formando um grupo com um objetivo comum a alcançar. Uma associação de produtores rurais é conceituada como sendo uma organização civil, constituída de produtores rurais e suas famílias, com objetivo de dinamizar o processo rural, desenvolvendo ações em benefício da comunidade por eles constituída.

Esse grupo de trabalhadores associados em uma organização poderá comprar insumos, máquinas, equipamentos e animais para uso coletivo; construir armazéns comunitários; agregar valor à produção por meio de seleção, classificação, embalagem e industrialização; e processar com riscos menores que em ações individuais. Além disso, os valores culturais são promovidos e, durante o exercício das atividades, as associações contribuem para fortalecer os laços familiares que unem pessoas em torno de propostas e benefícios comuns (MAPA, 2009).

Na legislação moçambicana (Decreto-Lei nº 2/2006, de 3 de maio, art. 2º), as associações agrícolas são definidas como:

As diversas formas de organização e de entreaajuda das comunidades, relacionadas com as atividades agropecuárias. São também as organizações detentoras ou possuidoras, a qualquer título, do direito que lhes assegure o uso e fruição de terras, de gado, ou de áreas florestas e que tenham por objeto o apoio ou fomento da exploração agrícola, agropecuária ou florestal ou outras com elas diretamente relacionadas ou conexas. (MOÇAMBIQUE, 2006).

Na realidade prática, a associação agrícola é vista como em parte semelhante à cooperativa agrícola. De fato, os dois modelos, tanto o cooperativo como o das associações, existem para cumprir o mesmo papel no meio social em que estão instituídos; a doutrina básica ou inspiradora dos modelos organizativos é de base coletiva, mas, no discurso corrente, fala-se de cooperativas e de associações como se fossem realidades completamente distintas.

Para a Aliança Cooperativa Internacional:

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais que não podem ser resolvidas individualmente, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida. (VEIGA, 2000, p. 9).

Outra compreensão dessa temática está em Campos (1999, p. 41), que considera as cooperativas agrícolas associações, mas nem todas as associações são cooperativas agrícolas. Importa reter alguns traços essenciais que caracterizam a cooperativa: o primeiro é que esta

nunca funciona sem ter em seu regimento princípios cooperativos<sup>6</sup>, o segundo, que a cooperativa, sendo uma associação, é simultaneamente uma empresa, na medida em que é uma unidade de produção, ou seja, um conjunto de pessoas dotadas de conhecimento, bens e serviços organizados com certa autonomia para realizar processos produtivos com finalidades econômicas.

Como afirma Fleury (1983):

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a sequência articulada de esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com execução das ações planejadas e orientadas para melhoria de qualidade de vida dos habitantes. (FLEURY, 1983, p. 15).

Segundo Ferrinho (1978, p. 59), as cooperativas, como empresa, têm uma visão economicista, regulam-se pelos princípios econômicos de qualquer empresa capitalista, a rentabilidade da atividade individual do associado é importante; já como associação, têm uma dimensão social voltada ao fortalecimento do bem-estar do indivíduo na comunidade e contribuem na integração do indivíduo à cooperativa.

Portanto, as organizações associativas, ao traçarem um caminho para as duas dimensões, econômica e social, buscam, na dimensão econômica, a rentabilidade da atividade individual do associado e, na social, o fortalecimento do bem-estar do indivíduo na comunidade. As associações delimitam o ambiente por uma rede formada pela afinidade entre seus associados; a conexão das duas dimensões, econômica e social, no associado torna-o um agente participante do desenvolvimento local. Dessa maneira, o desenvolvimento de uma associação contribui para o êxito e para a criação de polos locais de crescimento integral, humano e sustentável.

A respeito desses debates, Valá (2002, p. 32) considera que há três situações distintas no que se refere à gênese de associações e cooperativas: a primeira, em que as associações foram criadas pelos trabalhadores rurais para resolver um problema existente (fome); a segunda, que são constituídas como forma ou condição de os trabalhadores do campo beneficiarem-se de algumas vantagens propostas pelas instituições de apoio e/ou projetos de desenvolvimento rural; e a terceira e última, em que as associações e cooperativas são criadas pela administração para justificar as políticas públicas.

Alguns discursos das comissões administrativas das cooperativas afirmam que as

---

<sup>6</sup> Livre adesão e benefício mútuo; variabilidade do capital social e do número de membros; atribuição de um voto para cada membro, independentemente da sua participação no capital social; distribuição dos resultados aos membros na proporção do trabalho prestado à cooperativa (VEIGA, 2000, p. 16).

organizações de cooperativas podem atuar melhor no âmbito social apenas depois de terem sucesso econômico. Para obterem esse resultado, entretanto, são obrigadas a realizar investimentos sociais para promover seus valores e princípios; para tal, a participação, o poder e o desenvolvimento são fundamentais, além da capacitação de seus membros. Apesar do discurso, as cooperativas ou associações não têm uma atuação linear e estão repletas de contradições; dessa maneira, é fundamental buscar os dados a partir do estudo de caso.

No contexto moçambicano, há várias formas a serem levadas em conta quando se trata de cooperação, ajuda mútua; essas formas são tradicionais e diferentes dos princípios básicos obedecidos pelas associações ou cooperativas agrícolas modernas surgidas no século XIX. Essas formas tradicionais de cooperação tipicamente moçambicanas desempenham um papel fundamental nas estratégias de sobrevivência, ajuda mútua e solidariedade das famílias das comunidades rurais, pois conseguem fazer frente a adversidades para minorar desastres e mudanças naturais que prejudicam a produção familiar e a estabilidade social. Dentre as formas tradicionais de cooperação, destacam-se *ku-thekele*<sup>7</sup>, *ku-pfunana*<sup>8</sup>, *ku-rimela*<sup>9</sup>, *tsima*<sup>10</sup>, *xitique*<sup>11</sup>, *ku-lombiça*<sup>12</sup>.

Para que o associativismo agrícola torne-se um sistema de desenvolvimento local, é preciso o envolvimento e o protagonismo dos atores locais, o que lhes proporcionará melhora na qualidade de vida e incremento da renda familiar. Em outra visão, as associações agrícolas, com sua produção alimentar, concorrem para redução da pobreza e para o combate à precarização das condições de vida de seus associados, assumindo-se como promotoras do desenvolvimento local e da inclusão social.

Neste trabalho, adotamos o conceito de associação agrícola como sendo uma organização institucionalizada criada por um agrupamento de pessoas que se dedicam à prática da agricultura, para, em conjunto, resolver problemas de interesse socioagrário comum. Entretanto, os dados mostrarão contestações a essa visão de associação.

---

<sup>7</sup>Consiste no deslocamento das pessoas carentes de uma região para outra em busca de bens de consumo. Nessa busca, servem-se de três táticas em relação àqueles que têm comida para dispensar: mendigar, trabalhar em troca de bens materiais ou trabalhar mediante o pagamento em dinheiro.

<sup>8</sup>É uma ajuda mútua em que grupos de duas a dez famílias utilizam a força do trabalho do grupo em benefício de cada um dos membros para as operações agrícolas mais pesadas.

<sup>9</sup>Também conhecido por “ganho ganho”, uma família paga trabalhadores eventuais em dinheiro ou em produtos, uma espécie de contrato informal de trabalho.

<sup>10</sup>Realização coletiva de uma operação agrícola a convite de alguém dirigida a seus conhecidos; ao final do trabalho, o anfitrião oferece um banquete aos participantes.

<sup>11</sup>Grupo de pessoas que estipula uma cota periódica e constante em dinheiro, em que o responsável eleito entre os membros do grupo recolhe e entrega rotativamente a cada um dos membros. É uma forma de crédito informal, assentada na confiança entre os membros do grupo.

<sup>12</sup>É um sistema de empréstimos de animais reprodutores que vigora entre criadores de gado, no qual quem não possui um macho solicita-o ao criador conhecido e confiado, com o compromisso de o reembolsar em crias.

## 2.6 Comunidades e associação

O conceito de comunidade foi introduzido pelo sociólogo alemão Ferdinand Tonnies, que equacionou comunidade e sociedade como sendo estágios sucessivos; o autor afirma que todas as relações sociais poderiam ser classificadas em dois tipos básicos opostos. Assim, distinguiu o conceito moderno de comunidade face ao de sociedade ou associação; definiu a comunidade como uma coletividade em que haja relações de convívio pessoal, intimidade, afeto, solidariedade, compromisso com o bem comum, apoiadas em sentimentos de confiança e reciprocidade. Essas relações podem ser unidas por laços naturais ou espontâneos e caracterizam-se por afirmar a primazia dos valores vinculados à comunidade (SCHMIDT; TURNES, 2003), conceituando sociedade como uma coletividade em que predominam relações societárias, caracterizadas pelo alto grau de individualismo, competitividade ou, pelo menos, indiferença ou impessoalidade de seus membros. Aqui, a sociedade assume a conotação de relações de interesse, amparadas em contrato, medidas pelo cálculo, próprias do mercado (SCHMIDT; TURNES, 2003).

Em uma visão desenvolvimentista, Chichava (1999, p. 17) define comunidade como sendo um grupo de indivíduos que vivem em uma determinada área geográfica e cujas vidas são entrelaçadas em grau, em atividades e relações que são desenvolvidas dentro da área entre diferentes grupos. A comunidade é uma forma específica de associação humana, um grupo social definido, com base étnica, religiosa, linguística, de residência, em que o grupo-alvo ou o grupo potencial tende a ser promovido no decurso de um dado projeto ou programa.

Segundo Dentzien (apud BAUMAN, 2003), pertencer a uma comunidade significa renegar parte das individualidades em nome de uma estrutura montada para satisfazer nossas necessidades de intimidade e da construção de uma identidade.

Figura 2 - Ilustrando uma comunidade.



Fonte: Bauman (2003).

A Lei de Terras e a Lei de Florestas e de Recursos Florestais e Faunísticos, aprovadas pela Assembleia da República de Moçambique em 1997 e 1999, respectivamente, definem a comunidade como sendo:

O agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa salvaguardar interesses comuns através da proteção de áreas agrícolas, sejam cultivadas, ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão. (MOÇAMBIQUE, 1997; 1999).

Valá (2005, p. 63) afirma que o conceito de comunidade, segundo alguns autores, limita-se à dimensão territorial, com objetivos e interesses comuns, mas que, na verdade, o espaço geográfico de comunidade vai além disso, porque agentes ou grupos de pessoas vivendo em um espaço residencial não constituem um grupo homogêneo. Daí, para nosso trabalho e partindo das constatações feitas ao longo das visitas à comunidade e das investigações na própria associação, optamos pela definição de Demartins (1999, p. 34), que traz a definição de comunidade como sendo não apenas um conjunto de pessoas vivendo em uma área geográfica limitada, mas, acima de tudo, de forma organizada e coesa, mantendo entre si vínculos sociais.

Com base nessa perspectiva, associações agrícolas organizadas em busca de um objetivo comum mantêm um vínculo social entre seus associados, que oferecem contribuição relevante para o desenvolvimento econômico na região, incorporada à geração de renda para

bem dos associados, e proporcionam desenvolvimento voltado à comunidade.

## **2.7 Participação dos associados e associação/comunidade**

Participação social é um conceito que simboliza a influência das pessoas em determinada organização de uma sociedade e é essencial para a construção de um processo de mudança em prol de todos que compõem a vida em sociedade. O conceito de participação nas ciências sociais vem sendo debatido na tentativa de apreender seus determinantes, suas formas de concretização, seus valores e as lógicas que a engendram. Desse ponto de vista, o conceito, nas abordagens de desenvolvimento local, é de extrema importância pela necessidade de envolver as comunidades locais em seu próprio desenvolvimento.

Esse conceito pode abarcar, sob diversas formas consoantes, os objetivos que se pretende atingir. Na sociologia, participação social é um conceito genérico usado no sentido de (i) integração, para indicar a natureza e o grau de incorporação de indivíduos à coletividade, e de (ii) norma ou valor pelo qual se avaliam tipos de organização quanto a sua natureza social, econômica e política (RIOS, 1987).

O primeiro sentido está voltado ao sentido amplo do termo e assinala a importância da adesão dos indivíduos à organização da sociedade. Nesse ponto, a participação é um conceito relacional e polissêmico, pois nos conduz tanto à coesão social como à mudança social. Há certos valores que devem ser apreendidos na participação, como o comportamento e as atitudes passivos e ativos, estimulados ou não, porque a ação mobiliza o sujeito do ponto de vista emocional, intuitivo e racional. Também é um princípio diretor de conhecimento, variável segundo os tipos de sociedade em cada época e história (FINLEY, 1988). O segundo está mais no sentido restrito e de caráter político: participação significa democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios de uma sociedade. A participação apática em qualquer processo democrático não é compatível com o ideal da comunidade (FINLEY, 1988).

Para Pretty et al. (1995, p. 85), há sete formas de participação, que podem ser reduzidas a duas: (i) a participação passiva, em que as pessoas são informadas do que acontece, o que têm de fazer e como fazê-lo é anunciado unilateralmente, processo em que as pessoas participam apenas como ouvintes, em que os implicados não têm voz; e (ii) a automobilização, em que os indivíduos tomam iniciativas sem a interferência de atores externos e desenvolvem contatos com instituições externas para adquirirem recursos e conselhos técnicos.

Buarque (2004) distingue quatro categorias muito importantes, com características e dimensões próprias em cada uma, embora possam existir vários modelos de participação da sociedade na gestão pública do desenvolvimento local; são elas: atores sociais, formas de organização da sociedade, Estado e instâncias de participação e negociação.

- Atores sociais - formados por um grupo social em uma dada região com características relativamente homogêneas, na vida econômica, social e cultural, buscam coletivamente, por meio do sentimento de pertencimento à comunidade, uma posição de influência ao poder para que suas visões convergentes sejam atendidas.
- Formas de participação - os atores sociais organizam-se em movimentos sociais, representados por associações profissionais ou comunitárias, sindicatos, federações e grupos de pressão política para reivindicar ou influenciar em iniciativas aos governos para que seus interesses comuns específicos (econômicos, sociais, ambientais e direitos civis) no território de pertença possam ser resolvidos. O autor faz destaque às atuações das organizações não governamentais (ONGs), entidades privadas sem fins lucrativos, na assessoria e no suporte técnico dos atores sociais em diferenciadas competências técnicas, para melhor participar da construção do desenvolvimento local e sustentável.
- Em relação ao Estado, sendo uma instância jurídica política moderadora dos interesses da sociedade através dos órgãos públicos e expressão dos atores, seus interesses estão em relação constante com o poder estatal, e os órgãos públicos intervêm em várias áreas, atendendo aos interesses da sociedade. Isto é, o Estado não é autônomo e desvinculado da sociedade, pois não age de vontade própria, mas representa interesses dos atores.
- Instâncias de participação são espaços em que os atores sociais participam de diversas negociações de interesses da sociedade. Pode haver a participação por meio de conselhos municipais — gerais, temáticos ou projetos; nessas instâncias têm acontecido as disputas políticas e o jogo de interesses dos atores, mas, em todos casos, são dirimidos por negociações com representação colegiada dos atores e de órgãos públicos.

Na visão de Chichava (1999), é possível analisar a participação de duas formas: (i) vê-la como um canal para chegar a determinados objetivos e metas, é a forma passiva de participação, em que ela é vista como um exercício de curta duração, e (ii) encarar a



participação como um fim em si mesma, isto é, o processo de participação está em destaque, durante o qual se constroem a confiança e a solidariedade entre os membros da comunidade. Nesta última perspectiva, a participação é um processo ativo e dinâmico que habilita os indivíduos a envolverem-se com responsabilidade e interesses nas atividades de desenvolvimento, respondendo às necessidades locais em constante transformação.

Na perspectiva de Friedmann (1996, p. 135), a participação é definida como um processo pelo qual as pessoas envolvem-se em ações sociais, econômicas e políticas relevantes, dando-lhes o poder de agir como agentes ativos. Nesse âmbito, a participação é um processo interativo em que a população toma iniciativas e ações que são estimuladas por seu conhecimento, sua decisão e em que ela poderá influenciar.

No presente trabalho, a participação dos associados, seja na associação como na comunidade, é fundamental, pois, de forma ativa, identificam seus problemas e mobilizam os recursos locais disponíveis para a resolução; é vista ainda como um processo de identificação dos associados com o grupo a que pertencem.

Portanto, para ilustrar os principais eixos teóricos do estudos e seus variáveis foi elaborado a tabela forma de síntese.

Tabela 1 - Categorias de variáveis para o estudo do desenvolvimento local sustentável.

Caráter endógeno	Amaral Filho (1995); Barquero (1995), Buarque (2004); Cavalcanti (2003); Delnet (2002); Furtado (1999); Pereira (2007).
Atendimento às necessidades coletivas	Sachs (2009).
Ações capazes quebrar a dependência	Adam (1989).
Avanços tecnológicos (gestão, produtos, processo)	Furtado (1999).
Dinamismo econômico e melhoria qualidade de vida	Buarque (2004).
Elevação das potencialidades sociais, viabilidade e competitividade da economia	Buarque (2004).
Conservação dos recursos naturais e ambientais	Buarque (2004); Cavalcanti (2003).
Sustentabilidade	Adam (1989); Sachs (2009).
Participação de atores sociais e da comunidade	Buarque (2004); Chichava (1999); Finley (1988); Friedman (1996); Pretty et al. (1995); Rios (1987).
Associativismo e confiança (capital social)	Bourdieu (1998); Coleman (1990); Milani (2003).
Eixos entre as esferas públicas e privadas	Buarque (2004); Friedman (1996); Pretty et al. (1995).

Fonte: elaborado pelo autor.

### **3 ASSOCIAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 Caracterização geográfica de Moçambique**

##### **3.1.1 Localização, relevo e clima**

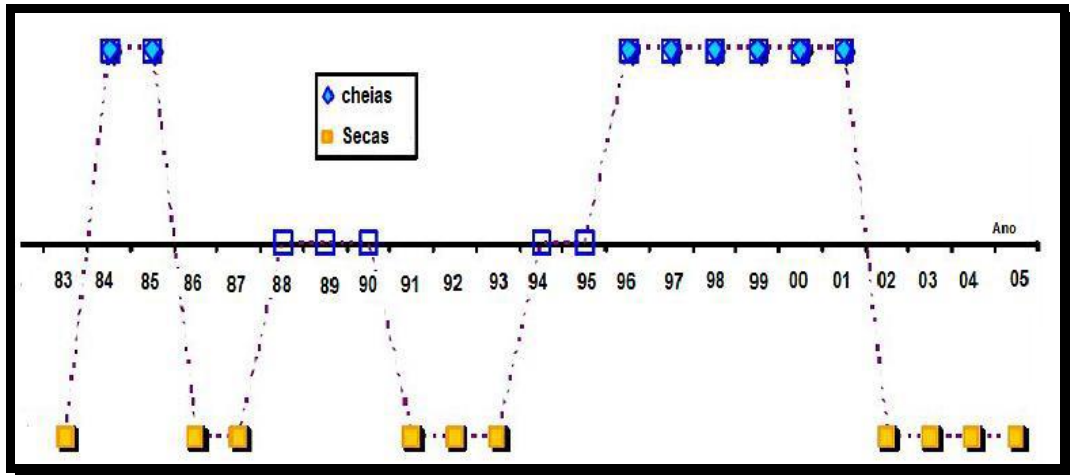
Moçambique, antiga colônia portuguesa e oficialmente designada República de Moçambique, localiza-se no sudoeste da África, na costa oriental, com área de 799.380 km<sup>2</sup> e linha costeira de cerca 2.470 km ao longo do Oceano Índico, que constitui espaço vital para o país, assim como para alguns países vizinhos situados no interior do continente sem acesso às vias oceânicas, como Zimbábue, Botsuana, Maláui e Zâmbia, que usam os portos moçambicanos para seu fluxo comercial. Em termos fronteiriços, Moçambique limita-se a norte pela Tanzânia, a noroeste por Maláui e Zâmbia, a oeste pelo Zimbábue, a leste pelo Canal de Moçambique e pelo Oceano Índico, e a sul e a sudoeste por África do Sul e Suazilândia. Tem uma população estimada em 20.069.738 habitantes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2007).

O relevo é formado por planícies costeiras que representam 40% do território e são distribuídas em dois blocos, o primeiro, ao norte, com a pequena planície bordejada pelos Recifes de Coral, e o outro a sul, caracterizado por uma larga planície de aluvião, coberta por savanas e cortada pelos vales de vários rios, entre os quais o Limpopo. O interior do território é dominado por grandes planaltos, que correspondem a 43% do território, com altitude variando entre 200 e mil metros, em que se destacam os planaltos de Cheringoma, Chemba e Macondes de Cabo Delgado e as regiões de Nampula, Maniamba, Malema e Ribaué. Treze por cento do território são maciços montanhosos pertencentes ao sistema do Grande Vale do Rift, que entra em Moçambique pelo norte, sendo que os pontos mais altos são o Maciço de Massururero, na escarpa de Manica e Sofala, com 2.436 metros de altitude, a Serra de Gorongosa, com 2,2 mil metros de altitude, e Namúli, na Cadeia de Chire Namúli, com 2.419 metros de altitude (MAE, 2005).

O clima do país é tropical úmido, influenciado pelo regime de monções do Índico e pela corrente quente do Canal de Moçambique, com alternância entre uma época seca e uma chuvosa; a estação seca entre maio e setembro, e a chuvosa entre outubro e abril. As chuvas são mais intensas entre dezembro e fevereiro, quando se chega a registrar uma precipitação média nas montanhas superior a 2 mil mm. A umidade relativa é elevada, entre 70% e 80%, e a temperatura média é variável, 20°C no sul e 26°C no norte. Moçambique ainda é propenso a

ciclones, depressão, secas e cheias; entre os eventos já ocorridos cabe citar as grandes secas dos anos de 1983, 1990 e 1991, e as cheias de grande relevo em 1984 e 2000, que causaram alterações no meio agrícola do país.

Figura 3 - Vulnerabilidade a secas e cheias em Moçambique.



Fonte: Bakker (2006) apud Barros (2009).

Figura 4 - Imagens registradas de cheias e secas em Moçambique.



Fonte: Adolfo José Albino (2012).

As temperaturas mais altas variáveis durante o ano em Maputo (tabela 2) influenciam a pluviosidade e conseqüentemente a prática de agricultura.

Tabela 2 - Temperatura média mensal em graus Celsius. Estação Meteorológica de Maputo.

Mês	Temperatura média em °C	
	Mínima	máxima
Janeiro	22,3	30,0
Fevereiro	22,4	29,8
Março	21,7	29,4
Abril	19,5	28,1
Maió	17,0	26,7
Junho	14,6	25,0
Julho	14,3	24,5
Agosto	15,2	25,4
Setembro	17,2	26,3
Outubro	18,4	26,6
Novembro	19,8	27,7
Dezembro	21,5	29,3

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos de INAM (2010).

### 3.1.2 Divisão administrativa

A divisão administrativa conta onze províncias, sendo que a capital, Maputo, forma uma província separada do território da província homônima<sup>13</sup>. Cada província está dividida em distritos, que no total são 128 por todo o país. A Lei dos Órgãos Locais, nº 8/2003, de 27 de março, estabeleceu novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento das províncias, dos distritos e dos postos administrativos e localidades, dotando os entes de um quadro jurídico para operacionalização das estratégias de governação local. Nesse contexto, o distrito passou a ser o ponto essencial para a programação de atividades econômicas e sociais e coordenador das intervenções das instituições nacionais e internacionais, com a finalidade de ajustar o aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local (MAE, 2005).

<sup>13</sup> Maputo Cidade, capital do País, tem estatuto de província e 1.099.102 habitantes em uma área de 300 km<sup>2</sup>; é a maior densidade populacional do país, com 3.663,7 habitantes/km<sup>2</sup> (Censo de 2007).

Figura 5 - Caracterização geográfica de Moçambique.



Fonte: INE (2005).

Figura 6 - Cidade de Maputo.



Fonte: Pélissier (1988).

### 3.1.3 Toponímia, etnografia e linguística

Segundo Pélissier (1988), o nome de Moçambique etimologicamente teria derivado do nome do comerciante árabe Musa Al Bik, que viveu na Ilha de Moçambique, primeira capital da colônia, no norte do país. É importante notar que, antes da dominação portuguesa, Moçambique foi dominado pelo comércio costeiro dos árabes e dos persas, que estabeleceram assentamentos até o sul da Ilha de Moçambique.

O português é a língua oficial falada por mais de metade da população (50,4%); 39,7% da população nativa africana usa o português como segunda língua e 12,78% a usam como primeira língua. As línguas do grupo banto são as mais faladas no país e são tidas como línguas nacionais, variam em cada grupo étnico; em alguns casos, são mal interpretadas e analisadas e, conseqüentemente, mal documentadas. O suaíli é falado no norte do país, em uma área pequena do litoral, próximo à fronteira com a Tanzânia; no sul da Ilha de Moçambique, é falada uma língua considerada dialeto do suaíli, o mwani. Dentro da área do suaíli, outro idioma falado é maconde, existindo outras áreas pequenas em que são falados os idiomas ciyao, macua, mwera — este último também é falado na área do Planalto Rondo, na

Tanzânia —, nianja — falado na costa do Lago Maláui —, koti e emakhuwa. No centro do país, no Baixo Zambeze, são falados idiomas como sena, cinyungue, chona, que se estende até o Zimbábue, e ndau. Já na parte sul do país, destaca-se o tsonga, que se estende até a vizinha África do Sul, e idiomas como chope e rongá, falado na região imediatamente ao redor da cidade de Maputo e que é caracterizado por vocabulário curto, vagamente semelhante ao zulu, língua falada em toda a Província de KwaZulu-Natal, na África do Sul (NEWIT, 1997).

Figura 7 - Distribuição étnica das línguas faladas em Moçambique.



Fonte: Newit (1997).

Existem ainda populações árabes, chinesas e indianas, que falam principalmente o português e, alguns, híndi, por serem populações provenientes da antiga Índia Portuguesa, tendo o português como segunda língua, pois como primeira língua usam um dos crioulos portugueses de sua origem.

Tabela 3 - Religiões em Moçambique (2007).

Cristianismo	56,1%
Sem religião	18,7%
Islamismo	17,9%
Animismo	7,3%

Fonte: adaptado de Newit (1997).

### 3.1.4 Religião, posicionamentos internacionais, saúde, educação e economia

De acordo com o Censo de 2007, os cristãos, católicos e protestantes, são 56,1% da população, seguidos pelos que não têm crença religiosa, com 18,7%; os muçulmanos encontram-se em terceiro lugar, com 17,9% da população, e 7,3% praticam outras crenças, como o animismo.

Figura 8 - Duas religiões; à esq., mesquita muçulmana; à dir., catedral cristã.



Fonte: Longsten e Rosino (2008).

Moçambique tem relações com vários organismos internacionais. É membro do Movimento dos Países Não Alinhados e está entre os membros moderados do bloco africano nas Nações Unidas; faz parte ainda da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Em 1994, o país tornou-se membro de pleno direito da Organização da Conferência Islâmica. Em 1996, ingressou na Commonwealth Britânica; nessa época, tornou-se o primeiro país a aderir ao bloco sem ter sido colônia do Império Britânico. É também membro-fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem laços históricos, econômicos, políticos e culturais estreitos com outros países lusófonos, como Portugal e Brasil (MOSCA, 2005).

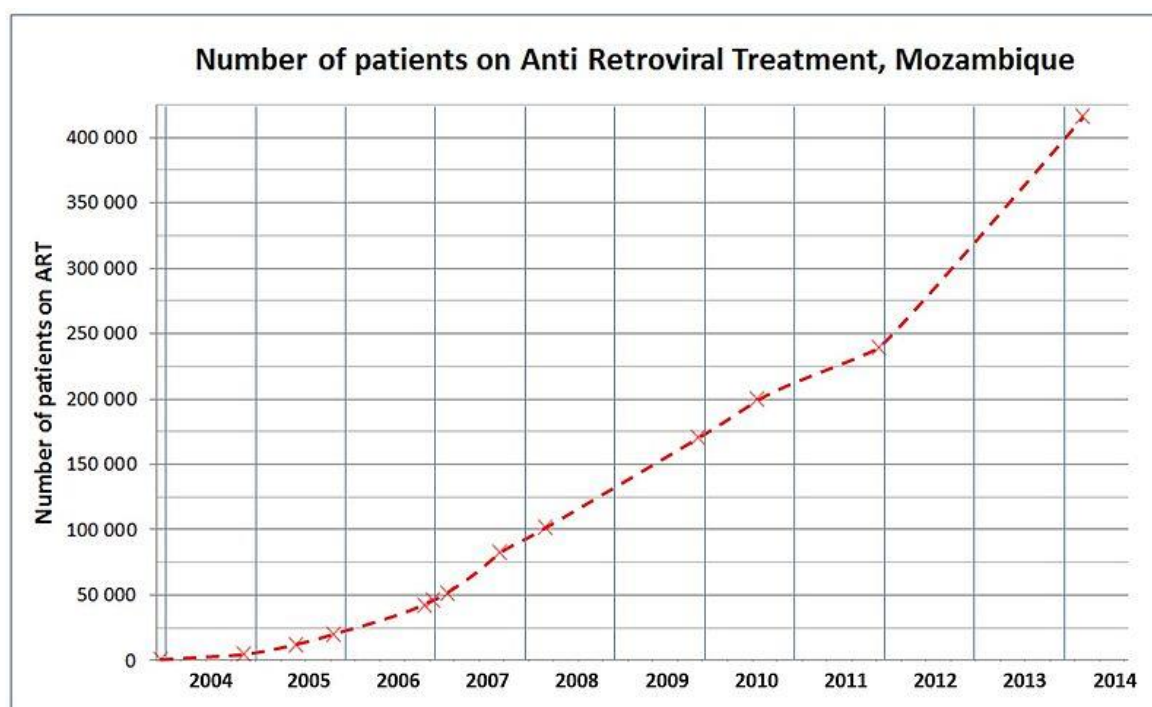
No que concerne à saúde, Moçambique continua a apresentar índices precários. A taxa de fecundidade é de 5,5 nascimentos por mulher. Em 2004, os gastos públicos em saúde foram de 2,7% do PIB, enquanto que as despesas privadas em saúde somaram 1,3%, e os



gastos com assistência médica per capita era de 42 USD; havia apenas três médicos para cada 100 mil habitantes; em 2005, a mortalidade infantil era altíssima, 10%.

Já em 2011, a taxa de prevalência da epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids) foi de 11,5% na faixa etária entre 15 e 49 anos; as províncias de Maputo e Gaza tinham dobro da média nacional. Apesar desses números, ainda são consideradas taxas mais baixas do que as verificadas em países vizinhos da África Austral. As autoridades de saúde estimaram que, em 2011, cerca de 1,7 milhão de moçambicanos eram portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV), dos quais 600 mil estavam sob tratamento antirretroviral, como ilustra o gráfico abaixo (MOSCA, 2005).

Figura 9 - Número de pacientes tratados com antirretrovirais.



Fonte: Amigodia (2014).

Moçambique continua apresentando níveis de escolaridade muito baixos. O analfabetismo incide principalmente sobre a população feminina, cuja taxa é de 64,4%, contra 34,6% da população masculina. Embora a lei obrigue todos moçambicanos a frequentar a escola de nível primário, o que se nota na prática é um número considerável de crianças, principalmente na zona rural, que não vai à escola porque tem de trabalhar para subsistência de suas famílias. Contudo, registrou-se uma melhora considerável: em 2007, a taxa de analfabetismo era de 50,4%, contra 60,5% em 1997. A maioria da população moçambicana é jovem, o que faz com que o governo gaste muito em investimentos, particularmente no setor

educacional, pois, do total da população, 46,8% estão entre 0 e 14 anos; e a faixa etária dos 15 aos 65 anos corresponde a 50,1%; apenas 3,1% têm 65 anos ou mais (INE, 2008).

O PNUD (2015) considera Moçambique um país rico em recursos naturais, com setor industrial pujante, principalmente na fabricação de alimentos, bebidas, produtos químicos, alumínio e petróleo. O setor de turismo também apresenta crescimento muito acelerado, o que coloca a taxa média de crescimento econômica anual do produto interno bruto (PIB) moçambicano entre as mais altas do mundo. No entanto, o PIB *per capita*, o índice de desenvolvimento humano (IDH), a desigualdade de renda e a expectativa de vida são as piores do planeta.

### 3.2 Associativismo e desenvolvimento em Moçambique

Em Moçambique, como em vários países africanos que foram dominados por regimes colonialistas, o movimento cooperativo ou associativo data de antes da independência (1975). Esses movimentos rurais do período colonial não tinham ordenamento jurídico formal, uma vez que suas ações serviam ao interesse do Estado colonial (ADAM, 1986, p. 1).

Ainda segundo Adam (1986, p. 69), as cooperativas, principalmente as dos trabalhadores rurais no período colonial, eram criadas com intervenção do Estado para satisfazer sua base social e as tinham como apoio para concretização do controle os régulos<sup>14</sup>, que desempenhavam papel importante na criação e no desenvolvimento da associação; eles trabalhavam como se fossem os presidentes desses organismos.

Mas a posição do colono em manter o arranjo tradicional na estrutura de associações tinha como objetivo fortalecer seu poder perante os trabalhadores rurais. A comunidade rural via o régulo como indivíduo supremo para interpretar todos os fenômenos que acontecem na natureza, nomeadamente quando chove ou não chove, ano de produção e de seca, para planejamento da safra futura.

Ainda para Adam (1986), a criação de cooperativas, além de garantir a base social, tinha a missão de apoiar a estabilização da classe de agricultores capitalistas “africanos” que eram selecionados para esses projetos; o Estado os apoiava com meios, de modo que pudessem desenvolver suas atividades, e a inclusão do régulo era uma estratégia, sendo funcionário administrativo colonial encarregado do controle das regiões rurais.

Pereira (apud VALÁ, 2005) salienta que:

---

<sup>14</sup>Régulo: autoridade tradicional (chefe da localidade responsável por rituais de invocação dos antepassados para qualquer evento, com intuito para que tudo corra bem).

Contrariamente ao que aconteceu noutros Estados colônias em que o cooperativismo foi instrumentalizado pelas potências ocupantes para modificar as relações políticas dominantes, Portugal serviu-se das organizações cooperativas para impedir qualquer processo de autonomia ou de participação dos colonizados nos mecanismos de poder ou de administração. (PEREIRA apud VALÁ, 2005, p. 22).

Portanto, torna-se claro que as cooperativas do período colonial não tinham por objetivo beneficiar os agricultores, mas engajá-los no sistema colonial. Nesse contexto, o cooperativismo surge como um modelo criado fora da autonomia dos trabalhadores rurais, imposto pelo governo colonial como forma de semear e estender seu poder à população do campo. Aqui é possível entender como as forças conservadoras destroem a criatividade e a diversidade cultural e regional “dos de baixo” para manter o padrão de privilégios “dos de cima” (BUARQUE, 2004).

Após a independência, a criação de organizações rurais foi incentivada pelo Estado como política e estratégia de desenvolvimento e socialização do campo; a agricultura fomentada era em grandes propriedades, em detrimento da pequena produção familiar (VAN VUGT, 2002, p. 12). Nesse período, o Estado centralizado, apoiado pelas várias organizações civis, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), propagou a importância da criação de cooperativas ou associações para socialização da produção, dos meios de produção e da força de trabalho, experiência que foi desenvolvida nas zonas libertadas pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), durante a luta de libertação (MUTHEMBA, 2001, p. 31).

Entretanto, o governo da Frelimo destruiu toda a estruturação do poder local; o régulo, que era visto qual Deus nas localidades rurais, passou a não ser reconhecido como autoridade local, com a alegação de que havia servido ao Estado colonial português. A responsabilidade das atividades desenvolvidas pelas cooperativas ficaram sob responsabilidade do governo; conseqüentemente, as associações foram submetidas a uma dependência total do Estado, sem uma autogestão consistente, o que trouxe muitos problemas em seu rendimento.

Ao apostar na agricultura de grande escala e moderna, concretizada apenas nas empresas agrícolas estatais, colocavam-se os pequenos agricultores em segundo plano, e o modelo de economia centralizada tinha como objetivo transformar os pequenos produtores em cooperados agrícolas ou em operários nas empresas estatais, pois os produtores eram considerados incapazes de adotar técnicas produtivas modernas para seu crescimento econômico (MOSCA, 2005).

No fim de década de 1980, com o país devastado pela guerra e com a economia debilitada, o governo adota uma estratégia para sair de crise e introduz o PRE, que deu início

às transformações socioeconômicas e políticas; em 1987, as políticas públicas tomam novo direcionamento, que é o da abertura total. A partir daí, a estrutura tradicional que havia sido destruída após a independência foi retomada e reconhecida para exercer suas atividades. Também surge o novo movimento cooperativo, inspirado na autonomia, e que passou a ter o apoio das organizações internacionais tanto em sua promoção como em seu sustento, com interesse de dar mais liberdade às atividades (VAN VUGT, 2002, p. 28).

Ainda segundo Van Vugt (2002), o movimento cooperativo ganhou autonomia como uma unidade de produção, com as características próprias desenhadas dentro dos princípios de uma organização cooperativa e associativa; tem aí início a disseminação da ideia da criação de associações de trabalhadores rurais como opção viável para a recuperação da vida dos trabalhadores e das comunidades devastadas pela guerra de 16 anos protagonizada pela Frelimo e pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

### **3.3 Institucionalização do associativismo em Moçambique**

A Constituição da República de Moçambique de 1990, em seu art. 76, nº 1, e o Decreto-Lei nº 8/1991, de 23 de abril, regulam o direito de liberdade de associação de caráter não lucrativo (MOÇAMBIQUE, 1990; 1991). A Constituição de 2004, em seu art. 78, reconhece que as organizações sociais, como formas de associação com afinidade e interesses próprios, desempenham um papel de vital importância na promoção da democracia, na participação dos cidadãos na vida pública e contribuem para realização dos direitos e da liberdade dos cidadãos, bem como para a elevação da consciência individual e coletiva no cumprimento dos deveres cívicos (MOÇAMBIQUE, 2004).

O direito à livre associação é uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade e está estabelecido no art. 52 da Constituição da República como uma das liberdades fundamentais. O artigo preceitua que:

- a) Os cidadãos gozam de liberdade de associação;
- b) As organizações sociais e associações têm direito de prosseguir os seus fins, criar as instituições destinadas a alcançar os seus objetivos específicos e possuir patrimônio para realização das suas atividades, nos termos da lei. (MOÇAMBIQUE, 2004).

A legislação aplicável é, para o caso das associações agrícolas, o Decreto-Lei nº 2/2006, de 3 de maio, aprovado pelo Conselho de Ministros, que estabelece os termos e procedimentos para constituição, reconhecimento e registro das associações agrícolas. O texto

estabelece ainda que pode filiar-se às associações qualquer indivíduo maior de 15 anos, desde que possua idoneidade comprovada por autoridade comunitária ou outra reconhecida pela comunidade onde o membro viva, sem prejuízo das regras aplicáveis pelo Código Civil.

### 3.4 Contextualização do espaço em estudo: o Distrito de Boane

O Distrito de Boane localiza-se no extremo sul da Província de Maputo; sua sede está a 30 km da Cidade Capital Maputo, entre latitude de 20° 02' 36'' S e longitude de 32° 19' 36'' E; faz fronteira a norte com o Distrito de Moamba, a oeste e a sudeste com o Distrito de Namaacha, a sul e a sudeste com Distrito de Matutuine e a leste com o Município da Matola.

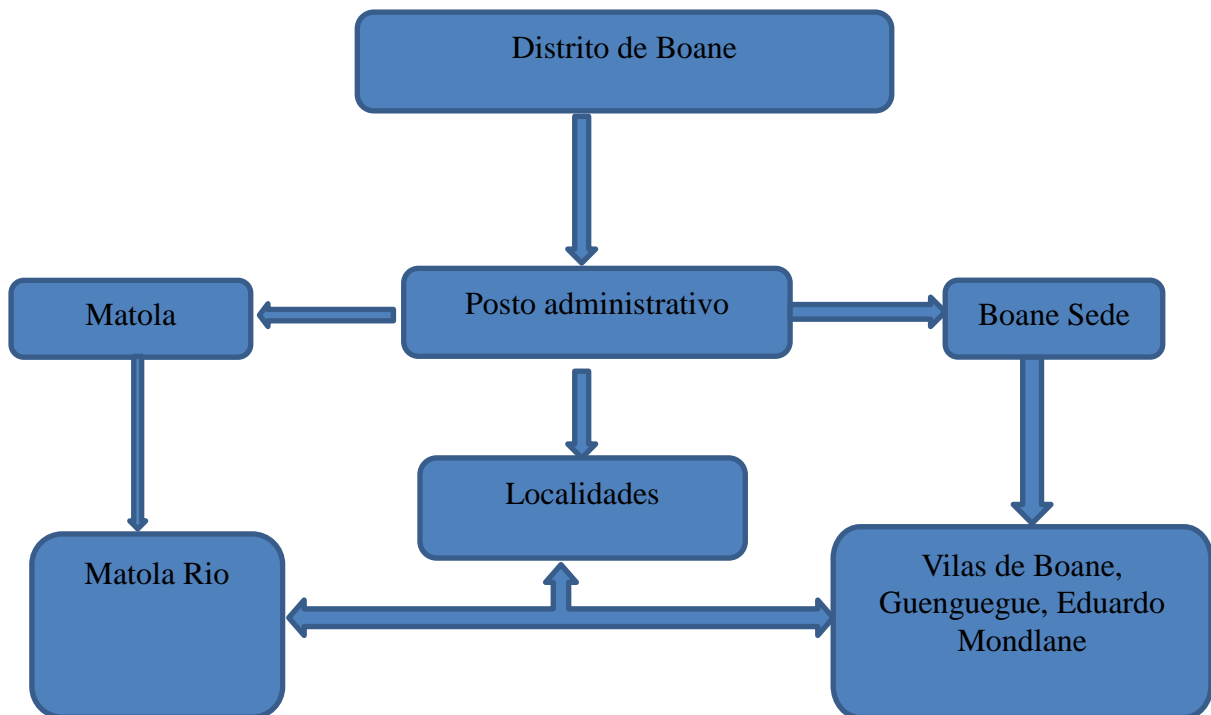
Boane foi elevado à categoria de distrito de primeira classe em abril de 1987, pelo Decreto-Lei nº 8/87, e elevado a vila pela Resolução nº 9/87, de 25 de abril, do Conselho de Ministros. O território está dividido em dois postos administrativos (PA), Boane e Matola Rio, com uma superfície de 820 km<sup>2</sup> e população de 102.457 habitantes, segundo o Censo de 2007, o que corresponde a uma densidade populacional de 124,9 habitantes/km<sup>2</sup>.

Figura 10 - Localização geográfica do Distrito de Boane.



Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção da Agricultura. Maputo, Moçambique, 2013.

Figura 11 - Estrutura administrativa do Distrito de Boane.



Fonte: INE (2009).

A população de Boane tem sua origem nos emigrantes Bantu, que teriam vindo há cerca de um milênio da região central da África e se instalado no sul de Moçambique, dando origem aos tsongas, que se espalharam por toda a área (INE, 2009). O nome do distrito tem como origem o sobrenome Mboene; quando da chegada dos colonizadores e após a construção da linha férrea que atravessa aquela área, estes teriam parado no local onde hoje é estação ferroviária para informar-se do nome da região. Assim, perguntaram a um senhor que se encontrava no local, e este entendeu que quisessem saber seu nome, ao que respondeu na língua local “Hi mine Mboene”, o que os portugueses entenderam como se o interpelado estivesse dizendo que a região chamava-se Boane (INE, 2009). Os Mboenes, apesar de darem nome ao distrito, nunca fizeram parte da autoridade tradicional, que é da pertença dos Matsolos (expansão de família hanhane Matsolos), havendo um e outro povoado em que os Matsolos conferiram o poder de chefe sobre terras ou povoados a outras pessoas próximas, como é o caso dos Cuambas em alguns povoados do PA Matola Rio (INE, 2009).

Em Boane, assim como em outros pontos do país, ocorrem manifestações culturais que identificam aquele povoado, como nascimentos, mortes, a fase de puberdade, ritos de iniciação, alimentação, religião, línguas e outros. As populações e as autoridades tradicionais

dessa zona preservam a cerimônia tradicional Kuphalha<sup>15</sup> (pedido aos antepassados). Geralmente são realizadas diversas cerimônias, incluindo as públicas, quando da instalação de empreendimentos.

### 3.5 Clima e hidrografia do Distrito de Boane

O clima da região é subúmido, com deficiência de chuvas na estação fria e caracterizado pela alternância entre as condições secas, induzidas pela pressão subcontinental, e as incursões de ventos úmidos do oceano. Vagas de frio podem trazer tempestades violentas e chuvas torrenciais de curta duração (MAE, 2005, p. 2). A temperatura média anual é de 23,7°C, sendo que os meses mais frios são junho e julho, e os mais quentes janeiro e fevereiro; a amplitude térmica anual é de 8,8°C. A umidade relativa média anual é de 80,5%. As precipitações têm média de 750 mm, variando entre 563,6 mm, no período úmido, e 43,6 mm, no período seco. O período úmido estende-se de novembro a março, e o seco de abril a outubro (MAE, 2005, p. 2). O distrito é propenso a ciclones, depressão, secas e cheias. Entre os já fenômenos meteorológicos notáveis já ocorridos, é de salientar-se o ciclone El Niño, em 2003, que causou danos significativos à produção agrícola e à infraestrutura econômica e social da região, como a toda a Província de Maputo.

Na parte de recursos hídricos, o Rio Umbeluzi é a principal fonte de abastecimento de água potável das cidades de Matola e Maputo; os rios Movene e Nwlate também atravessam o distrito e têm sua importância (MAE, 2005, p. 4). Com o crescimento da população, a água tornou-se cada vez mais escassa, pelo que foi necessária a construção da Barragem dos Pequenos Libombos, que se integra na estratégia de utilização dos recursos naturais e de aproveitamento das potencialidades da região (MAE, 2005, p. 4).

### 3.6 Relevo e Solos

De acordo com o Ministério da Administração Estatal (MAE) (2005, p. 5), o Vale do Umbeluzi possui solos com bom potencial agrícola e pecuário, que são explorados por um vasto tecido de agricultura privada e familiar. No que concerne à segurança alimentar, existe uma diferença notável em relação às regiões: a zona sul, mais estável e coberta pela rede de rios, beneficia-se com a irrigação de área de baixa umidade e é apta para hortifrútiis, bananas e

---

<sup>15</sup>Kuphalha: ato de invocação dos antepassados com uma bebida tradicional chamada *xindere* (tipo aguardente).

cítrus; na zona norte (PA de Matola Rio), o potencial existente é mais apropriado ao cajueiro e à avicultura, beneficiando os pequenos negócios que o rápido desenvolvimento socioeconômico proporciona (MAE, 2005, p. 5).

### **3.7 Economia do Distrito**

Segundo o MAE, o Distrito de Boane, a partir da década de 1990, registrou grandes projetos de impacto nacional, tendo destaque a construção da indústria de fundição de alumínio Mozal, polo de atração de outras empresas e indústrias nacionais e estrangeiras que têm afluído ao Parque Industrial de Beluluane. Adicionalmente, a autoestrada Maputo-Witbank (África do Sul), que atravessa o PA de Matola Rio, é uma contribuição importante para o desenvolvimento da região e, em consequência, para redução de desemprego (MAE, 2005, p. 5).

A agricultura é a base da economia distrital, tendo como principais culturas os hortifrutis, milho, mandioca, feijão, bananas e cítrus. As criações animais predominantes são bovinos, ovinos e aves, destinados ao consumo familiar e à comercialização. Afetado pela procura excessiva de terrenos, Boane tem sido palco de vários conflitos ligados à posse da terra (MAE, 2005, p. 5). De acordo com dados da organização Médicos sem Fronteiras, estima-se que a média de reservas alimentares de cereais e mandioca, por agregado familiar, corresponde a cerca de três meses, admitindo-se que 5% da população encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade, sobretudo a população rural com menos posses, principalmente idosos e famílias chefiadas por mulheres (MAE, 2005, p. 6).

Essa situação pode ser atenuada pelo fato de o distrito beneficiar-se de uma razoável integração regional, de mercados, bem como do acesso a atividades geradoras de rendimentos, nomeadamente o emprego na cidade de Maputo, assim como nas minas da África do Sul.

O Rio Incomati é o principal recurso hídrico, favorecendo a prática das atividades pesqueira e agropecuária. Além disso, o distrito conta com seis jazidas de areia e uma pedra, fontes importantes para o aprovisionamento do setor de construção da província e da cidade de Maputo; existe ainda um conjunto de 78 unidades industriais, sendo a pequena indústria local uma opção imediata à atividade agrícola, ou um prolongamento de sua atividade. A proximidade à cidade de Maputo e o fato de ser vizinho da África do Sul contribuem para atividade comercial bastante informal, que ocupa 14% da população ativa e 16% das mulheres economicamente ativas, em sua maioria das zonas urbanas e semiurbanas (MAE, 2005).



Quanto ao movimento associativista em Boane, segundo o responsável pelos Serviços de Atividades Econômicas do distrito, há informações de que se tem aconselhado os homens do campo para criação de associações e se tem prestado assessoria na regularização frente às instituições estatais, que, por sua vez, as certificam. Segundo dados obtidos nos Serviços de Atividades Econômicas de Boane, há 27 associações, subdividas em três tipos de atuação:

- Associações de agricultura (irrigação e sequeiros); associações de agricultura de irrigação são as que desenvolvem atividades na bacia do Umbeluzi e do Movene e não dependem da chuva, rentabilizando o sistema de rega; enquanto associações de sequeiros são as que desenvolvem atividades nas zonas altas, que dependem exclusivamente da chuva. É nesta categoria que se enquadra a ALM.
- Associações de criadores;
- Associações de atividades não agrárias.

## **4 ALM: POTENCIALIDADES E DESAFIOS À COOPERAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO**

### **4.1 Contexto de surgimento e objetivo da associação**

A associação surgiu em 2012, quando os trabalhadores rurais da aldeia comunal de Marien Ngouabi, enfrentando graves problemas de fome e seca, resolveram reunir-se para criar uma espécie de associação de mútuo socorro. Esse pensamento, segundo Araújo, Tolentino e Theophilo (2009), pode ser definido na relação que seus membros estabelecem entre si, na convivência social e cultural.

Assim, o grupo trabalhou durante um ano no sistema de ajuda em vários terrenos dispersos, mas a persistência da seca fez com que eles mudassem seu pensamento. Um dos integrantes<sup>16</sup> do grupo teve a ideia da associação, e o local poderia ser viável para produção de alimentos. Nesse contexto, localizaram o terreno à beira da barragem, com boas condições para prática de agricultura e facilidade para irrigação, mas precisavam de uma autorização da autoridade administrativa do distrito<sup>17</sup> para concessão de uso e aproveitamento da terra. De acordo com um entrevistado<sup>18</sup>, solicitaram-se o uso e o aproveitamento da terra quando foram sensibilizados para regularizar a associação para poderem ter direitos; daí surgiu a associação. Os integrantes da associação passaram a exercer atividades no local almejado para prática de agricultura; dependendo da capacidade do trabalhador rural, quanto maior número de elementos a família tiver, maior parcela ela obtém.

A ALM surgiu em 2012, mas foi criada juridicamente em 2013, como pessoa coletiva de direito privado e associativo, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da lei em vigor e regida com estatuto e demais legislações aplicáveis<sup>19</sup>. A associação tem sua sede na aldeia comunal de Marien Ngouabi, Localidade Eduardo Mondlane, Distrito de Boane, Província de Maputo. Conta atualmente com 230 membros efetivos<sup>20</sup> e 190 não efetivos<sup>21</sup> e explora uma área de 50 hectares, tendo como missão a produção de alimentos.

---

<sup>16</sup>Sr. Magaia, já falecido.

<sup>17</sup>Equivalente ao prefeito de Município (Brasil).

<sup>18</sup>No caso, o presidente da associação, sr. Jorge Tembe.

<sup>19</sup>Certifico: para efeitos de publicação que escritura de nove de julho de dois mil e treze, exarada de folhas oitenta e quatro a folhas cento e quatro, do livro de notas para escrituras diversas, número cento quarenta e dois “A”, deste cartório notarial da Matola, cargo do notário Arnaldo Jamal de Magalhães, foi constituída uma associação, regras pelas disposições constantes.

<sup>20</sup>Membros efetivos são pessoas, organizações e instituições que trabalham em prol da ALM, e declaram aceitar

A ALM tem como objetivo:

1. Promover o espírito de associativismo e desenvolver projetos, integrados e adequados, de fortalecimento da comunidade que sirvam à comunidade.
2. Promover programas de intercâmbio nacionais e internacionais para a partilha de recursos e aprendizagem mútua entre instituições, ONGs e sociedade civil, que trabalham na localidade de Marien Ngouabi, na Província de Maputo e em nível nacional.
3. Desenvolver ações preventivas nas áreas de saúde e reforço complementar em educação, nutrição, meio ambiente, com vistas a contribuir na redução dos índices elevados de pobreza.
4. Ter a responsabilidade de manter e conservar os recursos naturais existentes na comunidade e desenvolver sua regeneração e o reflorestamento.

O surgimento da ALM enquadra-se na ideia do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) (2011, p. 9), de que a cooperação surge de forma espontânea e reveste-se de solidariedade para um objetivo comum, que é a sobrevivência.

Segundo Campos (1999, p. 35), o estatuto é a base de qualquer associação, pois estão contidas nele a estrutura e as regras para o funcionamento adequado, bem como os deveres e os direitos dos associados. De acordo com os princípios estatutários da associação, esta funciona por meio dos seguintes órgãos sociais:

- a) Assembleia Geral
- b) Conselho de Direção
- c) Conselho Fiscal
- d) Secretariado Executivo

## **4.2 Gestão e estrutura da associação**

A Assembleia Geral é o órgão supremo da ALM; dela participam todos os membros em pleno gozo de seus direitos. O órgão é dirigido por presidente, vice-presidente e secretário; é nessa instância que as deliberações são tomadas, em conformidade com a lei e com o estatuto. A presença dos membros é obrigatória, e todo membro tem direito a voto. A assembleia reúne-se duas vezes por ano para aprovação do balanço, das contas e dos

---

o estatuto, o programa e que contribuam para funcionamento e desenvolvimento da ALM.

<sup>21</sup>Membros, honorários e simpatizantes participam em todos os atos e atividades, mas não têm direito a voto.

programas da associação. Assim, a convocação para realização da assembleia é feita pelo presidente, por escrito e fixado na sede e também oralmente, pois a maioria não sabe ler, com antecedência mínima de 30 dias, a pedido de Conselho de Direção, do Conselho Fiscal ou de, pelo menos, dois terços dos associados.

Os estatutos preveem que a assembleia deve reunir-se duas vezes por ano para fazer o balanço e as deliberações para funcionamento da associação; o que, na verdade, não tem acontecido na ALM, pois o órgão diretivo encarregado para promover os encontros nos períodos estabelecidos pelos estatutos não o tem feito.

As reuniões têm tido dificuldade de acontecer aqui nesta associação, se acontecer é quando as organizações que ajudam a fornecer sementes programarem fazer visitas e a última reunião que se realizou, foi em junho de 2015 quando queríamos receber apoio e simultaneamente empossar o novo presidente da associação por motivo de outro ter morrido.<sup>22</sup>

A declaração do entrevistado ilustra que há pouca articulação entre o órgão diretivo e os membros da associação para discutir assuntos de interesse dos associados, assim como há pouca colaboração sustentável com as instituições que cooperam com a associação. Essa situação coloca em dúvida se os estatutos que guiam a associação são respeitados, pois, se não são convocadas as reuniões nos períodos estabelecidos, os associados não têm a informação geral da situação da associação.

O Conselho de Direção é o órgão que tem a responsabilidade de administrar e gerir a ALM, assim como responder e decidir sobre todos os assuntos que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral. O conselho é formado por três membros: presidente, vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral para um período de cinco anos, renováveis.

O órgão funciona como estabelecido nos estatutos da associação; reúne-se quatro vezes por ano, podendo reunir-se extraordinariamente sempre que for necessário, a pedido do presidente ou de um dos membros que compõem o conselho de direção. Responde por balanço financeiro, programas de atividades, orçamento anual, admissão de membros, assim como exclusão, aprecia as propostas de investimentos suscetíveis de gerar recursos para garantir a sustentabilidade da organização.

A constatação que temos é de que tanto os encontros da Assembleia Geral como as reuniões do Conselho de Direção são raros; essa periodicidade de quatro reuniões no ano é baixa. Tendo em conta sua base dentro da estrutura da organização, os trabalhadores nunca

---

<sup>22</sup>Entrevistado em 2/2/2016.

estão a par da situação da associação. Os encontros seriam saudáveis se acontecessem mensalmente, para abordar e analisar as questões relacionadas à vida diária dos associados, de modo a buscar melhores opções de funcionamento do organismo, encontros de reflexão e transmissão de ideias sobre a vida associativa. Vejamos o que disseram os entrevistados:

Muitos de nós não sabemos o que está acontecendo sobre a nossa associação, as cotas que tiramos, quais são os benefícios depois, tem havido falta de comunicação entre os membros diretivos que nós mesmos escolhemos para nos guiarem, eles só se limitam a nos informar que os apoios que recebemos devemos produzir e usarmos para a próxima safra agrícola e não esperamos mais ajuda.<sup>23</sup>

Esta associação tem nos ajudado muito, os que reclamam é porque não participam nos estudos todas as quintas-feiras, que temos tido com uma organização de promoção de desenvolvimento de piscicultura (IPERMO), que nos proporcionam técnicas de produção de variedades de culturas, além de que se não fosse esta associação não poderíamos ter condições para compra de insumos agrícolas porque são caros no mercado comum. Assim como quando associação convoca a presença do régulo para abençoar as nossas atividades, como tem sido no período fora da hora de atividades agrícolas, não aparecem<sup>24</sup>.

Contudo, esses depoimentos contraditórios demonstram que não são apenas valores válidos que fazem parte da vida da associação. Não havendo solidariedade social, ajuda mútua, trabalho em conjunto, a associação não poderá transformar-se em uma alavanca de desenvolvimento de Mahubo, pois, à luz da teoria do capital social, a par do componente econômico, as variáveis sociais desempenham um papel fundamental para a criação de ambientes saudáveis e favoráveis ao processo de desenvolvimento regional. Na mesma perspectiva, Coleman (1990, p. 34) defende que: “quanto maior a capacidade das pessoas de se organizarem em torno de interesses comuns, ou seja, quanto maiores os indicadores de organização social, cooperação e ajuda mútua, melhores as condições do desenvolvimento”.

Há ainda o Conselho Fiscal, ao qual compete:

- a) zelar pela transparência da associação;
- b) fiscalizar a aplicação de normas, princípios e padrões de boa gestão e prestação de contas da associação;
- c) supervisionar o funcionamento regular dos órgãos de governação interna da associação;
- d) emitir pareceres sobre o balanço financeiro e sobre as contas do exercício anual.

Ao Secretariado Executivo compete:

- a) executar as deliberações do Conselho de Direção;

---

<sup>23</sup>Entrevistado em 7/2/2016.

<sup>24</sup>Entrevistado em 9/2/2016.

b) mobilizar recursos técnicos, financeiros e estabelecer formas de relacionamento regular com entidades financiadoras.

#### 4.3 Perfil socioeconômico dos associados e participação e adesão dos membros

Para melhor pesquisarmos e termos dados concisos da associação em estudo, buscamos uma amostra representativa de 75 associados, o que corresponde a 33% do universo de 230 associados ativos. No geral, no interior das famílias há relações de diferenciação de acordo com o gênero<sup>25</sup>, ligadas à divisão sexual do trabalho, mas, na lógica dessa associação, tanto mulheres como homens participam de modo igual na vida do organismo, fazendo-se representar por si mesmos como membros. A representação de cada membro pode ser diferenciada de acordo com o tamanho de seu núcleo familiar.

Cerca de 70% da produção da associação é destinada ao consumo familiar; o restante é destinado à comercialização, com a finalidade de ajudar no equilíbrio da dieta alimentar das famílias, assim como na compra de outros objetos. As culturas produzidas na associação são milho, batata, cebola, tomate, repolho, couve, alface e outros.

Figura 12 - Imagem de uma associação em Boane.

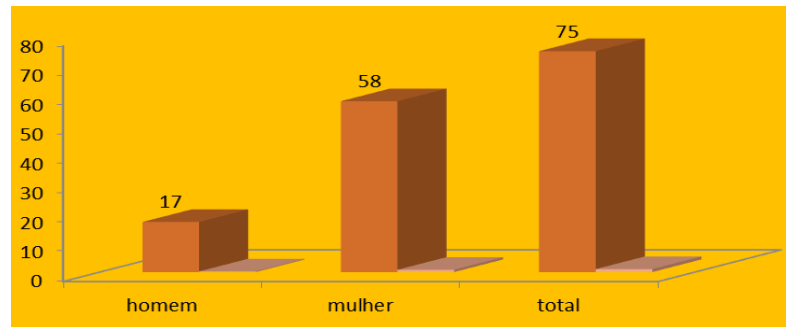


Fonte: Agrifocus Mozambique, 2013

---

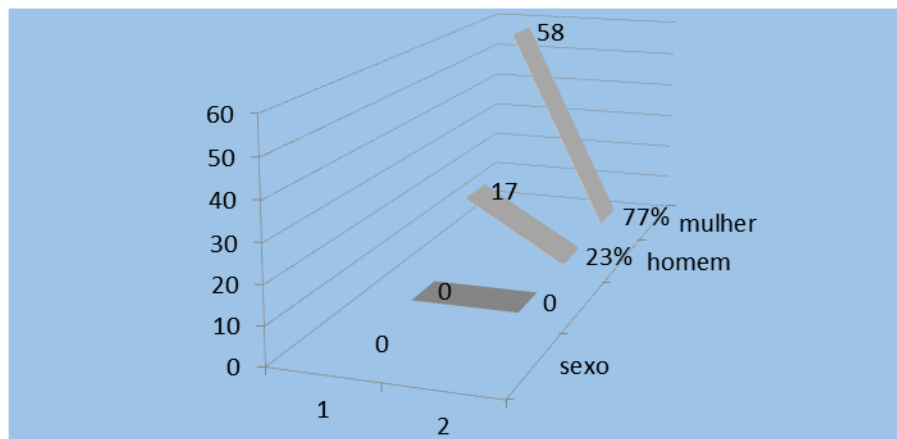
<sup>25</sup> Gênero é um conjunto de características psicológicas, sociais e culturais que uma sociedade atribui de maneira diferenciada a homens e mulheres. Assim, cada pessoa aprende comportar-se segundo as normas, valores e práticas que a sociedade considera como próprias para homens como para mulheres. Isto não quer dizer que as formas de comportamento diferenciado que a sociedade atribui a homens e mulheres não são passíveis de mudança ao longo de tempo, pois há vários fatores que influenciam a mudança de comportamento durante a sua socialização, tais como: classe social, origem étnica, a idade, a religião e a posição econômica (PNUD, 1998).

Figura 13 - Divisão da amostra por sexo.



Fonte: elaborado pelo autor.

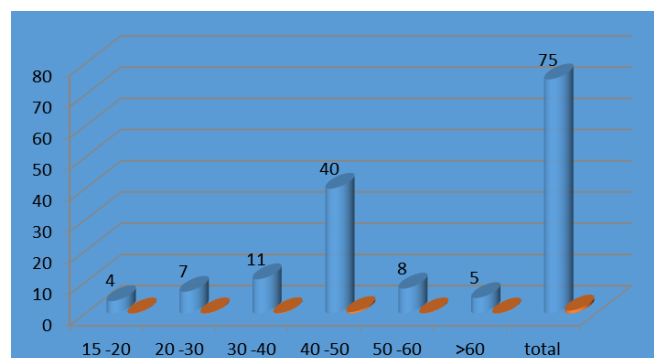
Figura 14 - Amostra dos membros em porcentagem.



Fonte: elaborado pelo autor.

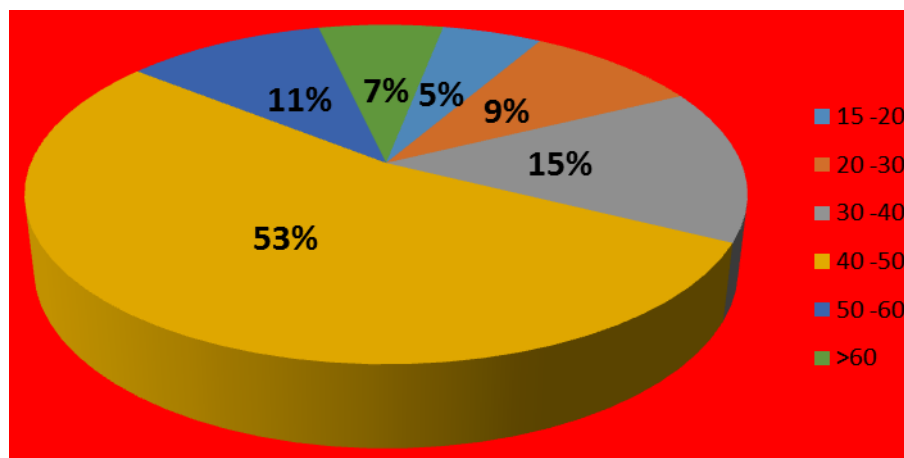
Pode-se constatar pela amostra representativa coletada que 77% dos que responderam ao questionário são mulheres e 23%, homens, confirmando a superioridade numérica já referenciada anteriormente. A faixa etária varia de 15 anos até mais de 60, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Figura 15 - Faixas etárias dos membros da ALM.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 16 - Amostra porcentual da faixa etária.



Fonte: elaborado pelo autor.

Também se constatou que os meios de produção adotados pelos associados fazem diferença, o que leva a categorias de produtores (pequenos, médios e grandes). Os grandes produtores ocupam grandes parcelas de terra, das quais às vezes não conseguem dar conta, havendo necessidade de pedir ajuda a outros associados ou a outras pessoas da comunidade que são empregados sob a forma de trabalhadores assalariados.

Pode-se depreender do gráfico sobre a faixa etária que a faixa dos 40 aos 50 anos é a predominante entre os agricultores, com 53%, seguida da faixa dos 30 aos 40 anos, que corresponde a 15%; e a taxa mais baixa é a da faixa dos 15 aos 20 anos, que é de 5% do universo total pesquisado. Se consideramos os dados coletados, pode-se concluir que, do total do universo pesquisado, 71% possuem idade superior a 40 anos; os dados indicam claramente que a agricultura na comunidade de Mahubo é praticada por pessoas mais idosas, o que mostra um envelhecimento da mão de obra agrícola, tendo em conta a esperança de vida dos moçambicanos, estimada em 49 anos para as mulheres e em 45,5 para os homens, impondo-se a necessidade do rejuvenescimento. A fraca participação de jovens na agricultura prende-se ao fato de que, nos países em desenvolvimento, a atividade não é atrativa para a faixa etária (IIRR<sup>26</sup>, 2005 apud COME, 2013, p. 123).

Os dados levantados na amostragem de gênero — 77% do gênero feminino e 23% do gênero masculino — mostram uma desproporção, mas ilustram os dados estatísticos do país sobre a desigualdade de gênero envolvida na atividade agrícola, pois a realidade revela que 91,3% das mulheres economicamente ativas em Moçambique dedicam-se à agricultura e à silvicultura, em comparação a 69,6% dos homens (MADER, 2002). Tais características

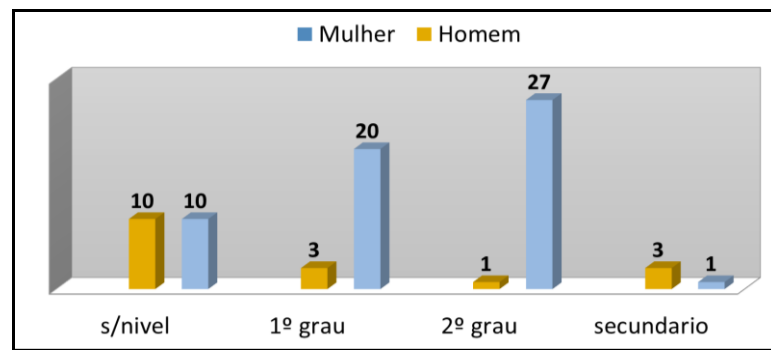
<sup>26</sup> Instituto Internacional de Reconstrução Rural



resultam da desigualdade dentro da estrutura social das famílias, pois os homens são mais privilegiados que as mulheres, e, como resultado desse desequilíbrio, principalmente nas zonas rurais, metade das mulheres, a partir dos 14 anos de idade, já se encontra nas atividades agrícolas. A taxa total de escolaridade é de 45,5% para as mulheres e de 55% para os homens (INE, 2007).

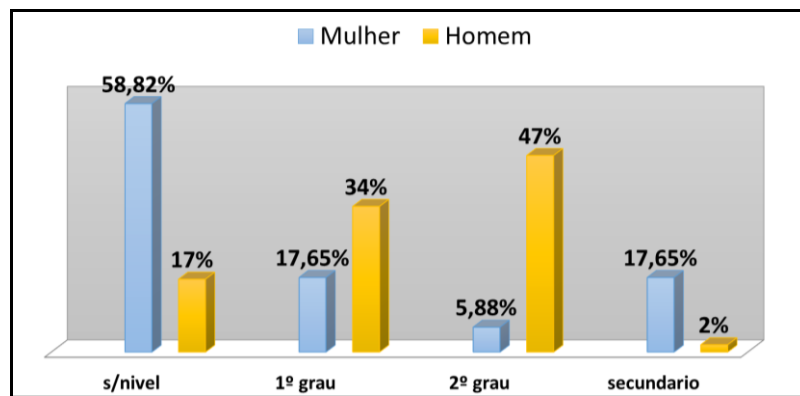
Esses aspectos não são diferentes na ALM, em que o número de mulheres que chegam ao nível secundário é muito baixo, como ilustram os gráficos abaixo.

Figura 17 - Relação de escolaridade por sexo.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 18 - Porcentual de escolaridade por sexo.



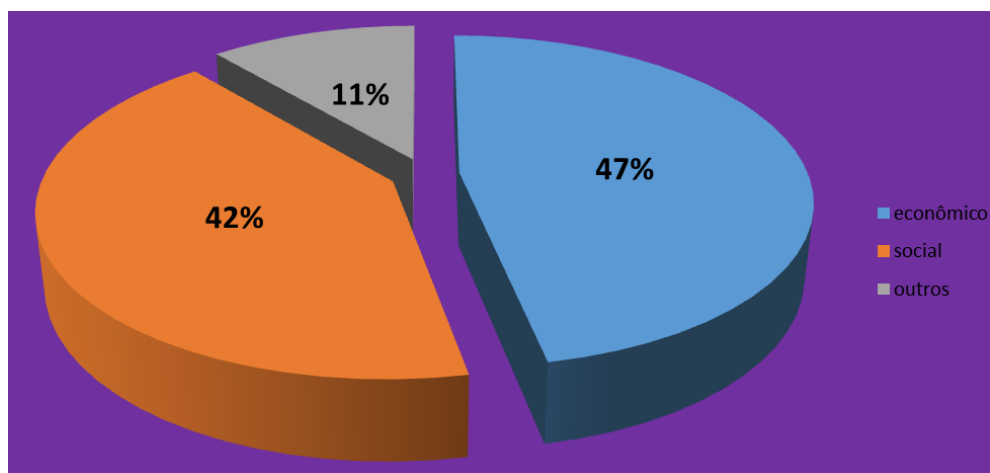
Fonte: elaborado pelo autor.

Por outro lado, a disparidade da relação homem/mulher pode ser fundamentada por questões históricas e culturais, já que, desde o período colonial, a mulher moçambicana culturalmente foi sempre relegada à função reprodutiva (cuidar da casa, dos filhos, do marido e do quintal). Isso influenciou, sem dúvida, na escolarização; as menos escolarizadas foram dedicando-se à atividade agrícola para ajudar no sustento da família. Por outro lado, a exploração agropecuária das colônias portuguesas era assegurada pela atividade das mulheres, pois seus maridos não aceitavam o trabalho forçado a que eram sujeitos nas explorações

agrícolas, industriais e outros serviços dos patrões portugueses. Logo, a única forma que os homens encontravam para livrar-se dessa submissão era refugiar-se nas minas da África do Sul, deixando para trás o campo e reduzindo, conseqüentemente, a mão de obra masculina, obrigando a permanência da mulher na atividade agrícola (SERRA, 1997).

No que diz respeito aos objetivos dos associados em organizar-se em uma associação, 47% têm como razão objetivos econômicos e 42%, objetivos sociais; os restantes 11% não têm um posicionamento sólido, pois foram várias as interpretações quanto à questão de ser filiado. A figura 19 ilustra a distribuição do posicionamento dos entrevistados.

Figura 19 - Objetivos de se organizar.



Fonte: elaborado pelo autor sobre pesquisa de campo.

Considerando a quantidade de agricultores que participaram desta pesquisa e os dados apresentados na figura acima, é possível constatar a diferenciação de percepções de ideias quanto a seu envolvimento na associação. Apesar das diferenças de ideias, todos são unânimes quanto ao desconhecimento da estimativa do que ganham por participar da organização e da renda do agricultor proveniente da atividade agrícola. Porque, para eles, em qualquer oportunidade de venda da produção, o valor é imediatamente repassado para outras necessidades da família que não são supridas pela propriedade.

#### 4.4 Dinâmica de participação dos associados

Quanto à participação, é essencial e significativo o envolvimento dos trabalhadores na vida da associação. A atribuição de um voto na assembleia a cada membro da associação demonstra a natureza democrática desta; a gestão democrática garante o direito de

participação e de intervenção dos associados na vida da associação. Entretanto, embora estejam inscritos os direitos dos associados nos estatutos da ALM, a participação dos associados no movimento associativo apresenta-se reduzida, o que nos leva a questionar até que ponto pode considerar-se a ALM “organização associativista”, um ponto de congruência para alavancar o desenvolvimento da região e proporcionar uma vida melhor aos associados, uma vez que a maioria dos membros desconhece seus direitos e deveres elementares e, como consequência, não se sente integrada em torno de um projeto comum.

Considerando que a maioria dos entrevistados preferiu falar de forma individual e não coletivamente, o que, de certa forma, deixa visível que a questão da coesão social, da solidariedade social, do trabalho em conjunto encontra-se enfraquecida entre os membros da ALM. Outra característica já relatada anteriormente tem relação com o número maior de mulheres frente ao de homens; segundo os entrevistados, a explicação está no fato de muitos homens terem perdido a vida no período de 16 anos de guerra civil entre a Renamo e a Frelimo, e também que os homens têm procurado atividades remuneradas nas minas da África do Sul. Quando vão ao país vizinho em busca de trabalho, os homens permanecem por lá por um período longo, sem se comunicar com a família; outros simplesmente não regressam ao país, deixando as mulheres na situação de chefe de família.

O motivo de adesão para todos os membros é o mesmo, apesar de o número maior ser das mulheres por sua situação de vulnerabilidade: procurar suprimir dificuldades que atingem os trabalhadores rurais, como a fome, um terreno fértil para prática de agricultura e a falta de meios para compra de insumos, já que, uma vez participando em uma organização como essa, existe o apoio de uma organização brasileira, a Ipermo, e da Acidovoça-Mozal<sup>27</sup>, que atuam na região auxiliando todas as associações agrícolas que trabalham no distrito.

Além de dar apoio às associações com insumos, essas organizações ajudam na construção de poços, represas e vias de acesso nas localidades, na difusão da tecnologia de produção aos associados por meio de projetos de desenvolvimento rural e sensibilizam e preparam os agricultores para a produção de cultivos mais resistentes à seca.

Constatou-se que a maioria dos associados adere à ALM, pois, através dela, vislumbra a possibilidade de ter uma parcela de terra fértil para as atividades agrícolas e de beneficiar-se com descontos na compra de insumos. Muitos deles desconhecem as regras que regem a associação; a razão é a falta de reuniões periódicas para que as regras sejam divulgadas, tendo em conta que muitos deles não sabem ler e tampouco escrever.

---

<sup>27</sup>Acidovoça: organização que atua no desenvolvimento agrário com apoio da Mozal.

Segundo Campos (1999, p. 34), no geral, as associações agrícolas são regulamentadas pelo princípio da adesão livre e voluntária; porém, no caso da ALM, tal princípio é posto em causa: só pode ter uma parcela de terreno na área fértil para prática de agricultura, assim como acesso aos insumos, quem filiar-se à associação.

Nessa visão, a adesão dos membros é uma imposição para a maioria dos trabalhadores da localidade. Sobre esse aspecto, é importante o que dizem os entrevistados:

Estamos nesta associação porque, caso não, não tínhamos um espaço desejado para prática de agricultura, que tanto precisamos para alimentarmos as nossas famílias. Pois em outros locais para fazer lavoura dependemos exclusivamente da chuva e passa muito tempo sem chover e, aí, somos obrigados a obedecer às regras de funcionamento da associação.<sup>28</sup>

Com essa contestação, ilustra-se um grande problema que os trabalhadores rurais da localidade vivem, uma vez que, quando não se filiam à associação, são entregues à própria sorte. A necessidade de bons terrenos para a agricultura impõe-lhes uma espécie de coerção para participar da associação.

Em suma, os trabalhadores, ao aderirem à associação, encontram uma forma de garantir acesso à terra nos lugares ideais para a prática agrícola, assim como aceitam a imposição das organizações não governamentais que atuam na região para beneficiarem-se da ajuda. Mas essa adesão não necessariamente se converte em práticas de cooperação e de solidariedade. Todos esses aspectos são consequência da insuficiência e da participação débil e têm explicação: a organização interna deficiente, a falta de coordenação entre os órgãos diretivos e os restantes membros da associação e o baixo nível de escolaridade que caracteriza a maioria dos associados.

Contudo, dada a continuidade da associação por esse período de tempo, colocamos a seguinte interrogação, a ser aprofundada em fases posteriores da pesquisa: será que a adesão dos trabalhadores de Mahubo à ALM é motivada para garantir a terra permeável e o apoio das organizações que atuam na região, ou transcende isso?

Apesar dos problemas identificados, pudemos notar que os associados individualmente têm participação ativa em suas áreas de cultivo, assim como na limpeza das valas e vias de acesso, o que é importante para manutenção de condições melhores de qualidade de vida.

---

<sup>28</sup>Entrevistado em 15/2/2016.

## 5 DIÁLOGO COM A LITERATURA

### 5.1 Caráter endógeno e atendimento às necessidades coletivas

Conforme os dados levantados no território de Boane e na ALM, a região exibe realmente uma cultura rural enraizada e generalizada desde há muito e que se vai fortalecendo ao longo de gerações, com grande número de propriedades dedicadas à criação de gado bovino, caprino, suíno, aves e cultivo de cereais.

As iniciativas de criação com base nas potencialidades locais inserem-se no caráter endógeno de que o processo de desenvolvimento sustentável regional converte-se em um processo contínuo de absorção de excedente gerado localmente, e não pode ser visto como de autossuficiência, mas sim como uma organização interna da estrutura econômica, política e social, de modo a criar um ambiente favorável à gestão do excedente para atender às necessidades da população local (AMARAL FILHO, 1995).

Figura 20 - Potencialidades do gado bovino.



Fonte: Agrifocus Mozambique (2013).

Segundo Frantz (2002), desenvolver não significa ter uma linha previamente traçada e inscrita na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. Para o processo de desenvolvimento acontecer, não pode ser descartado o

reconhecimento da multiplicidade e da diversidade das potencialidades humanas.

Nesse caso, apesar das dificuldades da ALM serem enormes, elas não impediram a elaboração descentralizada de um plano de construção de vias de acesso com o uso de enxadas em toda a região, o que mobilizou mesmo o governo distrital, que posteriormente enviou máquinas para construção das estradas que ligam a zona urbana à rural, o que é muito importante para o comércio. Entretanto, aqui são reconhecidas as potencialidades individuais, assim como as coletivas, para incremento do desenvolvimento da comunidade.

O associativismo, com todos seus pontos e contrapontos, através do diálogo, é capaz de abrir caminhos para promover o desenvolvimento de seus integrantes no processo e da própria comunidade em geral, conforme salienta Arruda.

A diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento. (ARRUDA apud FRANTZ, 2002, p. 29).

Portanto, ao colocarem-se as competências e os talentos individuais, põe-se em evidência que qualquer desenvolvimento, seja qual for, tem por epicentro o desenvolvimento humano, pois não existe, por exemplo, o desenvolvimento econômico sem a intervenção do homem; o desenvolvimento social faz derivar o econômico.

Reconhecer a agência humana como propulsora do desenvolvimento abre espaço à cultura, à educação, aos valores. Como decorrência, recoloca o problema do desenvolvimento nos espaços locais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas. (FRANTZ, 2002, p. 30).

Diante das discussões entre a realidade da associação, da comunidade e as teorias, coloca-se a importância do caráter endógeno, do associativismo e da cooperação no desenvolvimento da região. Porém, é necessário unir essas ideias para que se atinja um desenvolvimento abrangente, que possa atender às necessidades coletivas de Mahubo. Obviamente, o homem é o centro de todo o desenvolvimento, pois é ele quem busca caminhos e opções que possam levá-lo à melhoria das condições de vida e, por conseguinte, da coletividade.

## **5.2 Ações capazes de quebrar dependências e avanços tecnológicos**

Desde tempos remotos, a sociedade rural é uma sociedade do conhecimento, que tem

transformado o saber em progresso técnico, principalmente nos países em que predomina a agricultura familiar, pois o progresso técnico, por intermédio das inovações locais, pode favorecer uma penetração transversal em diversos segmentos da estrutura produtiva desses países, nos padrões da organização, gerando aumento de produtividade e redução acentuada dos custos unitários de produção, diminuindo, assim, a lacuna tecnológica e as assimetrias entre as economias mais avançadas e as de menor expressão.

Assim, a ALM, usando 80% das potencialidades locais, associa o gado bovino e o arado como forma de promover o progresso técnico sem grandes custos. O uso da tração animal, principalmente o boi, como meio de lavrar a terra tem gerado mais ganho para reverter a situação de falta de tecnologia moderna, e, identificando-se com o pequeno produtor, melhora e aumenta a área cultivada. O boi serve ainda de montaria e ajuda a movimentar máquinas estacionárias e a transportar mercadorias, pois o animal adapta-se facilmente a qualquer terreno. Além disso, a agricultura na área da ALM é completamente tradicional, menos dependente de pesticidas artificiais, o que pode ser extremamente benéfico.

Portanto, não há como negar que as inovações tecnológicas afiguram-se-iam tanto mais econômicas quanto maior fosse a redução do custo unitário que elas permitissem, mediante o aumento da produção por unidade de capital aplicado no processo produtivo (FURTADO, 1999). Em qualquer abordagem de uma economia rural, é importante tomar em conta as manifestações da vida econômica e social influenciadas profundamente pela cultura dinâmica e inclusiva. Nesse contexto, a endogeneidade dos processos de aquisição e o uso de conhecimentos e progresso técnico são absorvidos no ambiente de inovação de um determinado espaço social com capacidade de criação, ampliação de conhecimentos e aprendizagem contínua, inventando, testando e adaptando opções e caminhos que permitam o desenvolvimento (BUARQUE, 2004).

Frente ao quadro de dificuldades, a ALM buscou uma estratégia de manutenção de sua organização, a qual Siedenberg (2012) chama de gestão estratégica para adotar e adaptar a uma estratégia organizacional, que passa a ser uma necessidade constante e condição de sobrevivência organizacional, sobretudo pelo grau excessivo de turbulência e complexidade espacial e climática do ambiente da comunidade. E essa adaptação orienta-se por duas estratégias, a saber: (i) orientação determinista, que coloca o ambiente como determinante e essencial para sobrevivência de uma organização e que essa orientação sustenta que os fatores ambientais selecionem aquelas características organizacionais que melhor se adaptem ao ambiente. Nesse sentido, as organizações reagem então em virtude das pressões e ações do

meio, adaptando-se de acordo com as exigências do seu ambiente; (ii) orientação voluntarista, que coloca a capacidade de uma organização de decidir e manipular parcialmente o ambiente em função de suas capacidades organizacionais. Essa orientação prevê que as organizações complexas tenham a habilidade de mudarem de acordo com as contingências do ambiente, além de exercerem influência no ambiente em que operam. Portanto, em consequência das mudanças ambientais, os agentes organizacionais participam das escolhas estratégicas que possam superar as dificuldades da organização.

Nesse contexto, o território da comunidade de Mahubo, assim como a própria associação, manifesta-se como esfera por excelência para a observação do “enraizamento” proposto por Granovetter (1985), que considera que todas as ações deliberadas dos atores sociais mostram-se sempre enraizadas aos sistemas de relações sociais concretas e que o território é também um centro de reconhecimento do *habitus* — lugar onde ocorre a “subjetividade socializada” referenciada por Bourdieu (1998). Os agentes sociais são coletivos pelo fato de estarem integrados a um determinado grupo, ele tem preservada sua verdade de operador prático de construção de objeto (BOURDIEN, 1998). Portanto, os sistemas de produção e as relações sociais construídos historicamente dão identidade a um determinado território, delimitam e condicionam os comportamentos dos atores, que exibem espontaneidade e uma razão prática, quer dizer, voluntarismo.

Nos moldes em que se encontra organizada a economia mundial moderna e com a velocidade das mudanças tecnológicas, os países subdesenvolvidos, como Moçambique, têm de realizar um esforço enorme para avançar na geração e na utilização do conhecimento técnico-científico, buscar formas que possam criar capacidades e competências em áreas estratégicas. Traçar uma estrutura com uma base econômica apoiada em um processo endógeno e dinâmico de inovação é decisivo para que o país possa realizar o sonho de uma sociedade próspera, justa e soberana, com capacidade de inserir-se em escala global e de encaminhar a gestão do desenvolvimento mundial.



Figura 21 - Agricultura com tração animal.



Fonte: Embrapa (1993).

### **5.3 Sustentabilidade: conservação dos recursos naturais e do ambiente frente ao dinamismo econômico e à melhoria de qualidade de vida**

Qualquer prática agrícola que diz respeito à conservação de recursos naturais está associada ao agroecossistema, modelo voltado à manutenção de recursos genéticos, seja das espécies nativas ou das variedades de plantas cultivadas e de raças de animais domésticos. A agricultura praticada no mundo rural pelos pequenos agricultores várias vezes é denotada por um sistema de conservação natural, caracterizando-se, em muitos casos, em misturar sementes de várias espécies locais e exóticas no mesmo espaço de cultivo. Isso contribui para o aumento da diversidade genética, pois muitas plantas adaptam-se a microambientes distintos. É o que alguns especialistas chamam de “mosaicos coevolutivos” (NORGAARD, 1997).

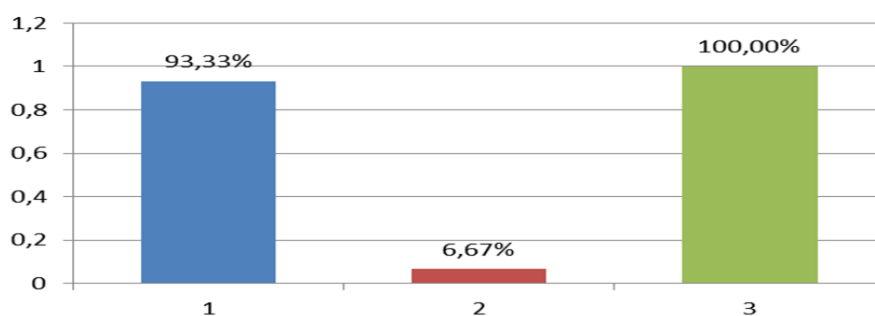
Segundo Veiga e Ehlers (2010):

Na agricultura moderna, a diversificação dos sistemas produtivos foi substituída pela especialização. Muitos agrônomos e economistas acreditam que a lógica da produção em escala, que fizera sucesso no setor industrial, poderia ser facilmente aplicada na agricultura. As monoculturas, altamente mecanizadas e baseadas no emprego intensivo de insumos químicos e genéticos funcionariam como verdadeiras fábricas a céu aberto, capazes de produzir alimentos em quantidades suficientes para abastecer toda a humanidade. Mas logo se percebeu que, ao contrário da indústria, a agricultura é totalmente dependente de limites naturais, os quais não podem ser facilmente controlados. A substituição de ecossistemas complexos e diversificados – particularmente nas regiões tropicais – por sistemas produtivos extremamente simplificados – como são as monoculturas – provocou uma série de impactos econômicos e ambientais. (VEIGA; EHLERS, 2010, p. 12).

Considerando que a comunidade de Mahubo é eminentemente rural e apresenta um sistema de produção familiar bastante expressivo, a ALM, dentro de suas atividades, tem uma estratégia de recuperação do ecossistema que procura promover o desenvolvimento local sustentável. Nota-se nessa associação uma forma de diversificação dos sistemas produtivos, que passam à agrossilvicultura ou à agroflorestação; esse sistema consiste em manejo florestal que concilia a produção agrícola e a manutenção das espécies nativas por meio de “capinas seletivas” das espécies que já cumpriram seu papel fisiológico na sucessão e podas de rejuvenescimento para fortalecer e acelerar o sistema produtivo. A adoção desses sistemas na comunidade tem demonstrado vantagens econômicas e ambientais em relação aos sistemas de cultivo convencionais, cuja longevidade depende do emprego elevado de insumos industriais (CORDEIRO; PETERSEN; ALMEIDA, 1996, p. 23).

Do total de entrevistados da ALM, 6,67% não deram depoimento; 93,33% confirmaram que a produção é feita no sistema de rotações de culturas, os recursos disponíveis — água, nutrientes e outros — são utilizados de forma mais eficiente, de modo a permitir o retorno de matéria orgânica ao solo; além do que, esse sistema contribui para manter a estrutura física e ajuda a reduzir a erosão; como resultado, vê-se melhoria na fertilidade do solo. Obviamente, a combinação desses fatores encaminha de modo variável ao aumento de produtividade das lavouras, e, ao mesmo tempo, os modelos de diversificação reduzem em muito a necessidade de insumos externos, como agrotóxicos e fertilizantes nitrogenados. Também a diversificação possibilita a eliminação significativa dos gastos de investimento e de custeio necessários para manter o padrão tecnológico “moderno”. E outra: a quebra de uma safra ou a queda de preço de uma determinada cultura não causam tantos estragos quanto nas propriedades monoculturais; os riscos de falência são muito menores (VEIGA, 1994).

Figura 22 - Programa de preservação de ecossistema.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Tabela 4 - Comparação entre as características das agriculturas moderna e tradicional praticadas em Moçambique com variações regionais.

<b>Características da agricultura</b>	<b>Agricultura moderna</b>	<b>Agricultura tradicional ou familiar</b>	<b>Comentários</b>
Preparação do terreno ou cultivo	Período fixo; uso de tratores e grades para nivelar o terreno.	Uso de enxada e tração animal várias vezes ao ano, sempre que for necessário. O terreno mantém a microtopografia.	O terreno pode ter, p. ex., cupinzeiros e árvores.
Sementeira	Em meses recomendados pelos agrônomos e com quantidade fixa de sementes por hectare.	Sempre que for necessário, por conta da variabilidade das precipitações.	Ao longo do ciclo do crescimento das plantas, podem ocorrer secas de curta duração, exigindo repetição das sementeiras.
Variedades de sementes	Uma ou duas variedades recomendadas, geralmente fixas.	Variedades locais resistentes à seca.	Por razões de várias ordens, como conflitos e desastres naturais, muitas variedades locais foram substituídas por sementes melhoradas, às vezes mal adaptadas às condições locais.
Gestão da fertilidade	Um tipo e quantidade fixa de fertilizante cientificamente calculada.	Aplicação pontual de fertilizantes, uso da fertilidade natural, às vezes com o uso de excrementos do gado.	Enquanto a localização do esforço agrícola da agricultura moderna é intensiva e fixa, na agricultura tradicional é extensiva e móvel; vários campos são cultivados com plantas de diferentes idades.
Monda	Duas mondas por campanha.	Dependendo do comportamento da participação e das diferentes sementeiras nas diferentes lavouras.	Diferentemente da agricultura moderna, a tradicional recorre a improvisações e é oportunista.
Controle das pragas	Uso intensivo de inseticidas.	Sem uso de inseticidas ou aplicação pontual em caso de necessidade.	A agricultura moderna recorre a inseticidas artificiais, enquanto a tradicional a inseticidas biológicos, explicando os recursos locais.
Compasso agrícola	Uma distância recomendada, dependendo da quantidade de sementes por hectare; a agricultura é de monocultura.	Consortiação de culturas, havendo em cada lavoura distâncias diferentes, dependendo das culturas e da fertilidade do solo.	A mistura premeditada de culturas na agricultura tradicional evita a perda total da sementeira por causa da variabilidade da precipitação; permite ainda a exploração das diferentes profundidades do solo.
Rotação de culturas	Recomendada cientificamente, p. ex., no caso milho-sorgo-leguminosas.	Rotação de culturas. Para a recuperação da fertilidade, pratica-se pousio de um a três anos.	Nas regiões de baixa densidade populacional, pratica-se itinerante de queimadas, cultura e abandono prolongado.

Gestão de umidade do solo	Cultivo profundo; presença de sulcos.	Cultura em camalhões e variedades de técnicas de acordo com as necessidades.	A gestão da umidade envolve também o cultivo de diferentes plantas com diferentes exigências de umidade.
Agroflorestamento	Não existe. Todas as árvores são removidas.	As árvores, principalmente de frutas, não são removidas, são deixadas nos campos de cultivo.	Na agricultura tradicional, as árvores nos campos são infraestrutura para descanso, processamento de produtos, proteção do sol durante a caminhada. São ainda marcos para delimitar propriedades.
Conservação do solo	Cultivo em curvas de nível, alas de eucaliptos e pinheiros nos limites das propriedades.	Agroflorestamento em que as árvores protegem o solo da erosão hídrica e eólica. Cultivo sem revolver a terra. A enxada não abre sulcos como charruas e discos de tratores, minorando a erosão.	Pode incluir a não retiradas dos caules depois da colheita. Nas margens dos rios, podem ser preferidas plantas rastejantes como abóbora, a batata-doce e o tomateiro tradicional.

Fonte: Ombe (2014).

As tabelas e gráficos abaixo representam o trabalho feito na pesquisa de campo sobre os programas ambientais, mostrando que as mulheres são mais suscetíveis à proteção ambiental.

Tabela 5 - Programa de Proteção ambiental; homens.

maior programa ambiental da associação	sexo e faixa etária							
	Homens							
	15-25		25-40		40-60		>60	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
educação ambiental	1	33%	2	50%	4	50%	1	50%
proteção de Reservas Legais	1	33%	2	50%	4	50%	1	50%
Outros	1	33%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	3	100%	4	100%	8	100%	2	100%

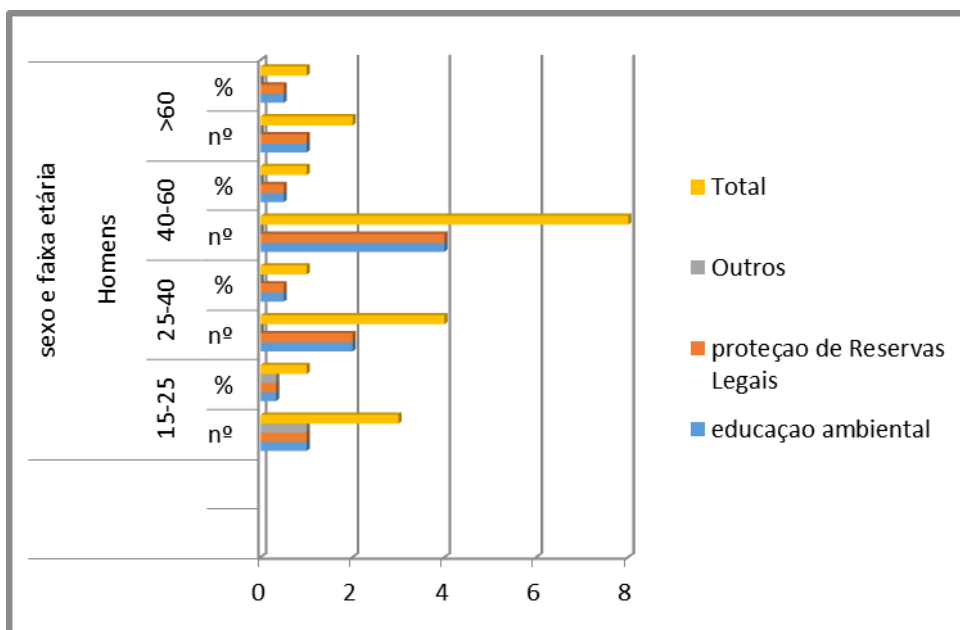
Fonte: elaborado pelo autor com dados de pesquisa de campo.

Tabela 6 - Programa de proteção ambiental; mulheres.

maior programa ambiental da Associação	Sexo e faixa etária							
	Mulheres							
	15-25		25-40		40-60		>60	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
educação ambiental	5	42%	8	42%	9	39%	2	50%
proteção de Reservas Legais	5	42%	8	42%	9	39%	2	50%
outros	2	17%	3	16%	5	22%	0	0%
Total	12	100%	19	100%	23	100%	4	100%

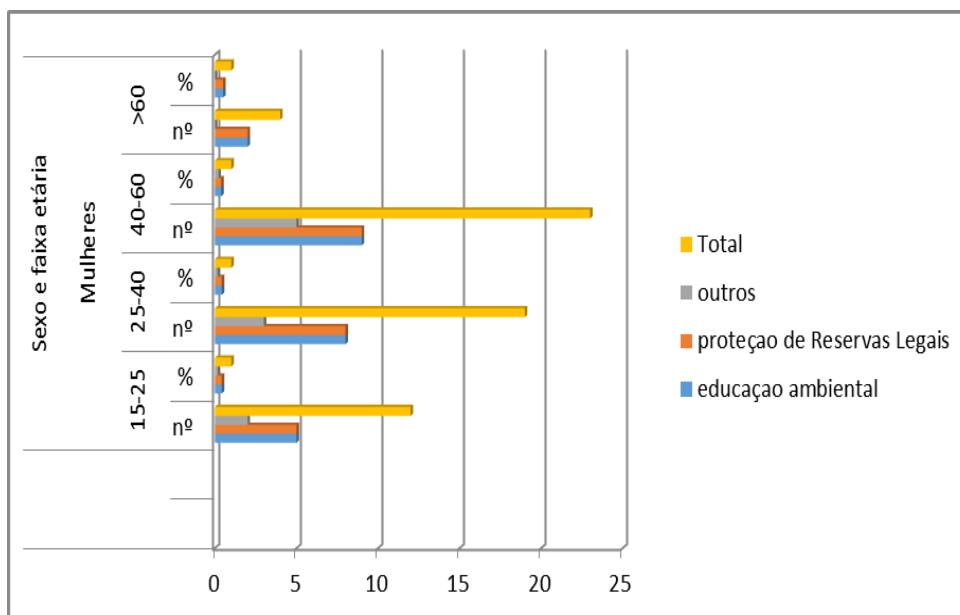
Fonte: elaborado pelo autor com dados de pesquisa de campo.

Figura 23 - Representação gráfica do programa de proteção ambiental; homens.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 24 - Representação gráfica do programa de proteção ambiental.



Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, os sistemas diversificados têm sido verificados em Moçambique como um todo e são mais exigentes em questão de mão de obra. Para compensar os custos de investimento na prática dessa diversificação e o uso de agroquímicos, é empregado mais trabalho, que vai beneficiando mais trabalhadores, dando lugar à redução do desemprego, diferentemente das regiões onde se verifica a existência de cultivos monoculturais, apontado

como moderno, mas extremamente pobre na questão de geração de oportunidades de trabalho, tanto na propriedade agrícola como nas redondezas. Além do mais, essas propriedades cobertas pelas monoculturas são responsáveis pela destruição do potencial do solo, acabam com a água e com a biodiversidade que poderiam ser os principais trunfos de dinamismo econômico.

Os entrevistados, no geral, consideram que a ALM contribui para o desenvolvimento local, atuando tanto na dinâmica econômica da comunidade, pois tem gerado renda para maioria das famílias, como na social, ao valorizar a capacitação e fomentar a interação social. Segundo declaração de um dos entrevistados, a associação foi algo muito importante e bom que aconteceu na comunidade, embora alguns não tivessem se identificado com a associação por conta de comportamentos individualistas. É em virtude da existência da associação, segundo os associados, que a comunidade não fica parada; no momento da colheita, os produtos são vendidos para alguns que não são cooperados, para posterior revenda no mercado. Isto é, a ALM abastece o mercado local, gerando emprego para a maioria das famílias da comunidade.

#### **5.4 A diversidade em Moçambique e a quebra de paradigmas**

O paradigma da diversidade em Moçambique é resultado da constatação de que os paradigmas estruturalistas são apenas formas de legitimação do conhecimento ocidental e eurocentrista, obnubilando, de forma sistemática, a diversidade local (OMBE, 2014). Esse paradigma desenhado pelo Ocidente só considera fatos geográficos reconhecidos, como refere Ombe (2014), espaços com uma configuração geométrica quadricular que incluem a superfície, polígonos regulares, linhas retas e pontos. Portanto, todos os conceitos, comportamentos e interpretações não padronizados pela economia ocidental são considerados de menor importância. No raciocínio do mesmo autor, Moçambique, como outros países africanos colonizados por metrópoles ocidentais, continua até hoje com uma interpretação reducionista bastante esquemática sobre uma realidade exótica do ambiente rural, cheia de atributos negativos.

Ainda no pensamento de Ombe (2014), essa concepção interfere na produção de uma paisagem convencional a partir da visão ocidental. Nessa visão, em Moçambique, os conceitos de desenvolvimento, ou mesmo de pobreza, têm sempre interpretações reducionistas quando se trata do mundo rural. Assim, o paradigma da diversidade busca,

através do diagnóstico, demonstrar e promover uma possibilidade de saber sobre o espaço geográfico rural; a concepção de desenvolvimento de risco não pode ser universal e não problemática.

Esse paradigma de diversidade, que também é de inclusão, tem seu suporte na corrente fenomenológica que contribui e defende a causa mútua do sujeito e do objeto com uma interatividade dinâmica. A convivência constatada no trabalho de pesquisa de campo na ALM, assim como na comunidade de Mahubo, tem um ponto forte nesse paradigma de diversidade por sua dinamicidade interativa espaço-temporal, como refere Fortuna (2012), que acontece em diferentes paisagens e reconfigurações regionais em diferentes escalas (incluindo os chamados microterritórios), algumas das quais ausentes, mas transportadas pelo sujeito e recriadas nos espaços de convivência.

Tabela 7 - Paradigma de diversidade e inclusão.

<b>Paradigma estruturalista; suporte neoliberalismo e globalização</b>	<b>Paradigma de diversidade e complexidade do suporte de desenvolvimento sustentável</b>
Causa-efeito	Interação de complementaridade, causas mútuas de variáveis.
Linearidade	Complexidade, multiplicidade de causas que necessitam da inclusão.
Diferenciação	Diversificação; os elementos são também heterogêneos.
Crescimento	Sustentabilidade.
Homogeneidade de elementos, constituintes do meio geográfico.	Diversidade, propriedade de todos nas partes e das partes no todo, polimorfismo.
Lei objetiva estruturante da realidade.	Existência de regularidade representações e percepções.
Existência física, não humana.	Ecológico, interativo, determinação mútua da natureza e do homem.
Previsibilidade a partir de modelos.	Imprevisibilidade, caos, diversidade.
Estruturas sociais	Identidades culturais, sociais e territoriais: sociodiversidade.
Reduccionismo, modelos matemáticos rígidos.	Holismo: análise complexa da diversidade na compreensão de totalidade.
Determinação de uniformidade	Inclusão de singularidade nuance.

Fonte: Leff (2004) e Rodriguez et al. (2007).

## 5.5 Biodiversidade e sociodiversidade

Os conceitos de biodiversidade e sociodiversidade ultimamente não são interpretados de modo isolado, pois são usados para expressar e integrar um conjunto coerente de meio ambiente. Enquanto a biodiversidade integra toda a variabilidade dos organismos vivos, incluindo genética, espécies, população e ecossistemas, a sociodiversidade comporta a

diversidade da cultura material, de produção, de estilos de vida, de padrões de organização social e do espaço. A organização dos estilos de vida produz comportamentos territoriais que influenciam a biodiversidade. Nesse processo, estilos de vida tentam impor-se uns sobre outros, originando consciente e inconscientemente a diminuição das manifestações de alguns desses estilos e o aumento de outros, o que produz cada vez mais a uniformização da vida no mundo natural (MELO, 2002).

Veiga e Ehlers apud OCDE (1996, p. 7) ressaltam a importância biológica e econômica da biodiversidade:

A biodiversidade facilita o funcionamento dos ecossistemas, permitindo que o planeta se mantenha habitável (por exemplo: trocas de carbono, manutenção das fontes de água superficial e subterrânea, proteção e fertilidade dos solos, regulação da temperatura e do clima, dentre outras funções).

Oferece valores estéticos, científicos, culturais, dentre outros valores universalmente reconhecidos, mesmo sendo intangíveis e não monetários.

A biodiversidade é a fonte de muitos produtos utilizados pelas sociedades contemporâneas: alimentos, fibras, produtos farmacêuticos, químicos, etc., além de ser a principal fonte de informações para o desenvolvimento da biotecnologia.

A biodiversidade é a base para as culturas agrícolas e para o melhoramento e desenvolvimento de novas variedades<sup>29</sup>

A beleza e a singularidade de diversos ecossistemas têm valor para uma série de atividades recreativas e de ecoturismo. (VEIGA; EHLERS apud OCDE, 1996, p. 7).

Obviamente, o termo biodiversidade simboliza, em linhas gerais, a diversidade de todas as formas de vida na terra. Na visão científica, comporta a variedade de vida estudada em três níveis: (i) os ecossistemas, (ii) as espécies que os compõem e (iii) os genes que compõem essas espécies (MYERS, 1984 apud WILSON, 1997). Assim, no que toca à pesquisa de campo feita na comunidade de Mahubo, assim como na associação em estudo, verificou-se uma interação plena de reconhecimento da diversidade das expressões culturais (sociodiversidade) como um patrimônio comum na humanidade, e tão necessária e importante para o gênero humano quanto a biodiversidade, que leva a comunidade de Mahubo à convivência no que diz respeito à diversidade de seus posicionamentos quanto à capacidade de tirar vantagens a partir da conservação e da interpretação da natureza variada que pretende proteger. Mas, com isso, não se pode considerar a existência de homogeneidade entre

---

<sup>29</sup> Dentre esses argumentos, talvez o mais perceptível seja o aproveitamento da biodiversidade para a alimentação humana. Ainda que a nossa dieta se concentre atualmente em aproximadamente 150 espécies – com forte predominância de quatro: arroz, milho, trigo e batata – no curso da história estima-se que humanidade tenha utilizado cerca de 7 mil espécies de plantas comestíveis. Não obstante, existem aproximadamente 75 mil espécies que poderiam ser incluídas nos nossos cardápios, muitas delas com vantagens sobre as que usamos atualmente (MYERS, 1984 apud VEIGA; ELHERS, 2010, p. 2).



comunidades, pois existe o que chamamos de uma posição heterogênea quanto ao acesso de recursos, incluindo a localização em relação às formas de relevo local, assim como há a vulnerabilidade nos eventos naturais extremos e no acesso às fontes de subsistência, que, se não forem tomadas em conta, podem prejudicar a convivência entre as comunidades caracterizadas pela diversidade social com interesses ecológicos e os agentes operadores econômicos locais.

Nesse âmbito, é necessário realçar que, no nível dos ecossistemas, a biodiversidade resulta da interação dos seres vivos com seu meio abiótico, meio esse que produz a biodiversidade e geodiversidade, esta última responsável pela longa história da evolução da Terra, pelos ciclos geológicos e biogeoquímicos que garantem a vida no planeta. Entretanto, os fatores abióticos determinam a biodiversidade e a geodiversidade; isso coloca a necessidade de adotar o paradigma da diversidade e da inclusão para melhor entender as diversidades locais em todas as comunidades (OMBE, 2014).

Neste caso, os associados da associação livre de Mahubo, tem a noção sobre a preservação da terra para tornar produtiva por longo período tempo apesar de a sociodiversidade que caracteriza a comunidade estar ameaçadas pela Globalização.

Tabela 8 - Analogia e semelhanças entre biodiversidade e sociodiversidade.

Tipo	Biodiversidade	Sociodiversidade
Características	Genes, espécies, populações, ecossistema.	Grupo de pessoas, comunidades, camadas sociais, nações, raças, religiões, organizações sociais, instituições, patrimônio histórico e cultural.
Ameaças	Ameaçadas pela erosão da biodiversidade, pela extinção das espécies e pela urbanização conducente à uniformização do nível local.	Ameaçada pela erosão cultural provocada pela globalização.
Impacto	Perda da informação genética para cruzamento de plantas, produção de alimentos e medicamentos, biotecnologia.	Perda do conhecimento sobre a natureza e sobre a sociedade, perda de valores éticos e visões de mundo.
Formas de valores	Pode ser preservada em reservas, parques nacionais. Ex.: Parque Nacional de Gorongosa.	Pode ser preservada em aldeias culturais, museus e lugares que sejam patrimônio da humanidade, como a Ilha de Moçambique.

Fonte: Ferrão (2005) e Brilha (2010).

## 5.6 Sustentabilidade e participação de atores sociais e da comunidade

Para que um determinado território torne-se palco de desenvolvimento, é necessário que passe por um processo que contemple diferentes aspectos da vida local de forma sistemática. Nesse prisma, diversos atores sociais naquele território são chamados a somar seu

esforço e encontrar-se em estado que permita o desenvolvimento da comunidade sem a perda de seus valores.

Somente a participação de todos os atores no processo produtivo pode transformar-se em um instrumento de sustentabilidade, mas é necessário um caminho que proporcione desenvolvimento conjugado com modelos de planejamento e gestão, em que o modelo participativo seja fundamental para o desenvolvimento da atividade agrícola de forma sustentável. Porém, sem jamais perder a visão estratégica.

Por esse lado, a ALM tem incrementado um processo produtivo que conta com um sistema de indicadores<sup>30</sup> eficiente e que torna possível o planejamento, a gestão e o controle do desenvolvimento sustentável da atividade agrícola que interpreta as relações endógenas e exógenas, pois só com informações consistentes é possível tomar decisões capazes de amenizar os danos ambientais, socioculturais ou econômicos.

De acordo com a classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os indicadores ambientais podem ser sistematizados pelo modelo Pressão-Estado-Resposta (PER), que se assenta em três grupos-chave:

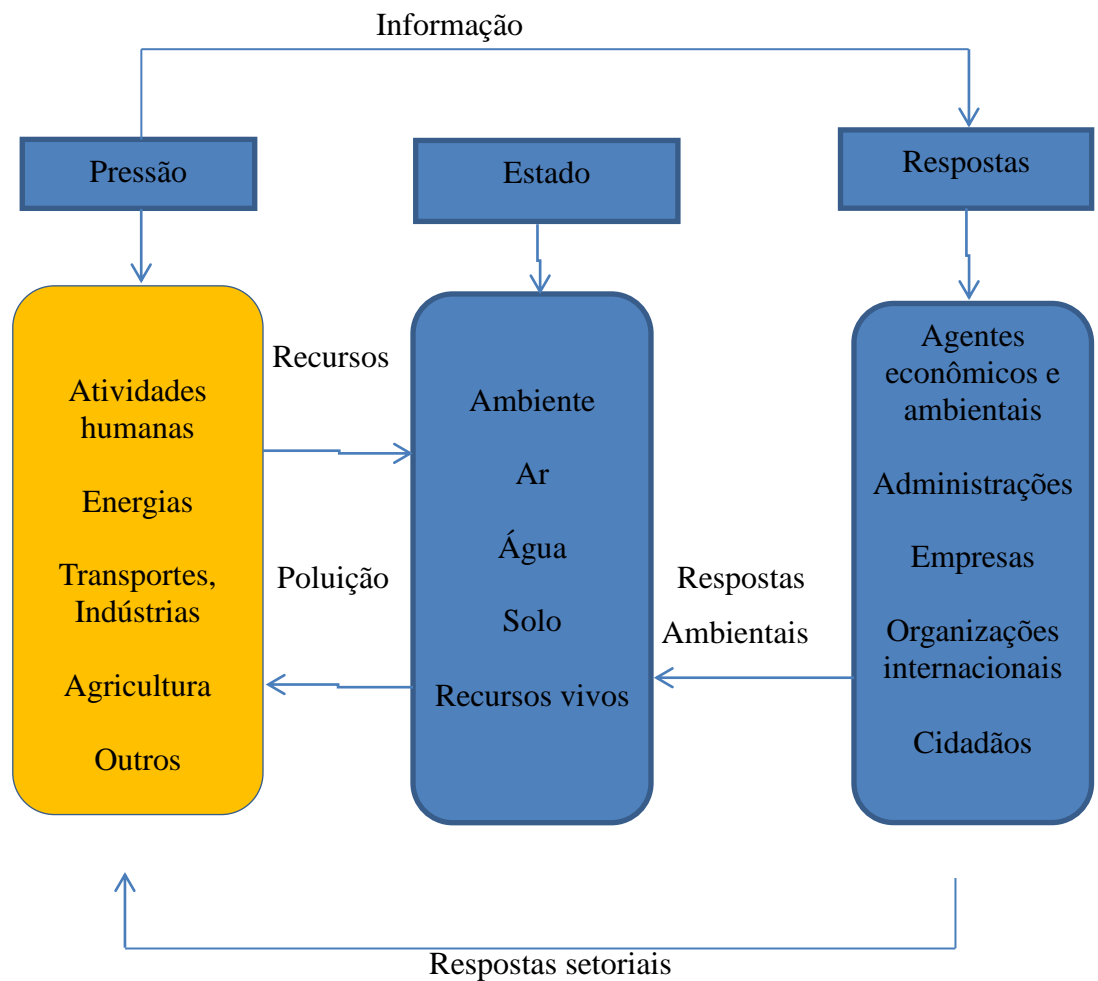
- **Indicadores de pressão** – caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacto ambiental;
- **Indicadores de estado** – refletem a qualidade do ambiente de um dado horizonte espaço-tempo; são os indicadores de sensibilidade, de risco e de qualidade ambiental;
- **Indicadores de resposta** – avaliam as respostas da sociedade às alterações e às preocupações ambientais, bem como a adesão a programas e/ou implantação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes.

É nesse âmbito que o uso dos indicadores no estudo desta pesquisa tem a ver com o articulação entre os atores sociais da associação da comunidade de Mahubo com a natureza na prática das suas atividades agrícolas comporta os indicadores mencionados que traduz em sustentabilidade do meio ambiente da região.

---

<sup>30</sup> Os indicadores são parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, sendo especialmente úteis para refletir sobre determinadas condições dos sistemas em análise e são considerados em quatro categorias que abarcam conteúdo, amplitude e natureza do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável (indicadores ambientais, econômicos, sociais e institucionais, este último compreende a estrutura e o funcionamento das instituições, incluindo instituições clássicas, organizações não governamentais e empresas).

Figura 25 - Sustentabilidade ambiental por meio de indicadores.



Fonte: Portal do Ambiente e do Cidadão - Brasil (2005)

Portanto, é fundamental que os atores sociais que participam das atividades agrícolas na associação assumam seus papéis, considerando sempre que todos têm responsabilidade e benefícios. Quanto à responsabilidade, todos os atores sociais devem participar e estar comprometidos com o planejamento, a implantação, o desenvolvimento, a gestão e o controle da sustentabilidade do desenvolvimento da atividade agrícola, de forma estratégica. A participação do controle do desenvolvimento atuando no planejamento e na gestão estimula a expansão de outras atividades econômicas. Com relação à comunidade local em geral, pode-se ressaltar como benefícios ou expectativas a sustentabilidade em seu mais amplo espectro, a prática da agricultura orgânica, que os agricultores adotam como estratégia de explorar as potencialidades locais, melhora a qualidade físico-química e biológica do solo, contribui para reposição da matéria orgânica, diminui o ataque de pragas, diminui a incidência de doenças e favorece o controle de ervas daninhas; e os benefícios gerados pela atividade agrícola

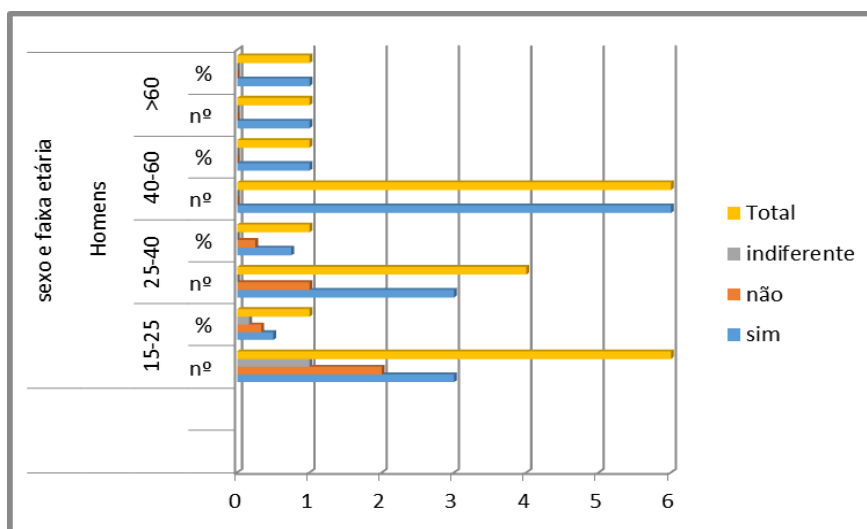
contribuem ainda para a inclusão e a integração social, o fortalecimento da identidade local, o orgulho das próprias características, a promoção de valores comunitários, a criação direta ou indireta de empregos, como citado nos parágrafos anteriores, a geração e a redistribuição de renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos na ação, assim como da comunidade global.

Tabela 9 - Atores sociais (homens) da ALM que se comprometem com sustentabilidade do solo divididos em faixas etárias.

sustentabilidade solo associação e participação atores sociais	sexo e faixa etária							
	Homens							
	15-25		25-40		40-60		>60	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
sim	3	50%	3	75%	6	100%	1	100%
não	2	33%	1	25%	0	0%	0	0%
indiferente	1	17%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	6	100%	4	100%	6	100%	1	100%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

Figura 26 - Sustentabilidade do solo.



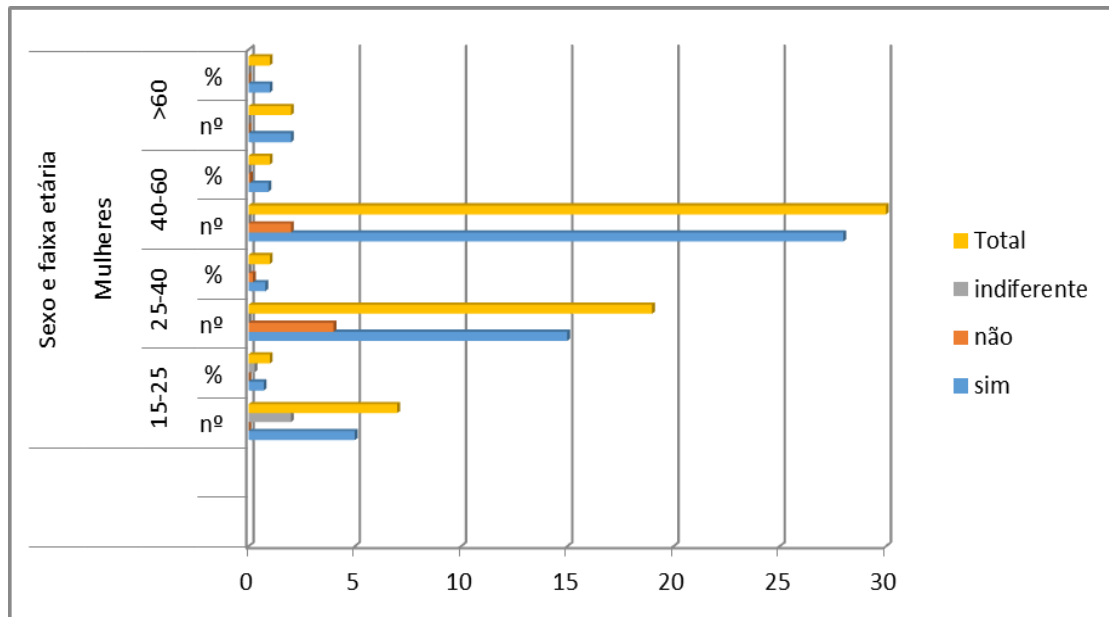
Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

Tabela 10 - Atores sociais da ALM (mulheres) que se comprometem com sustentabilidade do solo divididos em faixas etárias.

sustentabilidade solo associação e participação atores sociais	Sexo e faixa etária							
	Mulheres							
	15-25		25-40		40-60		>60	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
sim	5	71%	15	79%	28	93%	2	100%
não	0	0%	4	21%	2	7%	0	0%
indiferente	2	29%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	7	100%	19	100%	30	100%	2	100%

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

Figura 27 - Sustentabilidade do solo.



Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

Está claro que a participação dos atores sociais para a sustentabilidade de atividades produtivas agrícolas é visível de acordo com os dados obtidos na pesquisa de campo, tanto para os homens como para as mulheres, pois 50% homens inquiridos na faixa dos 15 aos 25 anos responderam que participam na sustentabilidade do sistema produtivo agrícola, contra 33% que responderam não participarem e 17% que ficaram indiferentes à questão; na faixa dos 25 aos 40 anos, 75% dos inquiridos confirmaram a participação, contra 25% que o negaram; e dos 40 aos 60 anos, 100% veem-se como responsáveis pela sustentabilidade do solo; acima de 60 anos, 100% são participantes na sustentabilidade. Quanto às mulheres inquiridas, na faixa dos 15 aos 25 anos, 77% confirmaram sua participação e 29% ficaram indiferentes, já entre os 25 e 40 anos, 79% apostam na recuperação dos solos e 21% não; e, entre 40 e 60 anos, 93% confirmam que trabalham com o ideal de sustentabilidade, contra 7% que responderam não; das mulheres acima de 60 anos, 100% afirmaram que participam do sistema produtivo agrícola com objetivo sustentável. Assim, com esses dados, pode-se afirmar que a comunidade de Mahubo tem consciência sobre a responsabilidade da preservação do solo para uma boa prática agrícola.

## 5.7 Associativismo e confiança

Quando se fala de desenvolvimento regional, é essencial buscar uma abordagem relativamente recente, que proporcione suporte às ações voltadas ao fortalecimento da sociedade civil, ao apoio proveniente das instituições não governamentais e pelo estímulo às práticas participativas. Portanto, o elemento central desse enfoque, que realça a importância dos fatores culturais para o processo de desenvolvimento, é o conceito de capital social. Esse conceito junta-se ao de capital físico e ao de capital humano; este último seria de extrema importância para explicar as diferenças entre regiões quanto à prosperidade econômica.

Segundo Putnam (1996, p. 177), o capital social está constituído pelo conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Obviamente, o capital social, assim como outras formas de capital, é produtivo, pois, se não existisse essa forma de capital, alguns propósitos não seriam alcançáveis. A confiabilidade que um grupo deposita nos membros fortalece a capacidade de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança (PUTNAM, 1996).

O associativismo na ALM apresenta traços culturais e características que contribuem para fazer com que seus membros tornem-se favoráveis a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Destacam-se, por exemplo, as relações e o sentimento de confiança na figura do régulo, tornando possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

Dos associados entrevistados, mais de 90% reconhecem o apoio do régulo quanto a sua disponibilidade para participação em alguns aspectos da vida comunitária que aparentemente não têm relevância econômica direta, mas que contribuem para proporcionar o desenvolvimento da região, pelo reconhecimento que a maioria dos agentes sociais da região deposita no régulo. Coloca-se o capital social como fator relevante para explicar o desenvolvimento da região, na medida em que ajuda a aproximar os membros da associação, assim como a comunidade em geral, fortalecendo os laços existentes entre eles e tornando-os culturalmente mais propensos a colaborar para enfrentar problemas comuns.

## 5.8 Eixos entre as esferas públicas e privadas na promoção da ALM

Para entender melhor a dicotomia da distinção da esfera pública e da privada, é essencial buscar as ideias de Arendt (2005), que relaciona o público à noção de visibilidade, ou seja, o que é partilhado pelo público, “visto, ouvido e convivido”, garantindo, dessa forma, a realidade do mundo e de seus habitantes. Nessa óptica, é importante colocar o público como foi inicialmente concebido, ligado à existência de um espaço público não estatal, que proporcione visibilidade e participação como condição necessária da democracia contemporânea. Quanto à esfera privada, refere-se ao privativo, como implícito na própria palavra, pois, no passado, significava a privação de algo, viver uma vida sem o essencial que representa a vida verdadeiramente humana: privar-se da realidade que advém do social, de ser visto e ouvidos pelos outros, da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. Essa visão da privação inculcada no privado põe em evidência a falta de compartilhamento dos agentes sociais. Isto é, o privado reside na ausência de outros. As ações do homem privado não têm importância para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesses para os demais (ARENDRT, 2005).

Essa discussão da dicotomia entre público e privado permaneceu por muito tempo por conta das complexidades em delimitar-se exatamente as esferas pública e privada, até que se vislumbrou a distinção trazida por Arendt (2005):

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional. (ARENDRT, 2005, p. 37).

Por meio dessa constatação, é possível encontrar o ponto essencial para superação da dicotomia público-privado a partir da ascendência da esfera social, o que é determinante para o progresso ou para o regresso, dependendo da significação adotada para o vocábulo social. Primeiro, a esfera social, liame do individual com o coletivo, que está voltada a construir objetivos comuns, dotados de condutas participativas para a concretização de um ambiente necessário e importante para toda a coletividade. Obviamente, essa visão encaminha para a concretização de um Estado Democrático de Direito pretendido por ambas as partes, pública e privada.

Arendt (2005) afirma que não se pode pormenorizar a esfera privada sem a percepção da realidade da aparência, portanto, da existência de uma esfera pública, da qual as coisas possam emergir. Isto é, tudo que se imagina de esfera privada é trazido à esfera pública para ser compartilhado.

O que se constatou no trabalho feito na ALM, assim como na comunidade, reflete muito bem a ideia defendida por Arendt (2005), um conjunto de empresas e entidades que operam na comunidade, capacitando os agricultores com técnicas de produção para potenciar a comunidade de modo a atingir crescimento competitivo contínuo, o que é domínio da esfera privada, mas que interage, gerando e capturando sinergias da população local. Essas técnicas aparentemente privadas são trazidas para o domínio da coletividade, gerando benefícios diversificados, como a redução de custos operacionais e dos riscos apresentados, o aumento da qualidade dos produtos e dos serviços, a qualificação da mão de obra, a atração de capital, a criação de empreendedores e melhor qualidade de vida.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo em geral passa por um período de crise sem precedentes, revelada pelas evidências empíricas (sociais, culturais, econômicas e ambientais), e há dificuldade de a ciência conseguir gerar os dados científicos tão importantes e reveladores dos equívocos cometidos no período passado. O agravante disso são os equívocos que ainda são cometidos no presente. Assim, coloca-se em questionamento quando se fala dos conceitos de desenvolvimento, progresso, crescimento e viabilidade no tempo (no presente e para futuro) dos padrões de existência e consumo da sociedade.

Portanto, Moçambique não é exceção, pois os problemas são muitos — sejam eles de ordem política, econômica ou social — e impactam sobre a população nas diferenças regionais, o que agrava as diferenças sociais em um cenário de desemprego, exclusão, precariedade e individualismo que as políticas governamentais de liberalização das práticas capitalistas de mercado só fizeram aumentar. Nesse contexto, as formas de sobrevivência para garantir os direitos sociais fundamentais são várias, e uma delas é o associativismo agrícola, que é de extrema importância na comunidade rural.

Nesse caso, feita a análise em torno do associativismo agrícola como estratégia de promoção do desenvolvimento local e conseqüentemente de melhoramento das condições de vida dos agricultores, tomando em consideração o foco de análise a Associação Livre de Mahubo, foi possível chegar a algumas considerações.

A associação em estudo, a Associação Livre de Mahubo, não é uma entidade cuja origem foi de iniciativa de seus membros, pois se constatou que foi criada como uma imposição das autoridades administrativas locais para que seus associados pudessem beneficiar-se das terras férteis para prática de agricultura, apesar de não haver apoio algum para melhoramento das condições de trabalho com vista à resolução de um problema comum existente, que é da fome. Esse fato contrapõe os princípios de uma organização associativa e põe em risco sua vitalidade.

A sustentabilidade foi assumida neste presente trabalho como a capacidade que as organizações têm com base em recursos próprios de funcionar e desenvolver suas atividades sem recorrer frequentemente a apoio ou donativos sejam do Estado, como de ONGs, porém, os resultados de pesquisa de campo mostram que a ALM não é uma organização autossustentável, ou seja, não tem capacidade, por si mesma, de realizar suas atividades produtivas sem recorrer a apoio externo. O fato de esta organização associativa ser dependente de insumos

ano após ano para incrementar sua produção contradiz o conceito de sustentabilidade. E outra, o pagamento de quotas, o que poderia ser a única fonte da captação de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade da associação, não está assegurado, tendo em conta a fraca contribuição dos associados. Como consequência, a organização encontra-se descapitalizada e cada vez mais exposta à dependência de organizações e parceiros externos para poder funcionar.

O apoio que as ONGs oferecem aos associados poderia ser aproveitado para efetivação da autonomia técnica e financeira dos produtores e para tornar a associação livre da dependência externa, mas as ações dos cooperados têm um caráter menos didático, e, simultaneamente, as ações dos institutos de apoio voltadas ao setor agrícola não são adequadas para proporcionar um desenvolvimento sustentável.

No que concerne à participação dos agricultores na vida da associação, esta ainda é bastante reduzida, particularmente em reuniões para tratar assuntos pertinentes, assim como no pagamento de quotas, dificultando o bom funcionamento, visto que seus membros não se sentem ainda ligados a sua própria organização por laços suficientemente fortes de pertença, o que faz com que a entidade, de certo modo, esteja distante deles. O único fator de envolvimento dos trabalhadores rurais na vida da associação é usá-la para a proteção do meio ambiente da região e pela possibilidade de segurança de posse de terra. Esses aspectos podem ter uma explicação se tivermos em conta os seguintes fatores: (i) baixo nível de escolaridade para a maioria dos membros da associação; (ii) falta da educação associativa que comporte maior número dos membros da associação; (iii) ausência quase total dos serviços de extensão agrária pública em que são incorporados os agentes que fazem valer as políticas públicas agrárias.

Nesse caso, a lacuna existente entre os programas dos serviços de extensão agrária pública do distrito e o atendimento ao produtor de menor escala em termos dos incentivos precisos para responderem ao processo de produção pode ser um fato que coloque os associados na insatisfação. Frente a isso, é importante fazer algumas recomendações no sentido de contribuir para melhoria da eficiência e da eficácia nas políticas agrícolas em Moçambique, a despeito dos avanços das irregularidades que permanecem encadeadas nessas políticas.

Pois, pelos estudos feitos na ALM, assim como na comunidade de Mahubo, é possível chegar à conclusão de que em Moçambique há vários desafios a vencer e que as políticas devem ser orientadas conforme as necessidades individuais de cada comunidade, respeitando-se as diversidades e as particularidades sociais, culturais e ambientais. Portanto, para que o desenvolvimento seja abrangente e sustentável, devem ser mobilizadas todas as esferas políticas,

econômicas e sociais a participar nesse cenário; para isso, é necessário um instrumento político-institucional capaz de trazer efeitos positivos ao desenvolvimento agrícola, que passa pelos gestores de políticas públicas que intervêm no sistema produtivo dos pequenos produtores. No entanto, sua atuação e os estímulos econômicos oferecidos aos produtores são quase inexistentes.

Recomendações que são desafios para o Estado Moçambicano e as associações:

- a) O Ministério de Agricultura de Moçambique deve ter agentes integrados nos Serviços de Extensão Agrícola que possam acompanhar e orientar todas as atividades relativas ao desenvolvimento rural para relatar as dificuldades e as necessidades dos agricultores em diferentes regiões.
- b) Mudança no padrão de estrutura administrativa e social com objetivo de estabelecer um novo tipo de relacionamento entre o Estado e as associações agrícolas, no sentido de ter uma estrutura intervencionista que é a essência ideológica para quem tem políticas públicas legisladas.
- c) Os critérios político-administrativos devem resultar das reais necessidades do modelo de desenvolvimento do campo desejado tanto pelos órgãos públicos como pelos beneficiários (agricultores, associados, etc.).
- d) Uma constituição de regulação clara e desburocratizada entre público e organizações microrregionais de desenvolvimento (associações), de modo a promover uma dinâmica econômica local.
- e) As organizações agrícolas devem incrementar um planejamento estratégico associado à capacitação profissional gerencial específica ao movimento, com decisões articuladas dentro da própria organização para produzir e melhorar a coordenação das mudanças nas linhas de produção associadas e da própria gestão da associação, pois são fatores preponderantes e condicionantes para o processo de melhoria da organização associativa ou cooperativa, principalmente no mundo rural.

Portanto, apesar dos problemas constados por meio da pesquisa de campo e dos desafios mostrados neste trabalho, é possível confiar no melhoramento do sistema agrícola do distrito em seu todo, pois a realidade organizacional das associações comunitárias rurais está ligada às relações e à convivência da comunidade.

Por outro lado, diante das dificuldades encontradas nesse trabalho, é possível afirmar que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, pois foi perceptível o interesse existente en-

tre o pesquisador e o grupo focal na troca de experiência e informações pertinentes, facilitando assim a superação das dificuldades.

Além do mais, o resultado específico desta pesquisa abre diversas perspectivas, que podem ser desenvolvidas por outros pesquisadores em continuidade a este trabalho, com aprofundamento no conhecimento sobre a realidade das organizações agrícolas, podendo gerar maior retorno à sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Y. **Ajudar a quem se ajude a si próprio**: iniciativas locais de desenvolvimento em Moçambique: Avaliação de projetos financiados pela Helvetes em Boane e TeTe. Maputo: CEA-UEM, 1989.
- AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento Regional Endógeno: reconstrução de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 26, n. 3, jul./set. 1995.
- AMIGODIA. **Number of Patients on Anti Retroviral treatment in Mozambique 2003-2014**. Relatório do Ministério de Saúde de Moçambique. Maputo: MISAU, 2014.
- ARAÚJO, A. L.; TOLENTINO, M. A.; THEOPHILO, C. R. Realidade Organizacional das Associações Comunitárias Rurais da Região Sul de Montes Claros. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23., 19-23 set. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- ARENDRT, H. **A condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BARQUERO, A. V. del. **Desarrollo Concentrado al Desarrollo Difuso**. IPARDES/ILPES, 1995 (mimeografado).
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books. 2000.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: A busca por Segurança no Mundo Atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e cooperativas Agropecuárias: ensaio analítico. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA EM COOPERATIVISMO E AGRONEGÓCIO DA UFV, out. 2002, Viçosa. **Resumos...** Viçosa, 2002.
- BOURDIEU, P. O Capital Social - Notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs.). **Escritos da Educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p . 65-69.
- BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação** - A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica. Lisboa: Palimage, 2005.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CAMPOS, A. dos S. **Associação Agrícola** - Um guia prático. 2. ed. Lisboa: DGDR, 1999.
- CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para a sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.
- CHICHAVA, J. **Participação Comunitária e Desenvolvimento**: O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo: Assembleia Municipal de Maputo, 1999.

CHONGUIÇA, E. Desenvolvimento Sustentável. In: MICOA (Ministério para Coordenação da Ação Ambiental). **Boa governação e Desenvolvimento Sustentável**. Maputo: Nacional de Promoção e Divulgação Ambiental, 1997.

COLEMAN, J. Social Capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, VI, 194, 1990.

COMÉ, S. F. **A Extensão Rural Pública**: Percepções dos Produtos das Associações Agrícolas de Manhiça. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2013.

CORDEIRO, A.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.

DELNET. **Teoria e Evolução do Desenvolvimento Local**: Desenvolvimento local como dinamizador da mudança. Turim: OIT, 2002a.

DELNET. **Teoria e Evolução do Desenvolvimento Local**: Descentralização e participação da sociedade civil a nível local. Turim: OIT, 2002b.

DEMARTINS, L. **Compêndio de Sociologia**. Novara: Instituto Geográfico DeAgostini, 1999.

DOSI, G. Technical paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Sussex: Research Policy**. Vol. 11, n. 3, 1982.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia**. Porto Velho: Embrapa, 1993.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRÃO, J. **A convenção sobre a Diversidade Biológica** - Gestão Comunitária dos Recursos Naturais na África Austral. Lisboa: Textos Editores, 2010

FERRINHO, H. **Cooperativa e Desenvolvimento Rural**. Lisboa: Clássica Editora, 1978.

FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FORTUNA, C. (Micro) territorialidade: metáfora dissidente do social. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 199-214, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/3278/2988>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FRANCISCO, A. Á. **Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para sua compreensão crítica**. 2. ed. Namurra: Editora BS, 2001.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

FRIEDMANN, J. **Empowerment**: Uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1996.

FURTADO, C. **O Longo amanhecer**: Reflexões Sobre a Formação do Brasil. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRANOVETTER, M. **Le marché autrement**. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

\_\_\_\_\_. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, issue 3, Nov. 1985. p. 481-510.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71 jul/ago. 1995.

HANSUELI, Krap. **Mozambique, approach into Maputo** - Geografia de Moçambique. Maputo: 2010

INAM - INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA DE MOÇAMBIQUE. **Temperatura média e Precipitação por Estação Meteorológica**. 2010. Disponível em <[http://www.inam.gov.mz/Sazonal\\_fma\\_2010\\_files/RNacional/Situa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sector%20de%20Meteorologia-3.pdf](http://www.inam.gov.mz/Sazonal_fma_2010_files/RNacional/Situa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sector%20de%20Meteorologia-3.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2016.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Relatório de Seminário sobre a situação do gênero no acesso a Escolaridade em Moçambique**. Maputo: INE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Retrato da província de Maputo 2009**. 2009. Disponível em: <[http://www.pmaputo.gov.mz/informacao/instituto-nacional-de-estatistica/2a\\_Edicao\\_Final\\_VF.pdf](http://www.pmaputo.gov.mz/informacao/instituto-nacional-de-estatistica/2a_Edicao_Final_VF.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2016.

JAKOBSEN, K.; CARVALHO, D. S. de. **Da pós-Independência ao projeto neoliberal e os desafios para os trabalhadores na África Austral**: análise comparativa de Moçambique, Ilhas de Maurícia e Tanzânia. 2008. Disponível em: <[http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU\\_conference\\_Unicamp\\_2008/Submitted\\_papers/Kjeld\\_e\\_Sampaio.pdf](http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_conference_Unicamp_2008/Submitted_papers/Kjeld_e_Sampaio.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: Projetos de Base comunitária. In. JOSCHIPE, E. B. et al. **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFF, E. **Saber Ambiental** - Sustentabilidade, Complexidade, Poder. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 2004.

LONGSTEN; ROSINO. **Geografia de Moçambique** - Caracterização de Moçambique, Mesquita Baixa de Maputo e Catedral da Beira. 2008; 2009.

MADER - MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Seminário Sobre Revisão de Tecnologia** - Ligação investigação e extensão. Maputo, Moçambique: DNER, 2002.

MAE - MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil do Distrito de Boane, Província de Maputo**. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2965/23877/version/1/file/Boane.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2016.

MELO, A. **Globalização e cultura**. 1. ed. Quimera Editores: Lisboa, 2002.

MILANI, C. (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedades**, Salvador, v. 11, ed. Especial, p. 95-113, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637/8905>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República (1990). Disponível em <[http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique\\_Constitution\\_1990\\_\(as%20amended\)\\_pt.pdf](http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_(as%20amended)_pt.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição da República (2004). Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.mz/files/república/constituicao\\_república\\_moc.pdf](http://www.presidencia.gov.mz/files/república/constituicao_república_moc.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8/91, de 23 de abril. **Boletim da República**, 1. série, n. 16, Maputo, 25 abr. 1991. Disponível em <<http://faolex.fao.org/docs/pdf/moz20506.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2/2006, de 3 de maio. 2006. **Boletim da República**. Disponível em <[http://www.tete.gov.mz/legislacao/agro-pecuaria/Decreto\\_Lei\\_N2\\_2006\\_3\\_Maio.pdf](http://www.tete.gov.mz/legislacao/agro-pecuaria/Decreto_Lei_N2_2006_3_Maio.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 19/97, de 1º de outubro - Lei de Terras. **Boletim da República**, 1. série, n. 40, Maputo, 07 out. 1997 Disponível em: <[http://www.nampula.gov.mz/legislacao/legislacao-por-sectores/agricultura/Lei\\_de\\_Terras.pdf](http://www.nampula.gov.mz/legislacao/legislacao-por-sectores/agricultura/Lei_de_Terras.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10/99, de 7 de julho - Lei de Recursos Florestais e Faunísticos. **Boletim da República**, 1999 Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/12929-0701a0bce8cc9dc29e05b8c72073c912e.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **PARPA** - Plano de ação para redução de pobreza Absoluta (2011-2014). Maputo: Conselho de Ministros de Moçambique, 2011.

\_\_\_\_\_. **Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019**. Maputo: Conselho de Ministros, 2015.

MORAES, Ê. G. de; CURADO, F. F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: SIMPOSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONOMICOS DO PANTANAL, 1., Corumbá, 2004. **Resumos...** Corumbá, 2004.



Disponível em:  
<[http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC\\_CURADO\\_8\\_OKVisto.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf)>. Acesso: em 05 nov. 2015.

MOSCA, J. **A política do socialismo: Economia de Moçambique, século XX**. Lisboa: Paiget, 2005.

MUTHEMBA, M. **Proposta de Política de Envolvimento Comunitário para a Saúde**. Maputo: MISAU, 2001.

WILSON, E. O. (Ed.) **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

NEWIT, M. **Historia de Moçambique**. Lisboa: Europa-America, 1997.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. C. **Gramática Descritiva da Língua Changana**. Maputo, Moçambique: UEM, 2012. Disponível em:  
<<http://www.letras.ufmg.br/laliafro/PDF/Ngunga,%20Armando.%20Gram%C3%A1tica%20da%20C3%ADngua%20CHANGANA%20Final.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

NORGAARD, R. O crescimento da economia global de trocas e a perda de diversidade biológica. In: WILSON, E.O. (Ed.) **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 261-268.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Saving biological diversity - Economic incentives**. Paris: OCDE, 1996.

OMBE, Z. **Environmental Change in South Central Chibuto, Southern Mozambique, 1965-2000**. 2006. Tese (doutorado) - Universidade de Witwatersrand, África do Sul, 2006.

\_\_\_\_\_. Moçambique Geodiverso: Por Uma Geografia Inclusiva No Ensino e Na Pesquisa. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, 2014.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo: Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia**. 1996. Tese (doutorado) - Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

PÉLISSIER, R. **Historia de Moçambique: Formação e oposição (1854-1941)**. Lisboa: Estampa, 1988.

PEREIRA, R. **Desenvolvimento Sustentável como Responsabilidade Social das Empresas – um enfoque ambiental**. São Paulo: 2007.

PORTAL DO AMBIENTE E DO CIDADÃO: Departamento de ambiente e qualidade de vida – Câmara Municipal da Maia, 2016. Disponível em: <<http://ambiente.maiadigital.pt/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1998: Paz e Crescimento Econômico, Oportunidade para desenvolvimento Humano**. PNUD, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório nacional de desenvolvimento humano de Moçambique**. Maputo: PNUD, 2015.

PRATES, A. A. P. Redes sociais em comunidade de baixa renda. Os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1117-1146, setembro-outubro de 2009.

PRETTY, J. et al. **Trainer's Guide for Participatory Learning and Action** - Participatory Methodology Series (Sustainable Agriculture Programme). Londres: IIED, 1995.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHA, J. A. O.; ZAVALÉ, G. J. B. O Desenvolvimento do Poder Local em África: O caso dos municípios em Moçambique. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 30/2015. Disponível em: <<https://cea.revues.org/1879>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

RODRIGUEZ, J. M. et al. **Geocologia das Paisagens, uma visão geossistema da análise ambiental**. 2. ed. UFC edições: Fortaleza, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de Transição para século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel-Fundap, 1993.

SCHMIDT, W.; TURNES, V. A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas encostas de Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2003.

SCHULTZ, T. W. **Transforming Traditional Agriculture**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Associações Rurais: Práticas Associativas características e formalização**. Brasília, 56p: II serie. 2011.

SERRA, C. **Novos Combates pela Mentalidade Sociológica; Sociologia Política das Relações de Poder em Moçambique, seguido de desafios de uma Medicina Bernardina**. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1997.

SIEDENBERG, D. R. **Desenvolvimento Sob Múltiplos Olhares**. Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Ijuí, 2012.

TEODÓSIO, A. dos S. O terceiro setor e a provisão de políticas sociais: Desafios, perspectivas e armadilhas da relação entre as organizações da sociedade civil e Estado de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., Diamantina: 18-22 jun. 2002. **Resumos...** Diamantina, 2002. Disponível em <<http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D62.PDF>>. Acesso: 05 nov. 2016.

VALÁ, S. C., **Associativismo Agrícola e Desenvolvimento Local no Chókwe: 1975-2000**. Maputo: INDER, 2002.

\_\_\_\_\_. **Metodologia de Intervenção no contexto do Desenvolvimento Local e Comunitário**. Chókwé: INDER, 1996.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Promoção do Desenvolvimento Local em Moçambique: Percepções, prática e moda**. Maputo: INDER, 2005.

VAN VUGT, A. L. E. M. **Relatório de Pesquisa Antropológica Realizada nas Províncias de Maputo e Gaza**. Maputo: DER/DNDR, 2002.

VEIGA, J. E. da. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 24, número especial, 1994. p. 9-29.

VEIGA, J. F. **Associativismo/Cooperativismo**: Curso de formação de promotores de grupo. Maputo: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2000.

\_\_\_\_\_. Biodiversidade e dinamismo econômico. III ENCONTRO DA ECO-ECO, 3., Recife, 11-13 nov. 1999. **Caderno de Resumos...** Recife, 1999.

\_\_\_\_\_; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no mundo rural. In: MAY, Peter (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e pr/text. 2. ed, Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010, p. 289-308.

## ANEXO A - QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR MEMBROS DA ALM

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: (  ) masculino (  ) feminino
- 2) Faixa etária: (  ) entre 15 e 25 (  ) entre 25 a 40 anos (  ) entre 40 a 60 (  ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau (  ) incompleto (  ) completo. Segundo grau (  ) incompleto (  ) completo (  ) Nível secundário (  ) incompleto (  ) completo Nível Superior (  ) ou sem Nível (  )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? (  ) objetivos econômicos (  ) objetivos sociais (  ) outros se outros quais?

Outro objetivo é ter uma parcela de terra praticável para agricultura

---



---



---



---

- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? (  ) plenamente esclarecido (  ) esclarecido (  ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação (3)
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação (2)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? (  ) entre 10% e 30% (  ) entre 30% e 60% (  ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? (  ) plenamente perceptível (  ) perceptível (  ) imperceptível

- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços (x) maior volume de negócio.
- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( ) Não ( x ) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional ( ) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( x ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? ( x ) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? ( x ) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito ( x ) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? ( x ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação ( ) boa ( x ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Temos uma contribuição forte Régulo nos rituais para dar bênção a nossa produção  
\_\_\_\_\_
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, a nossa sorte tem organizações não governamental que nos apoiados em insumos agrícolas que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Associação devia ter mais articulações entre os membros e a liderança

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( ) entre 25 a 40 anos ( ) entre 40 a 60 ( x ) acima de 60 anos
- 3)Escolaridade: Primeiro grau ( x ) incompleto ( ) completo. Segundo grau ( ) incompleto ( ) completo ( ) Nível secundário ( ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4)Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? ( x ) objetivos econômicos ( x ) objetivos sociais ( x ) outros se outros quais?

Outro objetivo é ter uma parcela de terra praticável para agricultura

---



---



---



---

- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( x ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação (3)
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação (3)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( x ) entre 30% e 60% ( ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? ( ) plenamente perceptível ( x ) perceptível ( ) imperceptível

- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços (x) maior volume de negócio.
- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim (x) Não ( ) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? (x) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? (x) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito (x) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? (x) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação (x) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Temos uma contribuição forte Régulo nos rituais para dar bênção a nossa produção  
\_\_\_\_\_
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, a nossa sorte tem organizações não governamental que nos apoiados em insumos agrícolas que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Melhor entendimento entre os associados

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( x ) entre 25 a 40 anos ( ) entre 40 a 60 ( ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau ( ) incompleto ( x ) completo. Segundo grau ( ) incompleto ( ) completo ( ) Nível secundário ( ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? ( x ) objetivos econômicos ( x ) objetivos sociais ( ) outros se outros quais?  

---

---

---

---
- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( x ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 1 )
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação ( 2 )
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( ) entre 30% e 60% ( x ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? ( ) plenamente perceptível ( x ) perceptível ( ) imperceptível



- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços (x) maior volume de negócio.
- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim (x) Não ( ) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? ( x ) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? ( x ) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito ( x ) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? ( x ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação (x) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Boa contribuição por parte do Régulo\_\_\_\_\_
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação direta do Governo sobre os trabalhos desenvolvidos pelas associações

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( x ) entre 25 a 40 anos ( ) entre 40 a 60 ( ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau ( ) incompleto ( ) completo. Segundo grau ( x ) incompleto ( ) completo ( ) Nível secundário ( ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? ( x ) objetivos econômicos ( x ) objetivos sociais ( x ) outros se outros quais?  
Sim não participa na associação não tem direito de ter um terreno melhor para fazer a sua lavoura
- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( x ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 2 )
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação (2)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( ) entre 30% e 60% ( x ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? ( ) plenamente perceptível ( x ) perceptível ( ) imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços ( x ) maior volume de negócio.

- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( ) Não (x) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? (x) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? (x) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os
- 
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito (x) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? (x) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação (x) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Boa contribuição por parte do Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação direta do Governo sobre os trabalhos desenvolvidos pelas associações

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( ) entre 25 a 40 anos ( x ) entre 40 a 60 ( ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau ( ) incompleto ( ) completo. Segundo grau (x) incompleto ( x ) completo ( ) Nível secundário ( ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? (x) objetivos econômicos (x) objetivos sociais ( x ) outros se outros quais?  
Sim não participa na associação não tem direito de ter um terreno melhor para fazer a sua lavoura
- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( x ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 3 )
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação (4)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( ) entre 30% e 60% ( x ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? ( x ) plenamente perceptível ( ) perceptível ( ) imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços (x) maior volume de negócio.

- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim (x) Não ( ) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? (x) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? (x) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os
- 
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito (x) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? (x) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação (x) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação direta do Governo e ver os associados melhorar a sua atividades na área de trabalho

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( x ) entre 25 a 40 anos ( ) entre 40 a 60 ( ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau ( ) incompleto ( ) completo. Segundo grau ( x ) incompleto ( ) completo ( ) Nível secundário ( ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? ( x ) objetivos econômicos ( x ) objetivos sociais ( x ) outros se outros quais?  
Sim não participa na associação não tem direito de ter um terreno melhor para fazer a sua lavoura
- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( x ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 2 )
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação (2)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( ) entre 30% e 60% ( x ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? ( ) plenamente perceptível ( x ) perceptível ( ) imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços ( x ) maior volume de negócio.

- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( ) Não (x) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? (x) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? (x) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os
- 
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito (x) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? (x) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação (x) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Boa contribuição por parte do Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação direta do Governo sobre os trabalhos desenvolvidos pelas associações

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo:  masculino  feminino
  - 2) Faixa etária:  entre 15 e 25  entre 25 a 40 anos  entre 40 a 60  acima de 60 anos
  - 3) Escolaridade: Primeiro grau  incompleto  completo. Segundo grau  incompleto  completo  Nível secundário  incompleto  completo Nível Superior  ou sem Nível
  - 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir?  
 objetivos econômicos  objetivos sociais  outros se outros quais?
- 

- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento?  plenamente esclarecido  esclarecido  pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 2 )
- 7) Quantas pessoas da famílias trabalham nesta associação (4)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção?  entre 10% e 30%  entre 30% e 60%  entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção?  
 plenamente perceptível  perceptível  imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola?  melhores preços  maior volume de negócio.



- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( ) Não (x) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? ( x ) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? ( x ) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os
- 
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito ( x ) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? ( x ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação ( ) boa ( x ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Boa contribuição por parte do Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação de toda comunidade nos trabalhos desenvolvidos pelas associações

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( ) entre 25 a 40 anos (x) entre 40 a 60 ( ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau ( ) incompleto ( ) completo. Segundo grau ( ) incompleto ( ) completo ( ) Nível secundário ( x ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir?  
(x) objetivos econômicos (x) objetivos sociais ( x ) outros se outros quais?

Sim não participa na associação não tem direito de ter um terreno melhor para fazer a sua lavoura

- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( x ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 2 )
- 7) Quantas pessoas da família trabalham nesta associação (1)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( x ) entre 30% e 60% ( ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção?  
( x ) plenamente perceptível ( ) perceptível ( ) imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços (x) maior volume de negócio.

- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( x ) Não ( ) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? ( x ) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? ( x ) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os
- 
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito ( x ) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? ( x ) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação (x) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Boa contribuição por parte do Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação ativa dos associados

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo:  masculino  feminino
  - 2) Faixa etária:  entre 15 e 25  entre 25 a 40 anos  entre 40 a 60  acima de 60 anos
  - 3) Escolaridade: Primeiro grau  incompleto  completo. Segundo grau  incompleto  completo  Nível secundário  incompleto  completo Nível Superior  ou sem Nível
  - 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir?  
 objetivos econômicos  objetivos sociais  outros se outros quais?
- 

- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento?  plenamente esclarecido  esclarecido  pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 2 )
- 7) Quantas pessoas da família trabalham nesta associação (5)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção?  entre 10% e 30%  entre 30% e 60%  entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção?  
 plenamente perceptível  perceptível  imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola?  melhores preços  maior volume de negócio.

- 11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( x ) Não ( ) Não soube responder
- 12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional ( ) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( x ) não existem
- 13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? ( x ) Sim ( ) Não ( ) não soube responder
- 14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? ( x ) Educação ambiental ( x ) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os
- 
- 15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito ( x ) Satisfeito ( ) Insatisfeito
- 16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? ( ) Sim ( ) Não ( x ) Não soube responder
- 17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação ( x ) boa ( ) não boa ( ) não soube responder
- 18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?  
Boa contribuição por parte do Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade
- 19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituição?  
Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL
- 20) O que gostaria de ver a mudar na associação?  
Participação direta do Governo sobre os trabalhos desenvolvidos pelas associações

## QUESTIONÁRIO

**Data: 10/02/2016**

**IDENTIFICAÇÃO: ALM - 10**

Localização Marien Guabi - Boane

- 1) Sexo: ( ) masculino ( x ) feminino
- 2) Faixa etária: ( ) entre 15 e 25 ( x ) entre 25 a 40 anos ( ) entre 40 a 60 ( ) acima de 60 anos
- 3) Escolaridade: Primeiro grau ( ) incompleto ( ) completo. Segundo grau ( x ) incompleto ( ) completo ( ) Nível secundário ( ) incompleto ( ) completo Nível Superior ( ) ou sem Nível ( )
- 4) Ao se organizar em forma de associação agrícola, qual o objetivo pretende atingir? (x) objetivos econômicos (x) objetivos sociais ( x ) outros se outros quais?

Sim não participa na associação não tem direito de ter um terreno melhor para fazer a sua lavoura

- 5) Quanto aos aspectos jurídicos, econômicos da associação agrícola, qual o seu grau de esclarecimento? ( ) plenamente esclarecido ( ) esclarecido ( x ) pouco esclarecido
- 6) A quanto tempo esta nesta associação ( 3 )
- 7) Quantas pessoas da família trabalham nesta associação (1)
- 8) Qual o percentual de utilização da associação agrícola para efetuar as transações comerciais de sua produção? ( ) entre 10% e 30% ( ) entre 30% e 60% ( x ) entre 60% e 100%
- 9) É perceptível a diferença nos resultados quando as transações são efetuadas através da associação agrícola, em comparação com a comercialização direta da produção? ( ) plenamente perceptível ( x ) perceptível ( ) imperceptível
- 10) Quais os maiores benefícios econômicos para os associados que operam nesta associação agrícola? ( ) melhores preços (x) maior volume de negócio.

11) A associação oferece programas sociais para os associados, familiares e à comunidade em geral? ( ) Sim ( ) Não (x) Não soube responder

12) Qual o maior benefício gerado pelos programas sociais gerados pela associação? ( ) apoio educacional (x) formação técnico-profissional ( ) Cultura e lazer ou ( ) não existem

13) Existem programas de sustentabilidade ambiental? (x) Sim ( ) Não ( ) não soube responder

14) Qual o maior projeto ambiental em que a associação está inserida? (x) Educação ambiental (x) Proteção de reservas legais ( ) Outros. Cite-os

---

15) Qual seu grau de satisfação com a atuação em forma de associativismo? ( ) Plenamente satisfeito (x) Satisfeito ( ) Insatisfeito

16) Existem perspectivas de continuidade de seus negócios junto à associação agrícola? (x) Sim ( ) Não ( ) Não soube responder

17) Qual o seu ponto de vista quanto atuação da presidência da associação ( ) boa (x) não boa ( ) não soube responder

18) Qual contribuição que os líderes da comunidade prestam a associação?

Boa contribuição por parte do Régulo ele é melhor pessoa que existe na comunidade

19) Qual e o apoio que tem recebido do governo distrital ou outras instituições?

Do governo distrital não temos tido nenhum apoio, mas tem duas organizações que nos ajudam que são IPERMO e ACIDOVOÇA- MOZAL

20) O que gostaria de ver a mudar na associação?

Participação direta do Governo na promoção do desenvolvimento da associação